



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO



EDELVIRA MARIA SINIMBÚ DE LIMA DAMASCENO

**ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO
E FORMAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ
EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO DE CASO**

**Belém
2009**

EDELVIRA MARIA SINIMBÚ DE LIMA DAMASCENO

**ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO
E FORMAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ
EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

**Belém
2009**

Damasceno, Edelvira Maria Sinimbú de Lima.

Associativismo, desenvolvimento endógeno e formação da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri: um estudo de caso/ Edelvira Maria Sinimbú de Lima Damasceno. Belém, 2009.

143 f.

Dissertação (Mestrado) – UFPA. NAEA. PLADES, 2009.

Orientador: Profa. Dra. Lígia T. L. Simonian.

1. Associativismo – Igarapé-Miri. 2. Desenvolvimento econômico. 2. Açaí.
3. Economia agrícola – Igarapé-Miri. I Título.

CDD 338 98115

EDELVIRA MARIA SINIMBÚ DE LIMA DAMASCENO

**ASSOCIATIVISMO, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO
E FORMAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ
EM IGARAPÉ-MIRI: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Armin Mathis
Examinador - NAEA/UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Denise M. Cardoso
Examinadora externa - UFPA

Resultado: _____

Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Cacila por tudo que fizeram por mim. A meu esposo, Waldemar e aos meus filhos, Túlio, Thainá e Thiago, que me apoiaram, incentivaram e estiveram ao meu lado durante todos os momentos de alegria e angústia na construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só pode ser realizada graças ao apoio e colaboração de muitos, a quem não poderia deixar de agradecer.

Aos meus pais que foram o início de tudo, que sempre procuraram direcionar o meu caminhar e que pela força e colaboração me auxiliaram a ultrapassar mais um dos estágios da vida.

A SUDAM, instituição de minha lotação profissional, pelo incentivo, apoio e pela oportunidade de mais este aprendizado no alcance de mais um patamar na minha carreira profissional.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ligia Terezinha Lopes Simonian pela dedicação e profissionalismo na conduta desta pesquisa.

Ao meu marido Waldemar, que sempre me apoiou para o meu crescimento acadêmico.

Aos meus filhos Túlio, Thainá e Thiago que sempre compreenderam nas horas em que tive de me ausentar para a realização desse trabalho.

Aos colegas da SUDAM, Adagenor, Aline, Lúcio, Wanderley, Márcia, Pedro, Waldemir, Ilana, Narda, Nairo, Everaldo, Elizete, pelo apoio de cada um para que chegasse a concluir esse curso.

Ao meu tio Geraldo Sinimbú, que me deu todo apoio para que eu desenvolvesse com sucesso a minha pesquisa de campo quando estive só ou com a Dr^a. Ligia Simonian em Igarapé-Miri.

Aos produtores e colaboradores que se colocaram à minha disposição para prestarem informações necessárias à realização deste trabalho.

À CODEMI, por meio de seu presidente Sr. Bartolomeu da Costa e Márcia Conceição Santos, secretária.

A todos os produtores pertencentes da Associação Mutirão por meio do seu Manoel Luis e da Sr^a. Raimunda Almeida.

Aos produtores de açai pertencentes à comunidade do rio Mamangalzinho município de Igarapé-Miri, na pessoa do Sr. Oséas Pantoja de Oliveira.

A EMATER/ Igarapé-Miri na pessoa de seu chefe de escritório Sr. Kenedy Barili.

Ao escritor Eládio Lobato, pela contribuição através de suas obras e de seus esclarecimentos sobre o município de Igarapé-Miri.

RESUMO

O propósito desta dissertação é analisar a importância dos movimentos sociais no processo da produção de açaí como fator propulsor da economia no município de Igarapé-Miri, estado do Pará. Mais especificamente pretende-se averiguar os seguintes assuntos: A atuação dos movimentos sociais como estratégia eficaz de desenvolvimento local; Analisar o processo de verticalização da produção de açaí em sua cadeia produtiva e seus reflexos na economia do município; Como a população de baixa renda do município está se beneficiando com o excesso de produção de açaí no município; e como os produtores se mantêm economicamente no período da entressafra do açaí. A base teórica que norteou o trabalho foi pautada em cima de teorias como a de desenvolvimento endógeno, organizações, movimentos sociais, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável. A metodologia adotada na realização da pesquisa foi a partir de um *survey* no município, e posteriormente a aplicação de formulários com entrevistas abertas estruturadas e semi-estruturadas aplicados em dois grupos de produtores, um organizado (produtores da Associação Mutirão) e outro grupo de produtores que trabalha de forma isolada sem interferência de qualquer tipo de organização localizados no rio Mamangalzinho. Os agricultores ribeirinhos que sobreviviam da produção de cana-de-açúcar até os anos de 1980, com a decadência da cana de açúcar foram se organizando em torno da produção de açaí no qual formaram associações e cooperativas no município. Atualmente isso lhes rendeu o título de maiores produtores de açaí no estado do Pará, melhorando consideravelmente a sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Açaí, Ribeirinhos, Sustentabilidade, Organizações, Comunidades e Igarapé-Miri.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the importance of the social movements in the process of açai's production as a propeller factor of the economy in the county of Igarape-Miri, in the state of Para. More specifically, it is intended to discover: the performance of these movements as an effective strategy of local development; analyze the process of verticalização of açai in its productive chain and its reflexes in the county economy; how the native population of low income is benefited with the excess of açai production, and how the producers organize themselves economically in the period of the time between harvests of açai. The theoretical base that guided this work was based over the theories as endogenous development, organization, social movements, local development, sustainable development. The methodology adopted in the realization of the search began from a survey in the county, and after an application of requests with opened interviews structuralized and half-structuralized applied in two groups of producers, an organization (producers of Mutirao Association) and other group of producers that work by themselves, without interference of any kind of organization sited in Mamangalzinho river. The marginal agriculturists that survived from sugar cane until the decade of 1980, with the decadence of sugar cane organized themselves into an açai production that formed associations and cooperatives in the county. Nowadays, this relieved the title of the biggest producers of açai in the state of Para, getting better their life quality.

Keywords: Organizations, Açai production, Riverine, Sustainability, Communities and Igarape-Miri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Parte da vista frontal da cidade de Igarapé-Miri	52
Figura 2: Pórtico na entrada da cidade de Igarapé-Miri.	52
Figura 3: Foto de um engenho no município de Igarapé-Miri	55
Figura 4: Plantação de cana no município na época dos engenhos	55
Figura 5: Produção de açaí nos municípios do estado do Pará	58
Figuras 6 e 7: Vendedores de mingau de açaí nas ruas da cidade de Igarapé-Miri	63
Figuras 8 e 9: Plantações de açaí em frente à cidade de Igarapé-Miri	64
Figura 10: Músicos do Açaí <i>Jazz Band</i>	65
Figura 11: Casa de produtor de açaí no rio Mamangalzinho	75
Figura 12: Interior de uma casa do produtor de açaí no rio Mamangalzinho	75
Figura 13: Fluxos de atividades do sistema de produção do açaí no município de Igarapé- Miri	76
Figura 14: Tipos de acondicionamento utilizados no transporte do açaí	78
Figura 15: Tipo de embarcação utilizada para transportar a produção de açaí	78
Figuras 16 e 17: Aspectos da sede da COOPFRUT	79
Figuras 18 e 19: Fábrica Sabor açaí	79
Figura 20: Fábrica Vale do Açaí	80
Figura 21: Palmito produzido na fábrica	81
Figura 22: Barris utilizados no acondicionamento do açaí	81
Figuras 23 e 24: Local de comercialização do açaí no porto da cidade de Igarapé-Miri	83
Figura 25: Ponto de comercialização na Ponte do Suspiro	83
Figura 26: Ramal Santo Antonio	83
Figura 27: Sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri	91
Figura 28: Sede da Associação Mutirão	92
Figura 29: Centro de Treinamento da Associação Mutirão	93
Figura 30: Plantio de açaí consorciado com espécies agroflorestais realizado pelos associados da AMUT	94
Figura 31: Viveiro de mudas produzidos na AMUT para serem distribuídos entre os associados	94
Figura 32: Criação de Peixe na área da Associação Mutirão	95
Figura 33: CFR que funciona na sede da Associação Mutirão	96
Figura 34: Sede da Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri	99
Figura 35: Faixa etária dos produtores entrevistados que participam da AMUT e do rio Mamangalzinho	106
Figura 36: Nível de escolaridade dos produtores associados à AMUT e do rio Mamangalzinho	107
Figura 37: Produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho com títulos de propriedade da terra	108
Figura 38: Áreas das propriedades dos produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho	109
Figura 39: Energia elétrica, televisão, geladeira, barco e assistência técnica nas propriedades dos produtores ligados a AMUT e ao rio Mamangalzinho	109
Figura 40: Número de filhos entre as famílias pesquisadas ligadas à AMUT e as do rio Mamangalzinho	111

Figura 41: Produção de açaí na safra de 2007 dos produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho	113
Figura 42: Renda dos produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho	114
Figuras 43,44 e 45: Trabalho envolvendo o transporte de açaí no porto da cidade de Igarapé-Miri	115
Figuras 46 e 47: Ponte do Suspiro e rasas com açaí junto ao mesmo	115
Figura 48: Paisagem no ramal Stº. Antonio	116
Figura 49: Porto da vila Maiauatá	116
Figuras 50, 51 e 52: Sr. Jeová e um funcionário, em seu posto de beneficiamento e de venda de açaí	117
Figuras 53, 54,55 e 56: Interior da casa de um produtor de açaí do município de Igarapé-Miri	119

LISTA DE SIGLAS

AMIM	Associação das Mulheres de Igarapé-Miri
AMPRISA	Associação Progresso da Esperança e Associação de Moradores e Produtores Rurais do Igarapé Santana e seus Arredores
AMUT	Associação Mutirão
ASBEMI	Associação de Boa Esperança do município de Igarapé-Miri
ASMIM	Associação de Mulheres de Igarapé-Miri
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BB	Banco do Brasil
BR-316	Rodovia Brasileira 316
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú
CART / Cametá	Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá
CFD	Câmara Federal dos Deputados
CFR	Casa Familiar Rural
CP Z 15	Colônia de Pescadores.Zona 15
CMMAD	Comissão Brundtland Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CO2	Gás Carbono
CODEMI	Cooperativa de Desenvolvimento do município de Igarapé-Miri
COOFRUTA	Cooperativa de fruta
COOPFRUT	Cooperativa Agro-industrial dos Moradores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri
COOPBAB	Cooperativa de Barcarena
ECEM	Espaço Cultural do Estádio Municipal
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1992
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

FASE	Órgãos para Assistência Social e Educacional
FNO	Fundo Constitucional do Norte (FNO)
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH –M	Índice de Desenvolvimento Humano Médio
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ITCPES/UFPA	Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPB	Música Popular Brasileira
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLADES	Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento
PMIM	Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PRODUZIR	Organização Produtiva de Comunidades Pobres da Amazônia
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente da UFPA
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RMB	Região Metropolitana de Belém
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDFRUTAS	Sindicato dos Fruticultores do Estado do Pará
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UAGRI	Unidade Agroindustrial de Igarapé-Miri
UFPA	Universidade Federal do Pará

UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UNCED	Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
NI	União das Nações Indígenas
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

<u>1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....</u>	<u>14</u>
<u>1.2 DELINEAMENTO DO PROBLEMA E O ARGUMENTO CENTRAL.....</u>	<u>18</u>
<u>1.3 ÁREA DE ESTUDO.....</u>	<u>19</u>
<u>1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA</u>	<u>21</u>
<u>1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....</u>	<u>25</u>
<u>2.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....</u>	<u>27</u>
<u>2.2 MOVIMENTO SOCIAL ENQUANTO CONCEITO.....</u>	<u>29</u>
<u>2.2.1 Organizações.....</u>	<u>30</u>
<u>2.2.2 O papel do associativismo como estratégia na cadeia agroindustrial do açaí.....</u>	<u>38</u>
<u>2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</u>	<u>41</u>
<u>2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</u>	<u>42</u>
<u>3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....</u>	<u>50</u>
<u>3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS.....</u>	<u>54</u>
<u>3.3 ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS.....</u>	<u>58</u>
<u>4.1 ANÁLISE CONCEITUAL DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ.....</u>	<u>66</u>
<u>4.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO AÇAÍ.....</u>	<u>70</u>
<u>4.3 A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI.....</u>	<u>73</u>
<u>4.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI... </u>	<u>75</u>
<u>5.1 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS QUANTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS... </u>	<u>86</u>
<u>5.2 PROCESSOS ORGANIZATIVOS EM IGARAPÉ-MIRI.....</u>	<u>88</u>
<u>5.3 AS ORGANIZAÇÕES ATUANTES NO MUNICÍPIO.....</u>	<u>99</u>
<u>6.1 DE PERCENTUAIS E POSSIBILIDADES ANALÍTICAS.....</u>	<u>104</u>
<u>.....</u>	<u>106</u>
<u>6.2 INDICADORES ECONÔMICOS.....</u>	<u>112</u>
<u>6.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E QUALIDADE DE VIDA ENTRE OS</u> <u>PRODUTORES DE AÇAÍ DE IGARAPÉ-MIRI.....</u>	<u>118</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>125</u>
<u>ANEXO.....</u>	<u>138</u>

1 INTRODUÇÃO

O associativismo surgiu já nos primórdios da humanidade, quando os seres humanos perceberam a necessidade de viver em grupos para caçar, se defender e cultivar (ABRANTES, 2004; COSTA, 2006; GOHN, 1995). Desde então, eles forjaram processos diversos quanto à organização social e à cooperação. Na era industrial, a sociedade se obrigou a se organizar mais para enfrentar as condições de trabalho precárias e, na contemporaneidade, a era do conhecimento, persistem na busca do desenvolvimento econômico e social através de grupos estruturados e preparados.

1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Os avanços nas ciências humanas e sociais evidenciam a importância das associações no processo de evolução histórica e cultural (ABRANTES, 2004; GOHN, 1995). Os antigos gregos defendiam o ser humano como animal social (COSTA, 2006). Junto às ciências econômicas, o associativismo aparece na Inglaterra industrial da primeira metade do século XIX, segundo SEBRAE (2000a). Neste período, pensadores franceses e ingleses, como C. Fourier, Saint Simon e R. Owen, chamados de socialistas utópicos, postularam idéias variadas sobre o cooperativismo e o associativismo. E isto na tentativa de superação das desigualdades sócio-econômicas geradas pelo capitalismo industrial.

No Brasil, o cooperativismo e o associativismo estiveram presentes desde a época colonial, porém ligados às bases religiosas ou raciais, sem vínculos com a pluralidade social ou a rentabilidade econômica. Para SEBRAE (2000b), as raízes do cooperativismo no país remontam as duas últimas décadas no século XIX, estando ligadas à imigração dos italianos que para cá trouxeram ideais anarquistas, socialistas e repúblicanos, adicionando a crise da escravidão brasileira, que exigiu uma reavaliação do trabalho, base da economia. Em torno de 1920, criou-se mais associações, geralmente vinculadas associativismo de empresas nascidas na Alemanha, pouco antes da II Guerra Mundial (1939-1945). No Japão, o associativismo de pequenas e médias empresas, surge no período de reconstrução, no pós II Guerra e apoiado por política governamental.

Na segunda metade do século XX, ampliou-se a crise social e ambiental mundial, devido ao sistema capitalista de expansão industrial. Modificações radicais ocorreram no processo de trabalho, dicotomizando ainda mais a relação entre os seres humanos e a

natureza (CARRIERI, 2000). Por sua vez, o aumento do número de desempregados, a violência urbana, a má distribuição da renda acentuando a pobreza, o incremento da criminalidade e a desigualdade social geraram produções críticas (DOWBOR, 1999). Ainda como posto por Carrieri (2000), o aumento da poluição nos rios, as enchentes, o desmatamento florestal demasiado, a poluição nas cidades e o aquecimento da terra contribuíram nesta mesma direção.

Por sua vez, essa diminuição demasiada na qualidade de vida da maioria da população mundial não é caracterizada como uma situação temporária, mas, ao contrário, impulsiona uma realidade que parece permanecer (SIMONIAN, 2007a; WANDERLEY, 2000). Todavia, este contexto sugere que a própria sociedade encontre modos de suprir as suas necessidades investindo na sua vocação, fomentando o intercâmbio externo através da cooperação e integração das cadeias produtivas. E desta maneira pode ampliar as oportunidades locais de geração de renda e de trabalho como forma de enfrentar os processos que levaram a constituir o mundo globalizado atual sob a hegemonia dos países ocidentais desenvolvidos.

Esses processos excluem e incluem, segundo as conveniências do lucro e, sendo assim, as Organizações não Governamentais (ONG) ganham importância, uma vez que o grau elevado de associativismo amplia a demanda por conhecimentos e informações. Nesta direção, as transformações ocorridas no Brasil entre 1960 e 1990 decorreram do declínio da cidadania regulada, conceito que se refere ao processo de incorporação institucional empreendido pelo Estado Novo, na década de 1930 (SANTOS, 1998). Este processo esteve baseado não na participação política livre e espontânea dos cidadãos, mas na cooptação promovida pelos sindicatos urbanos patrocinados pelo Estado.

A cidadania e a participação política, até os anos iniciados em 1960, não resultavam de um conjunto de valores políticos, mas da inserção ocupacional em uma das profissões reconhecidas pelo Estado. Na lógica corporativista de então, a sindicalização era um processo sob patrocínio estatal. A acompanhar-se este processo, segundo Boschi (1987), assistiu-se à afirmação de características típicas de uma “poliarquia”: os movimentos sociais tornam-se menos dependentes da tutela estatal, registra-se o crescimento do número de associações de bairro, de grupos ecológicos, de movimentos sindicais, dentre outras.

Ao mesmo tempo, requisitos diversos de uma “poliarquia” são atendidos: a existência de um mercado eleitoral amplo, a dinâmica crescente dos grupos de interesses e as taxas elevadas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (SANTOS, 1993). Por outro lado e como posto por este mesmo autor, a sociedade apresenta baixas taxas de

associação e participação política. O poder judiciário é pouco acionado e o conflito entre os indivíduos não costuma ser gerenciado por normas legais. Determinados espaços urbanos costumam ser dominados por máfias que ocupam um segmento que não é visado pelo Estado. Enfim, há uma simbiose entre padrões poliárquicos e hobbesianos de conduta na sociedade brasileira.

A presença do Estado desempenha um papel fundamental na formatação do “[...] híbrido institucional” (SANTOS, 1993, p. 79-80). O lado poliárquico brasileiro convive com uma inflação de regulamentos e leis cuja praticidade e eficácia costumam ser questionadas no exercício cotidiano das relações interpessoais. Entretanto, muitos lugares apresentam uma ausência total de instituições ligadas ao aparato estatal, como força pública, hospitais e escolas. Este panorama acaba desenvolvendo nos indivíduos uma percepção de que os custos da participação política, da intermediação – ou do acesso ao aparato do Estado –, são tão grandes que os conflitos e os interesses de cada pessoa precisam ser resolvidos por meios não convencionais¹.

A trajetória do associativismo no Brasil, segundo Santos (1993), estaria relacionada à mudança de um padrão organizativo de cunho religioso para a representação de grupos de interesse. Mas, por sua vez, o movimento associativo no país encontra-se marcado por um conteúdo religioso forte. E, também, apresenta facetas incipientes de representação corporativa de diversos setores da sociedade começam a ser esboçadas. Em ambos os casos, não existe uma identidade plural desses movimentos, muito menos autonomia perante o Estado. Não obstante isso, conclui o autor, observa-se um crescimento significativo do associativismo no Brasil ao longo do século XX, principalmente, a partir de 1970.

Empreendedorismo e associativismo são propostas fundamentais para uma perspectiva de transformação do Brasil num país de primeiro mundo, pois pode estabelecer o desenvolvimento econômico através de negócios que possam crescer de maneira sustentável. No estado do Pará, particularmente no município de Igarapé-Miri, localizado na região nordeste do estado, o papel das organizações sociais – a exemplo de associações e de cooperativas – no processo de crescimento econômico vem sendo relevante devido à importância grande na melhoria da qualidade de vida dos produtores ribeirinhos (CUNHA, 2006). E se pode afirmar isto em relação aos que vivem da produção manejada de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), os sujeitos da pesquisa que resultou nesta dissertação.

¹ Precisamente, o suborno, o tráfico de influências e certo cinismo generalizado perante transgressões da ordem social.

Na década de 1980, Igarapé-Miri passou por mudanças econômicas e ambientais profundas. A pesca no município ficou comprometida pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), em especial pela redução das espécies, entre elas o mapará (*Auchenipterus nuchalis*). Conforme Costa e Costa (2007), Simonian e Monteiro (2008), sua vegetação foi comprometida com a atuação de serrarias e de indústrias de palmito, responsáveis pela redução do alimento mais tradicional daquela população local, o açaí.

Outra mudança importante e significativa que ocorreu no município de Igarapé-Miri em relação a sua economia foi o fim do ciclo da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), caracterizado pelo cultivo e beneficiamento deste recurso, isto em meados dos anos 1970. Os 54 engenhos que produziam cachaça na década de 1970, praticamente desapareceram na década de 1990 (LOBATO, 1996). Os motivos que levaram a este desaparecimento, segundo Anderson (1991) e Lobato (1996), foram a construção da rodovia Transamazônica, a aplicação das leis trabalhistas e a falta de incentivos fiscais como apoio ao setor por parte dos governantes.

Com a desativação dos engenhos, seus donos, em sua maioria, mudaram-se com as famílias para Belém deixando as pessoas envolvidas na cadeia produtiva da cana-de-açúcar sem trabalho, portanto, desempregados. Isolados, sem trabalho e sem terra, estes se mudaram para a cidade de Igarapé-Miri, onde formaram bairros periféricos, sem a mínima infraestrutura e vindo a constituir bolsões de pobreza. Conseqüentemente, a pobreza constituiu-se em um dos resultados deste êxodo rural.

Na expectativa de contê-lo, um grupo de lideranças aceitou o desafio de viabilizar o retorno desses trabalhadores à zona rural, convencendo-os de que ali a vida poderia ser melhor. Ao perseguir esta meta, tais trabalhadores começaram a se organizar em torno da produção do açaí, criando organizações de porte pequeno. Estas organizações tiveram por objetivos: desenvolver a economia do município, a partir da produção rural; investir na formação política e ambiental de seus sócios; fortalecer sua organização; e incentivar o trabalho em harmonia com a natureza (CUNHA, 2006). Dentre estas, destaca-se a Associação Mutirão (AMUT), que é um dos alvos deste estudo.

Dessa maneira, a justificativa do estudo é centrada na proposta de contribuir para o entendimento das singularidades inerentes ao modelo de gestão da AMUT, notadamente, por meio da identificação e apresentação das práticas de gestão que asseguram uma trajetória de sucesso. Pretende-se também, que a divulgação dos resultados do estudo represente uma contribuição e incentivo para que comunidades outras, pertencentes ou não ao município de Igarapé-Miri, se organizem em torno da produção de açaí e a conduzam

com êxito e favorecendo incentivos no campo das organizações em outras localidades. Nesta direção, estimular-se-á aos gestores municipais da região da parte baixa do rio Tocantins a se engajar nos processos que levem à geração de trabalho e renda, e ao fomento de atividades econômicas sustentáveis, em âmbito local e regional.

E quanto aos objetivos da pesquisa e agora dissertação, definiu-se um de natureza geral e outros mais específicos. No que respeita a este primeiro, buscou-se analisar a importância ou não dos movimentos sociais no processo da produção de açaí. E, principalmente, enquanto elemento propulsor da economia de Igarapé-Miri.

No que diz respeito aos objetivos específicos buscou-se: analisar o processo de verticalização da produção na cadeia produtiva do açaí e seus reflexos na economia local; verificar se a população de baixa renda do município que vive do cultivo do açaí melhorou a sua qualidade de vida e resultando em sua inclusão social com o aumento de sua produção; e, analisar como os produtores igarapemirienses se mantêm economicamente no período da entressafra.

1.2 DELINEAMENTO DO PROBLEMA E O ARGUMENTO CENTRAL

O problema central desta dissertação consiste em verificar o alcance do capital social analisando a importância das organizações sociais no crescimento econômico do município de Igarapé-Miri, em especial, via aumento da produção de açaí e sua contribuição para o desenvolvimento regional. E como desdobramento desta questão, outros problemas são também desvendados: verificar se foi satisfatório ou não o apoio dado aos produtores de açaí pelas organizações sociais atuantes no município; e se a produção do açaí atinge todas as fases da cadeia produtiva e se houve mudança na qualidade de vida dos produtores².

E com relação ao papel das organizações acima referidas, pode-se destacar que foram extremamente importantes para que Igarapé-Miri chegasse a ter o título de ‘Capital mundial do açaí’³ e da ascensão de sua economia, diante do fenômeno da globalização.

² Esses certamente descendentes ou parentes dos antigos produtores que trabalhavam com a cana-de-açúcar.

³ No que diz respeito a esse título, a administração municipal de Igarapé-Miri o requereu – através da empresa GIL Marcas e Patentes e do processo nº. 829515194 de 12/06/2007 – junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI certamente descendentes ou parentes dos antigos produtores que trabalhavam com a cana-de-açúcar).

No que diz respeito a esse título, a administração municipal de Igarapé-Miri o requereu – através da empresa GIL Marcas e Patentes e do processo nº. 829515194 de 12/06/2007 – junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial), o qual foi concedido.

Como posto por Casarotto Filho (1998), não são mais as grandes organizações que dominam e absorvem as pequenas, entendendo que o tamanho organizacional está se tornando uma condição secundária. Agora, são as organizações mais ágeis, quaisquer que seja o seu tamanho, que se impõem às organizações mais lentas, independentemente de suas proporções.

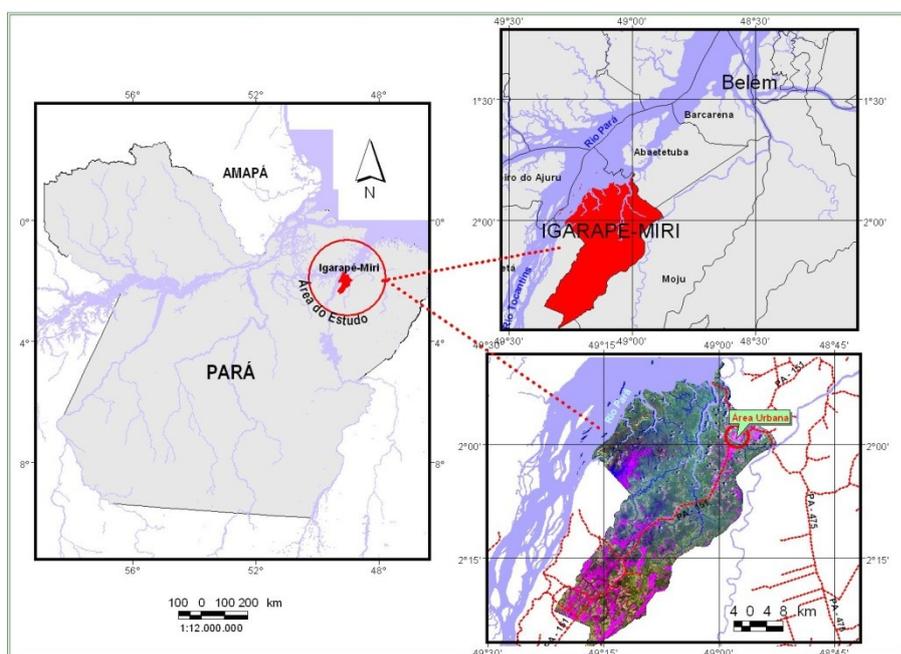
Por essa razão, muitas das organizações grandes estão se desdobrando em uma multiplicidade de unidades estratégicas de negócios pequenas para obter a flexibilidade e a agilidade necessária (ALMEIDA, 2001). Para se manter competitivas em um ambiente altamente mutável e dinâmico e, ao mesmo tempo, incentivar as pessoas a incorporar o espírito inovador e empreendedor típico das organizações de porte pequeno. Diante deste pensamento, é que o município Igarapé-Miri hoje abriga 100 entidades (DAMASCENO, 2008) atuando em vários setores e contribuindo para com o crescimento econômico local.

Em um tempo relativamente curto, essas organizações ajudaram a colocar Igarapé-Miri em uma posição diferenciada com relação a ser atualmente o município produtor maior de açaí em face de outros municípios com características, deficiências e exclusão social similares. Estas organizações são como suporte para os trabalhadores no município, sendo integradas por homens, mulheres e jovens. E se constituem de certo modo num contra poder, isto a se considerar a estrutura política hierárquica do município, onde o clientelismo político é bastante presente.

Neste ponto, importa ressaltar que a hipótese estabelecida ao tempo da pesquisa se transformou em argumento ou tese central desta dissertação. Portanto, o que ocorreu após a análise, foi a confirmação parcial da suposição inicial. Assim, tem-se que as organizações sociais, mas também os produtores não organizados contribuíram e continuam a contribuir efetivamente para que a população de renda baixa que vive da cultura do açaí em Igarapé-Miri tenha melhorado e continue sofisticando seu padrão de vida. E, conseqüentemente, organizações e produtores de açaí buscaram e continuam a concretizar sua inclusão social, provocando mudanças socioambientais e econômicas neste município.

1.3 ÁREA DE ESTUDO

Fundamentalmente, realizou-se a pesquisa no município de Igarapé-Miri, localizado na região da parte baixa do rio Tocantins, no estado do Pará e na Amazônia oriental, como se observa no Mapa 1 (IBGE, 2001). Do ponto de vista ambiental, o mesmo se caracteriza por integrar a floresta tropical úmida, quer de terra firme, quer a de várzea, e uma bacia hidrográfica importante e que é dominada pelo rio Igarapé-Miri (ROCQUE, 1968). No que se refere à história e à cultura, populações paleoindígenas ali viveram, e desde o período colonial, europeus, africanos e neobrasileiros estão a construir neste *locus* uma cultura cabocla e fundada nas possibilidades ribeirinhas e florestais.



Mapa 1: Mapa de localização do município de Igarapé-Miri
Fonte: IBGE, 2001.

No que diz respeito à amostragem, trabalhou-se com dois grupos de produtores: um grupo ligado às organizações existentes no município e outro grupo com produtores que trabalham de maneira isolada e, portanto, não pertencendo a nenhum tipo de organização. Quanto ao grupo de produtores que trabalha de modo associativo, a escolha incidu naqueles ligados à AMUT, a qual conta atualmente com 176 associados distribuídos nos rios Caji, Meruí, Anapú, Meritipucu e Ponta Negra. A sua sede encontra-se localizada às margens do rio Meruí-Açu, em uma área conhecida como Ponta Negra.

O outro grupo pesquisado foi o dos produtores que trabalham de modo isolado, sem interferência de qualquer tipo de organização. Dentre eles, elegeu-se o grupo dos que habitam o rio Mamangalzinho e que conta com aproximadamente 100 produtores de açaí.

Este rio localiza-se na ilha Mamangal, com limites entre os rios Maiautá e o Mamangal Grande. Esta estratégia de pesquisa por certo oportunizou uma produção maior e mais rica quanto às informações necessárias à produção desta dissertação.

As populações das comunidades estudadas são compostas, basicamente por ribeirinhos que trabalham com o extrativismo e o cultivo do açaí. Praticam a pesca apenas para o consumo e de modo artesanal, a qual é realizada de acordo com as necessidades dos moradores e as especificidades ambientais. Os principais instrumentos de pesca de peixes são a rede e os currais instalados nos igarapés e na pesca do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) se utiliza o matapi⁴. E embora não comercialize esta produção, a pesca desenvolvida em Igarapé-Miri é similar à realizada na ilha Trambioca, localizada na mesma região, o que se depreende de Simonian (2006, 2004b), em produção recente.

Atualmente, a AMUT, junto a outras ONGs e algumas instituições federais, está se preocupando em introduzir o cultivo de outras espécies para a subsistência dos moradores e produtores, o que poderá contribuir para com o aumento da renda familiar. Este processo vem se dando a partir da prática de capacitação de seus associados, o que se efetiva com a promoção de cursos, palestras, dia de campo etc. E tudo isto no intuito de incentivá-los a plantarem outras espécies⁵ e a se envolver com o beneficiamento das matérias-primas produzidas localmente.

A efetivar-se essa estratégia produtiva, evitar-se-á que o cultivo do açaí não se torne mais uma monocultura. E, ainda, espera-se que com o cultivo das espécies antes referidas e com o beneficiamento das matérias-primas se transformem em uma maneira de se conseguir recursos no período da entressafra do açaí. Assim, agregar-se-á valor às atividades produtivas, promovendo dinamização econômica local e contribuindo para o desenvolvimento regional.

1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

⁴ Matapi é o nome da armadilha usada na captura do camarão, feita com tala de jupati (*Rhapis excelsa*), parecido com uma gaiola de formato cilíndrico com cerca de 40 cm de comprimento e 25 cm de diâmetro. Nas extremidades, ele apresenta uma espécie de funil que facilita a entrada dos camarões, mas impede a saída dos animais maiores. No corpo do instrumento, uma janela é usada para colocar a isca e retirar os camarões capturados.

⁵ Dentre estas, incentiva-se o cultivo do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), do cacau (*Theobroma cacao*), da andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* H. B. K) e do mogno (*Swietenia macrophylla* King).

A realização da pesquisa que resultou nesta dissertação teve por base uma abordagem interdisciplinar e a produção de dados qualitativos e quantitativos (FAZENDA, 1991; MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 1998; TEIXEIRA, 2000). A mesma também implicou em estudo de caso e em pesquisa de campo (MALINOWSKI, 1978; YIN, 1989). E ainda no uso de material bibliográfico-documental e, conforme Novaes (1998) e Simonian (2007b), neste último caso, o uso de imagens e a produção fotográfica.

A definição por um “estudo de caso” foi certamente fundamental. Segundo Yin (1989, p. 23), esta estratégia trata-se de “[...] uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real [...]”, isto é, os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas se pode fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Ainda nos termos deste autor, o “estudo de caso” caracteriza-se pela “[...] capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 1989, p. 31). A partir destes instrumentos, analisou-se o grau de organização dos produtores de açaí quanto à promoção do desenvolvimento do município em estudo, com vistas à sustentabilidade⁶.

Para a produção de dados ou evidências, fundamentalmente, trabalhou-se com pesquisa bibliográfica e documental, com observação direta em campo, aplicação de um questionário com entrevistas fechadas e abertas. Inicialmente, a pesquisa centrou-se na construção de um referencial teórico por meio de pesquisas bibliográficas em instituições e órgãos públicos e privados e junto a entidades que atuam na área e têm suas ações voltadas para as questões das populações tradicionais e das organizações. A produção de imagens fotográficas sobre os processos produtivos e as realidades vinculadas à produção de açaí no município também fez parte dos procedimentos em questão.

No que respeita à amostragem, em função do açaí ser o produto principal de geração de renda do município e os produtores se encontrarem distribuídos em todo o seu território e particularmente no ribeirão, trabalhou-se com dois grupos de produtores. Um deles ligado às organizações existentes no município e o outro com produtores que trabalham de forma isolada não pertencendo a nenhum tipo de organização. A amostra do grupo de produtores que trabalha de modo associativo consta de 60 questionários correspondentes a um percentual de 34% do total.

No outro grupo trabalhado, os produtores trabalham de maneira isolada, sem interferência de qualquer tipo de organização. Neste, aplicou-se 50 formulários, o que correspondeu a 50% da amostra com produtores priorizados pela pesquisa. A expectativa,

⁶ Notadamente, a ambiental, a que concerne à geração de renda e à inclusão social.

como dito anteriormente, era a de que se pudesse produzir uma riqueza maior quanto às informações, o que resultou positivo.

Em campo, entrevistou-se autoridades públicas e representantes do setor bancário e produtivo, a exemplo da prefeita do município à época e do então candidato e prefeito atual, dos gerentes do Banco da Amazônia S. A. (BASA) e do Banco do Brasil (BB), do chefe do escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA)/Igarapé-Miri, de proprietários das fábricas de beneficiamento de açaí do município, bem como os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri (STR) e da Cooperativa de Desenvolvimento do município de Igarapé-Miri (CODEMI).

Porém, convém ressaltar que a interdisciplinaridade, como posto por Fazenda (1991) e Teixeira (2004), deu embasamento à pesquisa. E isto a partir da utilização dos conhecimentos adquiridos através das disciplinas ministradas no decorrer do Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). Nesta direção, também contribuiu as leituras referentes ao problema e ao arcabouço teórico da pesquisa, juntamente às de natureza histórica e cultural e à informação popular local.

Igualmente, utilizou-se esses sistemas de conhecimento para enfatizar as abordagens mais diferentes, através de uma perspectiva processual, transdisciplinar, e em alguns casos, dentro de uma visão particular dos atores envolvidos. E de acordo com Lévi-Strauss (1976) e Simonian (2005a), apesar desta dualidade, ambos estão cada vez mais interconectados, o que pode trazer resultados mais vantajosos do que se fossem separados. Por sua vez, em se tratando de desenvolvimento endógeno local, foco desta pesquisa, esta interconexão é fundamental, ao considerar a organização dos produtores de açaí para o aumento de sua qualidade de vida.

Aliada à pesquisa bibliográfica e documental, a observação e descrição sistemática das idéias e comportamentos dos produtores de açaí e dos gestores das associações, cooperativas etc., se fizeram mediante contato *in loco* com cada um (MALINOWSKI, 1978), buscando, desse modo, entender melhor a cultura da população que participa destas organizações. O enfoque antropológico foi importante, pois através dos atos de olhar, ouvir, sentir, perguntar e fotografar (OLIVEIRA, 1996; SIMONIAN, 2007b), se pode interpretar a cultura do outro, “de dentro”, em uma tentativa de interioridade. E, a considerar Minayo (1995), a narrativa dos entrevistados foi essencial para a investigação, permitindo descobrir as condições históricas, socioeconômicas e culturais das famílias.

No contato direto que essa abordagem proporciona, considerou-se também a relação entre ética, pesquisa e populações locais. Nestes termos, o avanço na discussão quanto aos direitos humanos nas décadas recentes contribuíram no sentido de um controle maior por parte da academia e também por parte das próprias populações locais sujeitos da pesquisa. Assim, a abordagem de Simonian (2005a) acerca de pesquisa e populações tradicionais na Amazônia foi fundamental quanto a uma orientação envolvendo valores éticos e respeito humano.

No levantamento das informações, realizaram-se discussões em grupo, entrevistas e registros fotográficos, bem como levantamento de dados históricos e estatísticos sobre a economia do município. Mais especificamente quanto às entrevistas, aplicaram-se questionários com perguntas abertas e semi-abertas, mediante o seu grau de representatividade dentro do grupo social em estudo. As entrevistas decorreram da necessidade de identificar as famílias, as lideranças das comunidades, o tempo de ocupação das terras em que se trabalha, o número de filhos, o grau de educação, as atividades econômicas, aspectos sanitários, dentre outros.

O registro fotográfico permitiu uma visualização parcial da realidade investigada, subsidiando assim uma leitura mais precisa da mesma. Como assinala Novaes (1998, p. 116), as imagens são artefatos culturais e tais como textos, “[...] podem permitir a reconstituição da história cultural de grupos sociais, bem como, um melhor entendimento de processos de mudança social, do impacto das frentes econômicas e da dinâmica das relações interétnicas”. Isto além de documentar os aspectos culturais dos moradores, sendo eles próprios os atores, a fotografia foi utilizada como um instrumento de discussão e valorização cultural. Simon Ian (2007b) revela que a relação entre ciência e fotografia é antiga na Amazônia, o que tem permitido a preservação da imagética regional.

A importância da problemática investigada diz respeito à existência de lacunas nas ciências sociais, no que compete aos estudos de capital social, cooperativismo, ruralidade e empreendedorismo no meio rural. Deste modo, justifica-se a realização de estudos que visem produzir alternativas para o problema da cooperação social e para o desenvolvimento regional brasileiro. Mais: a grande produção e a recuperação da economia de Igarapé-Miri município através do cultivo do açaí foram fatores que motivaram a elaboração deste estudo.

Espera-se que os resultados desse estudo, ao apontar possíveis estratégias de funcionamento tanto de maneira associativa como de modo isolado, sejam úteis para a identificação de restrições e/ou entraves à gestão das unidades produtivas de açaí. Ainda, é

de esperar-se que propostas com vistas ao incremento da competitividade no segmento produtivo em questão no estado do Pará surjam e que este estudo contribua nesta direção. E que as políticas públicas voltadas para a Amazônia atualmente possam também consolidar tal perspectiva.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação está estruturada em sete capítulos. O primeiro capítulo diz respeito a esta introdução. Esta integra a definição do problema de pesquisa, a justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e a hipótese central com vistas à importância do tema desenvolvido, visto que o agro-extrativismo como um todo vem ultimamente apresentando um processo amplo de transformações.

Essas mudanças, por sua vez, concentram-se no campo da organização do agro-extrativismo familiar e na construção de valores culturais novos, bem como na composição de modalidades novas de organização da produção e de agregação de valores às matérias-primas, o que contribui para com o aumento da renda. Transformações que também atingem diretamente o processo de desenvolvimento tecnológico da produção do açaí. E principalmente devido aos padrões novos de qualidade exigidos pelo mercado e à diversificação quanto aos produtos possíveis.

No segundo capítulo, encontram-se definições fundamentais do embasamento teórico sobre a discussão proposta. Por sua vez, este se pauta em teorias como a de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Autores como Costa (2000), Costa e Costa (2007), Hurtienne (2001), Sachs (2005), Simonian (2007a), Schumpeter (1977), dentre outros, são discutidos e em parte incorporados na análise dos dados produzidos pela pesquisa.

No terceiro capítulo, tem-se uma abordagem sobre os aspectos do meio ambiente, históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais no município de Igarapé-Miri. Nestes termos, toma-se como referência os seus ecossistemas, as suas atividades produtivas e potencialidades. E estudou-se as interrelações entre esses aspectos e os seus atuais estágios de desenvolvimento.

No capítulo seguinte, o quarto, tem-se o histórico das organizações e suas atuações no município, as mudanças no processo de desenvolvimento tecnológico da produção do açaí. Com se percebe pela discussão, tais transformações vêm ocorrendo em virtude dos

padrões novos de qualidade exigidos pelo mercado. Tendencialmente, estes padrões tecnológicos, estão voltados para a produção ecológica e para processos que garantem sanidade e higiene.

No quinto capítulo, abordam-se os conceitos e o comportamento da cadeia produtiva do açaí no município de Igarapé-Miri. Ainda, identificam-se os elos da cadeia na produção, beneficiamento e comercialização. Estes, por sua vez, precisam ser mais trabalhados em sua processualidade, principalmente quanto à verticalização da economia do açaí.

No sexto capítulo, discutem-se os resultados e análises dos dados obtidos durante a pesquisa realizada em campo. Utilizou-se e aplicou questionários e fez-se entrevistas. Deste modo, se pôde realizar uma análise dos dados e uma avaliação na qualidade de vida dos produtores.

No capítulo sétimo e último, trata-se das considerações finais a partir das hipóteses levantadas inicialmente. Nesta direção, apresenta-se e discute-se as oportunidades e as dificuldades que necessitam ser superadas. E isto para que a atividade se desenvolva de acordo com os padrões aceitos no mercado internacional quanto à eficiência, qualidade e sustentabilidade.

Os resultados que ora se apresentam não são categóricos ou definitivos. Necessitam-se de análises mais apuradas sobre a problemática da preservação/produção como peça chave do desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri. O propósito é, tão somente, o de inscrever uma contribuição pequena em um campo vasto de pesquisas e de explorações atinentes à problemática posta.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, ORGANIZAÇÕES, SUSTENTABILIDADE

Este capítulo traz a estrutura teórica utilizada para interpretar como o município de Igarapé-Miri, por meio de sua população ou de segmentos dela e ao longo da sua história, protagonizou soluções importantes para os seus próprios desafios. Estas soluções, ora mais solidárias e cooperativas, ora pré-concebidas em programas de governos. As soluções, comunitariamente produzidas, estão presentes, de modo significativo, nos dias atuais. Segundo dados obtidos durante a pesquisa, existem 100 organizações atuando neste município e em todos os segmentos da economia.

Essas instituições dizem respeito principalmente à produção de açaí. Mais: seu desdobramento dentro da cadeia produtiva apresentando-se muito forte. A base teórica que norteou o trabalho pautou-se em teorias que tratam fundamentalmente do desenvolvimento endógeno, organizações, movimentos sociais, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável.

2.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Ao longo das últimas décadas, o município de Igarapé-Miri vem sofrendo um processo de “crescimento cíclico” representado por movimentos localizados na dinâmica da economia local com a produção de açaí. Este crescimento pode ser caracterizado por desenvolvimento endógeno, principalmente por proporcionar mudanças quantitativas e qualitativas, ou seja, em especial, mudanças de cunho tecnológico. Note-se, ainda, que o movimento cíclico na economia neste município, nos últimos 20 anos, gerou forte crescimento facilmente caracterizável, numa visão shumpeteriana, como um sistema de fluxos circulares que, apesar da dinâmica econômica na região, provoca crescimento qualitativo e quantitativo.

Embora a concepção sobre desenvolvimento endógeno tenha sua origem na década de 1970, o caminho deste desenvolvimento vem evoluindo com o aparecimento de pontos de vista novos. E somente no início do século XXI, principalmente com o acesso do partido político de oposição ao poder, é que começa, de fato, a se produzir mudanças significativas. E isto pode tanto ocorrer na estratégia, quanto no padrão de desenvolvimento até então praticado em decorrência do crescimento desequilibrado.

A partir da década de 1990, o enfoque principal do desenvolvimento endógeno era entender as discrepâncias de crescimento observadas entre determinadas regiões e nações, considerando-se presente nas mesmas condições na busca de fatores produtivos⁷. Procurou-se então uma solução voltada ao encontro destes fatores dentro da região, ou seja, não de modo exógeno, mas sim, endógeno. Neste sentido, entendeu-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente, teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Para Amaral Filho (1996), o desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pode então ser definido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Deste modo, o desenvolvimento endógeno traduz-se como a aptidão de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno. Nesta percepção, distinguem-se duas dimensões: a econômica e a sócio-cultural.

No entendimento de Vázquez-Barqueiro (1988), a dimensão econômica diz respeito à utilização pela sociedade empresarial local da sua capacidade para organizar, da maneira mais produtora possível, os fatores produtivos de uma região. Quanto à dimensão sócio-cultural é onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região. Assim, dá-se destaque à sociedade civil e às relações sociais como elementos propulsores do desenvolvimento endógeno, o que é reconhecido também por outros pesquisadores.

Dentre esses, tem-se Putnam (1996), que estudou os aspectos diversos que condicionaram as diferenças regionais encontradas entre o norte e o sul da Itália. Entre outras conclusões, o autor ressaltou que: “Na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico” (PUTNAM, 1996, p. 162). A visão de Putnam está voltada para a moderna concepção de capital social

⁷ A exemplo de capital financeiro, social, humano, tecnologia etc.

e sua influência no desenvolvimento econômico. Nesta ótica, o capital social é definido como:

Conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamentos, valores, confiança, obrigações e canais de informação que, quando existentes em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade. (PUTNAM, 1996, p.162).

No entanto, como este mesmo autor observou, só o capital social, não desenvolve o progresso econômico, mas estabelece a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade atual e futura.

Diante dessa visão, considera-se um desafio grande para a esfera governamental, a adoção de uma estratégia política de desenvolvimento que vá além das práticas convencionais, como linhas de crédito, benefícios fiscais e etc. Ainda, há de se considerar a importância em procurar manter e ampliar o estoque de capital social, a exemplo da promoção da participação e do diálogo com integrantes diversos das comunidades regionais, estimulando assim práticas de cooperação para problemas comuns etc. Por outro lado, não se pode esquecer que este tipo de desenvolvimento supõe uma interconectividade com os processos globais de desenvolvimento, mas com uma autonomia em relação ao capital social.

Isso, na medida em que seus princípios avancem e estabeleçam redes inter e intra locais no âmbito regional, de modo a fortalecer as identidades coletivas para fazer frente ao sistema. Em síntese, o desenvolvimento endógeno pressupõe o processo de desenvolvimento de baixo para cima. Nestes termos, ele não é apenas um receptor passivo das determinações de empresas grandes. E tem como expressões chaves a convergência e a interação. É um projeto coletivo de desenvolvimento, que se articula dentro de um território, daí a idéia de endogenia.

2.2 MOVIMENTO SOCIAL ENQUANTO CONCEITO

Com respeito ao propósito deste estudo, de examinar as experiências de um movimento de pequenos e médios produtores de açaí no município de Igarapé-Miri estado do Pará, percebe-se que sua busca deu-se por meio de organizações associativas democráticas. E isto no sentido de desenvolvimento de alternativas visando melhorias.

Estas foram projetadas tanto em perspectiva individual como coletiva e quanto a sua produção e ao compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento comunitário.

2.2.1 Organizações

Conceituar a categoria organização não é algo fácil e nem simples, já que existem definições teóricas diversas e também ideológicas e políticas. Esta categoria tem suas origens na palavra grega *organon* e significa instrumento. Nas palavras de Menegasso (2001, apud ROBBINS, 2000, p. 31), organização é entendida como um arranjo sistemático de duas ou mais pessoas, que realizam tarefas predeterminadas e que compartilham objetivos comuns. E na concepção de Tenório (1997), trata-se de um agrupamento de pessoas e recursos⁸ com funções muito bem definidas: produzir bens e/ou prestar serviços.

As organizações são “unidades sociais” ou agrupamentos humanos construídos e reconstruídos intencionalmente, visando atingir objetivos específicos; esta é concepção de Parsons (1974). Enquanto para Lapassade (1993, p. 101), “[...] a organização é uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos, tais como a produção, a distribuição de bens e a formação de homens”. A organização pode ser entendida, ainda, como uma estratégia de ação direcionada para a produção de bens ou de serviços.

A partir desses apontamentos, vale ressaltar que as organizações somente se diferenciam em seus objetivos e em graus de formalidade e burocracia. Assim sendo, elas também se consolidam por meio de tipologias. E, dentre estas, têm-se as organizações privadas, as públicas e as públicas não-estatais.

As organizações privadas caracterizam-se por serem empresas que combinam os elementos trabalho, natureza e capital. São formais, portanto, possuem normas, regras e padrões de comportamento. Seus recursos não permitem que elas se liguem ao governo de modo institucional. Além disso, os lucros provenientes de suas atividades são apropriados pelo dono da empresa, e este investe tais lucros onde quiser ou precisar. Ou seja, os lucros de uma empresa privada podem ser destinados tanto para consumo particular, a saber, do dono do capital, como para melhorias materiais e sociais na própria organização⁹.

⁸ A saber, dinheiro, equipamentos, materiais, informação e tecnologia.

⁹ Precisamente, quanto a equipamentos, infra-estrutura, mão-de-obra etc.

No que diz respeito às organizações públicas, pode-se afirmar que elas surgiram logo após a Segunda Guerra Mundial. Neste período, nos países desenvolvidos, o Estado assumiu o papel de ser o agente apropriado para tratar de todos os problemas e tarefas sociais (DRAIBE, 1998). Conseqüentemente implantava-se o *Welfare State*. Entretanto, é de se ressaltar que em situações históricas e culturais anteriores, o Estado e/ou a sociedade através de ações ou instituições caritativas já assumiam e desempenhavam, respectivamente, tais processos e tarefas¹⁰.

Desse modo, para a concretização das políticas sociais, na Europa ocidental, criaram-se estruturas organizacionais ligadas ao mercado, às associações¹¹ e às burocracias estatais, visando a regulamentar os serviços e produtos oferecidos por estas políticas. Surgiram, enfim, as organizações públicas estatais, como são consideradas as associações e instituições pertencentes ao governo com objetivos bem definidos para o atendimento da população. Com isto, o Estado passou a desenvolver as ações sociais mais variadas, políticas e econômicas num plano nacional, buscando desenvolver o bem comum a todos os cidadãos por meio dos serviços públicos.

Assim, as organizações públicas estatais estão subordinadas ao aparato do Estado por meio de leis, decretos e regulamentos. As atividades de cada servidor público são estabelecidas de acordo com um aparelho burocrático rígido e normatizado. No que se refere à realidade do Brasil, o sistema de proteção social – o Sistema de Previdência Social não conseguiu até o momento atual se efetivar de maneira redistributiva.

Além disso, Draibe (1998) argumenta que o desenvolvimento do *Welfare State* brasileiro tem estado centrado no desenvolvimento do capitalismo tardio. Ou seja, quando a ação do Estado nos países desenvolvidos já estava mudando de foco e se conectando com a integração global das economias, o Brasil remava na contramão. Precisamente, enquanto esses primeiros países reduziam suas ações na área social, este último ainda tentava implantar o Estado de “bem estar social”.

Ao aliar processos produtivos novos aos ensaios iniciais de um Estado mínimo, em especial quanto ao desenvolvimento de políticas sociais no final dos anos iniciados em 1970, a sociedade civil organizada ganhou espaço na prestação de serviços sociais. Este era um tempo de pobreza acentuada e de taxas altas de polarizações sociais, entre tantas outras expressões da questão social. Neste tempo, nascia o embrião do Terceiro Setor, que progressivamente assumiu responsabilidades maiores na área social.

¹⁰ A tomar-se um exemplo apenas, ver elementos de da histórica do atendimento aos doentes mentais no Pará em Pedroso (2008).

¹¹ Organização da sociedade civil.

Nesse cenário, as organizações públicas não estatais ganham maior visibilidade na sociedade contemporânea, em função de que elas são:

[...] organizações que vêm se distinguindo como nova estratégia para prestar serviços, promover o desenvolvimento econômico, impedir a degradação ambiental e defender os direitos civis e os direitos sociais. Também, vêm atuando na produção de serviços sociais e na execução de políticas sociais. Possuem ao mesmo tempo funções políticas, sociais e econômicas e se apresentam sob a pluralidade e formas jurídicas e de nomenclaturas. (MENEGASSO, 2001, p. 7).

Ainda a respeito, Wieczynski (2003) argumenta que as organizações que não pertencem ao Estado, nem ao setor privado, são consideradas organizações do Terceiro Setor. Legalmente, estas organizações são denominadas de entidades sem fins lucrativos, e a expressão ONG não existe juridicamente. Para fins de registro, elas são denominadas sociedades sem fins lucrativos. Por sua vez, Landim (1993) diz que elas se parecem mais com as associações, já que estão envolvidas com grupos da sociedade civil organizada.

Portanto, as organizações do terceiro setor não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, muito menos ao conjunto de empresas privadas e demais instituições que compõem a economia de mercado. É interessante notar que, em cada país, há denominações diferentes para estas organizações. Na França, são conhecidas como economia social. Nos Estados Unidos da América (EUA), utiliza-se a expressão terceiro setor, no qual se encontram as cooperativas, as organizações sem fins lucrativos e as organizações voluntárias em geral. Na Europa continental, veicula-se mais a expressão ONG. No Brasil e em outros países da América Latina, como posto por Wieczynski (2003), são mais conhecidas como “[...] organizações da sociedade civil”.

Porém, indiferentemente de qual setor estão atuando, a eficiência das organizações é determinada pela maneira como elas são gerenciadas. O fato simples de agrupar pessoas e recursos não basta para desenvolver um trabalho bom, mas sim, é necessário que haja um gerenciamento minimamente bom e, para tanto, há de se valer de medidas de eficiência, eficácia e efetividade (TENÓRIO, 2001). Assim, a gerência comprometida em atingir estas medidas tem que se utilizar, segundo Tenório (2001), de quatro funções gerenciais primordiais: planejamento, organização, direção e controle/avaliação.

É esse mesmo autor que reitera que essas funções precisam ser entendidas como um ciclo que se repete dentro da organização. E, também, alerta que trabalhar nas ONGs, seguindo as funções gerenciais, é a maneira única de sobrevivência destas organizações.

Contudo, elas possuem um grande desafio: avançar no campo da gestão social, utilizando-se das ferramentas essenciais citadas anteriormente. A abordagem teórica sobre os movimentos sociais está pautada em cima da importância e o surgimento do processo de democratização com a presença dos movimentos sociais no município, isto nos anos de 1970 e 1980. Então, o conceito de sociedade civil foi recuperado, o que resultou em estudos e linhas de pensamento sobre o assunto.

Na visão de Doimo (1995), durante os anos de 1970 e 1980, atores sociais importantes no cenário brasileiro iniciam a inserção em seus discursos do “povo como sujeito”. Para esta autora, atores como os intelectuais da academia, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e os agrupamentos de esquerda, foram os responsáveis pela recuperação da “capacidade ativa do povo”. Isto se tornou possível graças à valorização e revitalização das culturas tradicionais e das estratégias de diálogos que questionavam as atitudes e as práticas autoritárias,¹² levando então o ‘povo’ ao *status* de ator principal na cena política.

Nesse contexto, é importante lembrar a trajetória do conceito de sociedade civil no Brasil, como dito anteriormente, coincide com o regime autoritário e de natureza militar. Para Costa (1997), o poder local é uma categoria da ciência política que contém trabalhos diversos em perspectivas diferenciadas e, todavia, seguem até hoje nas discussões e que leva à relação quase que direta quanto ao espaço de domínio de coronéis. Estes, por sua vez, exercem o domínio político de regiões pequenas e médias, através de práticas clientelistas e se limitando à superioridade política local mais focalizada.

A atuação do Estado em certo momento como intercessor e em outro de repressor leva a julgamento sobre a relação deste ente político com o cidadão que participa ativamente dos conflitos sociais ou outros. No entendimento de Bobbio (2004, p. 51), o cidadão de participação ativa exige proteção maior do Estado e a partir do momento que ele exige esta proteção ele reforça o mesmo Estado do qual “[...] ia de se assenhorear e que, ao contrário, acaba por se tornar seu patrão”. Ainda sob esta ótica, Bobbio (2004, p. 51) infere que, a “[...] sociedade e o Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”.

A situação econômica no final dos anos 1970 e começo dos anos de 1980 mudou a discussão sobre o poder local. Então, surgem novas modalidades de gestão municipal se pautando muitas vezes nas práticas participativas e democráticas e criando canais de

¹² O que pode ser identificado como resquícios de ditadura.

participação popular. Este é o lado “positivo” do poder local, que organiza forças sociais novas, numa sociedade mais democrática e mais desenvolvida. Para Gohn (2003), a categoria poder local passou a ser adotada como representativa de espaço de gestão político-administrativa e não como sede das elites. Mudanças na conjuntura política e no cenário econômico explicam tais alterações.

Então, redefiniu-se o poder local como sinônimo de força social organizada, como modalidade de participação da população, na direção do que tem sido denominado *empowerment*¹³ ou fortalecimento da comunidade. Esta realidade pode ser considerada, como posto por Teixeira (2000, p. 38), uma das manifestações da participação na atualidade, que possuem valores como “[...] solidariedade, a não preocupação com a tomada do poder, o respeito à pluralidade e às diferenças, a prática de relações democráticas”. E a presença de canais participativos novos e de atores sociais novos e políticos perpassam a uma análise sobre democracia no poder local.

De fato, esses personagens ganham cena e se configuram nesse espaço a partir da modificação e redefinição das relações de poder. Também, no âmbito das comunidades locais começaram a surgir possibilidades novas para o processo de desenvolvimento. Kisil (2000, p. 135) explica que “[...] as pessoas redescobriram que podem fazer coisas por si próprias, individualmente como empreendedoras, ou organizadas em grupos e comunidades”. Ainda nesta direção, o conceito de participação como um meio, proposto por Kisil (2000), ilustra bem o que as lideranças locais tentam alcançar em suas comunidades para obterem representatividade em seus projetos em nível macro.

No entanto, seu fortalecimento também é uma maneira de atingir a participação como um fim, a partir da sensibilização da maioria da comunidade. Neste sentido, a idéia de comunidade tem um ‘valor de uso’ muito bem trabalhado. Precisamente, ao mesmo tempo em que a mesma busca reincorporar os laços sociais locais através da sensação advinda desta idéia de comunidade e do pertencimento.

No entendimento de Souza (2000, p. 12), o método de cooperação entre um grupo de pessoas se baseia

[...] na ação conjunta, no trabalho coletivo de indivíduos associados livremente para pôr em marcha à obtenção de condições econômicas, sociais, morais e civis, por meio de suas forças para prestar, reciprocamente uma série de serviços. O movimento cooperativismo/ associativismo está apoiado numa filosofia nova, ou seja, seu propósito é fazer vingar uma transformação pacífica, porém radical, das condições

¹³ Numa tradução mais direta, alguns se referem a empoderamento, um neologismo.

econômicas e sociais criadas pelo lucro desordenado dos capitalistas onde prevalece a exploração do homem.

Inclusive, nesta perspectiva, adotam-se estratégias de convivência democrática através da participação e organização da sociedade civil. Para Habermas (2002), são nas lutas pelo reconhecimento de identidades, de defesa contra a opressão, marginalização e exclusão, que a sociedade se articula e busca através de práticas democráticas a luta política e as interpretações de interesses coletivos, seja em meio à comunidade do povo ou no âmbito de uma cultura majoritária.

Na Amazônia brasileira, estudos revelam o avanço no processo de organização dos produtores rurais, tanto dos extrativistas quanto dos agroextrativistas. Almeida (2001) revela a emergência de processos organizativos a partir dos conflitos agrários nesta região, os quais teriam eclodido com a intervenção do Estado, especialmente desde os anos de 1970. Num primeiro momento, esta organização teria se dado em base à associação de interesses, como os dos extrativistas – o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) – e os dos indígenas, como a União das Nações Indígenas (UNI). Mas logo, desenvolveu-se um processo de fragmentação, passando os conselhos, as associações etc., a ter uma natureza mais local ou regional.

Allegretti (2002) aprofundou a pesquisa entre os seringueiros, notadamente a partir da experiência de Chico Mendes. Nestes termos, a autora revela o poder das relações que nos anos de 1980 esta categoria de trabalhadores rurais atingiu, inclusive, na esfera internacional. E apesar da violência sistemática, principalmente de fazendeiros oriundos do sul do país, esta categoria social logrou ver seus direitos reconhecidos na carta magna do país e em legislações específicas (BRASIL, 1988). No entanto, estes avanços não foram suficientes para impedir o assassinato da liderança que mais se destacou neste processo de mobilização por direitos na região.

Na Amazônia oriental, os trabalhos de Silva (2007, 2003) são igualmente importantes quanto aos extrativistas florestais e pesqueiros e aos agroextrativistas e seus processos organizativos, em especial na Reserva Extrativista (RESEX) Cajari e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Iratapuru, no estado do Amapá. Este autor tem mostrado as lutas do dia a dia, bem como as limitações que os mesmos encontram na tentativa de avançar quanto ao associativismo e ao incremento quantitativo e qualitativo na produção de renda. Conflitos internos e entraves estruturais emergem como os limites maiores neste processo.

Apoiados nessas teorias verificou-se que os movimentos sociais contribuíram efetivamente para elevar o padrão de vida da população de baixa renda que vive da cultura do açaí, no município de Igarapé-Miri; e, conseqüentemente, tais movimentos propiciaram a inclusão social desta mesma população. O trabalho de Cunha (2006) avança no sentido de explicitar uma vontade persistente principalmente das mulheres de Igarapé-Miri quanto à organização para o trabalho e recuperação dos açaizais e também quanto ao processo de organizações cooperativas. Inclusive, quando da realização do *survey* em novembro de 2007 para a pesquisa, algumas das lideranças máximas vinculadas aos processos produtivos do açaí eram mulheres.

Assim, toda uma discussão pode ser aprofundada quanto ao papel das mulheres no desenvolvimento endógeno. E para isto, dentre outros, os trabalhos de Simonian (2001) certamente foram importantes. A respeito, Simonian (2001, p. 34) ressalta que apesar de o “[...] Estado, das agências de financiamento, igrejas, Organizações não governamentais – ONG e da própria sociedade dificilmente integra[r] as mulheres em seus questionamentos, decisões e planos para o desenvolvimento [...]”, estas atrizes sociais vem abrindo espaço nos processos organizativos, inclusive de produção. Aliás, isto é perceptível em Igarapé-Miri, mesmo a partir de uma olhada circunstancial.

Pelo fato de a formação das associações no segmento da produção da cadeia do açaí representar um fenômeno relativamente novo e pouco difundido, poucos estudos ainda existem a este respeito e, mesmo assim, nenhum deles trata especificamente dos motivos que têm levado à formação de tais associações. As comunidades formadas por grupos sociais com características secundárias têm liames baseados em um processo produtivo. Nesta linha de pensamento, Alencar (1997, p. 7) acrescenta que estes grupos “[...] são constituídos para aumentar o poder de pressão, barganha, reivindicação ou negociação dos seus membros frente a outros grupos de interesse”.

Dessa maneira, as associações são grupos sociais e podem ser de natureza informal e formal. Segundo Alencar (1997, p. 8), “[...] o associativismo informal representa formas espontâneas de ajuda mútua, de modo geral desenvolvidas entre membros de uma comunidade”. Já nas associações formais, de acordo com Alencar (1997, p. 8), este tipo de grupo é “[...] sistematicamente constituído para desempenhar certas funções e opera em conformidade com certas regras de procedimentos previamente estabelecidas, denominadas regimentos, estatutos, etc.”

De modo geral, as associações formais e informais são chamadas de organizações. As modalidades de associativismo formal mais conhecida no setor rural brasileiro são o

cooperativismo e o sindicalismo, que tem se expandido em decorrência do processo de capitalização que vem ocorrendo na agricultura, na agropecuária e, também, no extrativismo (ALENCAR, 1997; SIMONIAN, 2007). Assim, ao referir-se à organização dos produtores, busca-se suscitar, dentro da teoria geral da administração e como propõe Mota (1998), uma visão da organização como um sistema cooperativo racional.

Ainda conforme esse autor, os indivíduos estão dispostos a cooperar sempre que suas atividades dentro da organização contribuam direta ou indiretamente para seus próprios objetivos. Nas comunidades rurais, tais organizações são largamente aceitas como uma maneira racional de resolver os problemas variados por elas enfrentados. Portanto, há razões para falar das organizações como tendo fins a atingir, mesmo que muitos dos membros não os partilhem pessoalmente. Como ressaltado por Simonian (2008), em contexto desta natureza, os faccionalismos político-ideológicos políticos são sempre muitíssimo presentes.

Além disso, as organizações diferem das comunidades e das sociedades não só por terem finalidades explícitas, mas também pelos meios utilizados para atingi-las. Nas comunidades rurais, as organizações vieram a ser largamente aceitas como a maneira mais racional para alcançar a resolução de problemas variados. Entretanto, vale lembrar que as organizações estão sujeitas ao sucesso ou ao fracasso em razão de jogos de interesse, oportunismos e atritos internos. Certamente, aqueles que detêm o controle das organizações podem não atingir efetivamente os fins a que se propõem. Podem existir graus variáveis de oposição interna em relação a estes fins.

Assim, os associados partilham crenças comuns e tem um interesse igualmente comum no sucesso da associação, embora não estejam de acordo em todos os pontos, como é aceitável nos contextos das relações humanas. É também possível a ocorrência de oposições ou pressões externas, que podem criar barreiras ao sucesso ou ao desempenho das organizações. Como exemplo, pode-se citar a criação de legislações de impostos novas e o avanço tecnológico de empresas concorrentes, dentre outros aspectos limitantes.

Qualquer atividade que seja organizada e que apresente representantes comprometidos com os anseios da categoria e com as possibilidades do mercado tem evidentemente mais força. No caso do açaí, o universo de produtores é grande e variado. Como esperar que um trabalhador urbano de uma cidade do interior, que tira duas rasas de açaí por dia na sua propriedade, tenha o mesmo objetivo que um empresário que produz 100 rasas por dia, sendo que cada rasa corresponde a duas latas de açaí de 15 kg cada.

Uma organização viável para o produtor pode ocorrer por meio da compreensão do mercado, de suas possibilidades, do potencial e dos problemas que sua atividade enfrenta como um todo. Ainda, a consciência crítica e de organização certamente pode aumentar a participação da base na atuação das entidades de classe. Os produtores tecnificados, mesmo que atuem em regiões de tecnologia de potencial baixo, têm influência e tendem a exercer certa liderança sobre os outros. Nos dias atuais, qualquer produtor tem que saber que sua administração e suas decisões não terminam nos limites da sua propriedade.

2.2.2 O papel do associativismo como estratégia na cadeia agroindustrial do açaí

Produtores com objetivos comuns podem unir-se em grupos, tanto em suas comunidades quanto no âmbito do município ou do estado, aumentando o seu poder de negociação e de competição no mercado. Obtêm-se, neste caso, bons resultados tanto na compra de insumos como no beneficiamento e na venda da produção. Para tanto, surgem as associações e cooperativas que, teoricamente, são organizações criadas a partir das necessidades próprias dos produtores para implementar a produção e, sobretudo, para dinamizar as relações internas entre os produtores, os membros da comunidade em estudo.

As associações de produtores e as cooperativas em tese são de importância fundamental para os produtores. Conforme geralmente dispõem seus estatutos, elas atuam como propulsoras do desenvolvimento, por favorecer o processo de aprendizagem coletiva, segundo as situações vivenciadas por cada grupo e, ainda, contribuir para a dinamização do processo de comercialização. É importante destacar que, na associação, a existência desta modalidade de organização torna-se essencial para as famílias avançar no sentido de um convívio inovador por meio de outras modalidades de trabalho conjunto, como o mutirão ou os plantios solidários.

Entretanto, tais organizações correriam sérios riscos de sucesso se não existisse a presença de representação de destaque nesse contexto, que é a figura do líder. A capacidade de liderança, ou seja, de despertar a iniciativa e interesse nas comunidades, está centrada em poucos indivíduos associados. E, se não for por estes indivíduos mais interessados, provavelmente algumas destas associações nunca teria existido ou já não existiriam mais.

O crescimento dessa modalidade de associativismo, em especial entre pequenos e médios produtores, pode ser vista, segundo Alencar (1997, p.19), “[...] como resultado da

intervenção de organizações governamentais e ONG no sentido de aumentar os ganhos de escala nas atividades de produção e nas operações de compra e venda”. Este mesmo autor ressalta que as modalidades diferentes de associativismo, incluindo também o informal, não estão a receber a atenção devida nas universidades, na ótica de suas abordagens teóricas mais variadas.

É ainda Alencar (1997) quem acrescenta que as associações são organizações que envolvem:

- um crescente contingente de produtores, os quais são socialmente heterogêneos; o processamento e a comercialização dos seus produtos, a comercialização dos insumos que usam no processo produtivo, a prestação de serviços de assistência técnica, aluguel de máquinas e crédito;
- o objetivo de representação dos interesses dos seus associados, tido como central pelo menos nos estatutos;
- a operação em um mercado complexo, com elevada concentração de capital e sob a influência de um processo de globalização econômica;
- a inserção em uma sociedade onde a dinâmica de sua economia deslocou-se do setor rural para o setor urbano-industrial, há mais de meio século.

O papel das associações, pela sua relevância social, também está previsto no Capítulo I da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), que reporta aos direitos e deveres individuais e coletivos, mais especificamente:

- O capítulo XVII do artigo 5º, estabelece que: “[...] é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”.

- No parágrafo XVIII do mesmo artigo, ressalta-se que: “[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

- Já o parágrafo XIX dispõe que: “[...] as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado”.

- O parágrafo XX rege que: “[...] ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”.

- Por fim, o parágrafo XXI destaca que: “[...] as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, tem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente”.

Como organização agroindustrial, a associação cooperativista demanda de seus produtores associados eficiência maior, produtividade e qualidade da produção, atributos que constituem a matéria-prima da atividade industrial cooperativa. Nestes termos,

possibilita-se o desenvolvimento da produção própria do cooperado, sendo que este modelo de organização encerra em seu modo de atuar uma dinâmica de ampliação do mercado e de facilitação do acesso, tanto em preço como em quantidade, aos insumos em geral. É, portanto, neste ponto, que o associado espera de sua organização a otimização da prestação de serviços e dos preços por eles recebidos em suas transações comerciais, assim como a minimização dos preços pagos na aquisição de insumos e outros bens inerentes à sua produção.

Conforme afirma Brandão (1999), o fortalecimento do sistema cooperativo provavelmente é o instrumento principal que os produtores têm para assegurar práticas de preços menos desfavoráveis por parte das indústrias. Neste contexto, a cooperativa representa um instrumento forte de defesa que o produtor tem nas mãos. Entretanto, a história tem mostrado que, em muitos casos, estas são administradas de maneira pouco profissional – o que geralmente decorre de capital social baixo – e, em conseqüência, perdem competitividade, vindo a enfraquecer e, em muitos casos, até desaparecer.

Os produtores de açaí de Igarapé-Miri, com o respaldo da personalidade jurídica rural e social associativista ou cooperativista, procuraram se fortalecer por meio da organização e união. Eles também recorreram à obtenção de recursos financeiros, técnicos, administrativos, tecnológicos e de infra-estrutura, oriundos da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri (PMIM), fundos especiais do governo federal e estadual nas áreas de saúde, educação e social, ONG e outros. E tudo com uma meta visando atingir, em primeiro plano, uma melhoria local, produtividade maior – tanto coletiva como individual, e em segundo lugar, buscando incrementar a renda familiar, e, conseqüentemente, alcançar uma qualidade de vida melhor.

As associações existentes no município, além de colaborar para a elevação do nível de renda dos produtores por meio da busca de alternativas tecnológicas apropriadas às suas condições de produção e meios novos de comercialização, contribuem significativamente também para o desenvolvimento da cidadania, de poder de reivindicação e de negociação (ALENCAR et al., 2001). A mobilização e a motivação dos produtores para a viabilização do cooperativismo são alternativas que podem resultar em poder de barganha maior para os produtores de açaí. E, conseqüentemente, este processo implica em num aumento significativo da remuneração do trabalho e demais investimentos.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Outro conceito que se adotou no trabalho foi o do desenvolvimento local, que parte da idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, culturais, ambientais, institucionais e humanos que contem o seu potencial de desenvolvimento endógeno. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações adequadas e sob o controle crescente da comunidade local, garante a criação de riqueza. E, assim, pode-se garantir a melhoria do bem-estar da população local.

Justamente, por concertar os potenciais de cada localidade o desenvolvimento local, suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor, vontade real e subjetiva de fazer com que toda a comunidade participe dos benefícios do desenvolvimento. Deste modo, todos poderão ter uma melhoria na qualidade de vida. E tal perspectiva aponta para caminhos diferentes, segundo as características e capacidades de cada economia e de cada comunidade local, a exemplo do que o município de Igarapé-Miri representa nesta direção.

O desenvolvimento local tem como objetivo a realização do ser humano através da democratização do acesso à informação e formação e às condições materiais e imateriais do fazer a vida. Portanto, passa necessariamente pelo fortalecimento de todos os cidadãos para uma ampliação da cidadania através da radicalização da democracia. Nestes termos, apenas a participação da sociedade permite o controle social do desenvolvimento, pois permite efetivar o espaço local como o *locus* privilegiado da formação do cidadão. A sociedade só participa quando toma parte nas decisões e se responsabiliza por elas, quando, então, os cidadãos se tornam sujeitos do processo de desenvolvimento local. A pensar-se como Zapata et. al (2001), a participação efetiva eleva o ator à condição de agente de mudança e a comunidade organizada à de protagonista pró-ativo do processo de gestão social.

O sentido de desenvolvimento local aproxima-se, claramente, dos postulados de desenvolvimento sustentável. E isto a despeito de todos os interesses comerciais e econômicos, no que se refere aos interesses da humanidade e preservação do meio ambiente. Ou, ainda, pelo menos, a exploração dos recursos naturais pelas gerações presentes ocorre com o sentido de consciência de que as futuras gerações têm o direito de acesso a estes mesmos recursos.

2.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável implica o uso racional dos recursos naturais disponíveis, já que todos são limitados e finitos. O desenvolvimento tem sido o paradigma do milênio. O meio ambiente começou a ser mais bem observado e a gerar preocupações a partir da década de 1960, quando o uso indiscriminado dos recursos naturais começava a provocar efeitos catastróficos sobre o planeta, o que veio a público por meio da obra *Silent spring* (CARSON, 1960), lançada nos EUA. Ainda, muitos dos problemas ligados ao meio ambiente decorrem do emprego de tecnologias de produções que não levaram/levam em conta os impactos ambientais e seus efeitos globais.

A especialização segmentou o conhecimento, onde cada especialista fazia somente a sua parte sem se preocupar com o todo. Entretanto, os sistemas que compõem o meio ambiente são interdependentes sendo indispensável uma análise das relações causa/efeito entre os fenômenos mais diversos. Até final da década de 1960, por exemplo, o objeto do planejamento estava limitado à economia. Para Cavalcanti (1995), o ambiente natural era uma abstração, partindo-se do pressuposto que os recursos eram inesgotáveis e que poderiam ser apropriados e explorados pela sociedade, para vencer a escassez e aumentar a oferta de bens e serviços.

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta foi tão intensa que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a promover a I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972 (VEIGA, 2004). No mesmo ano, porém, anterior a esta conferência, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo *Limites do crescimento*, cujas conclusões indicavam que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos (VEIGA, 2004). Também, as mesmas indicaram que tal situação provocaria uma diminuição repentina da população mundial e da capacidade industrial.

O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a “catástrofe” iminente. No entendimento de Veiga (2004), as reações vieram de intelectuais do mundo desenvolvido, para quem a tese de Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial e dos países subdesenvolvidos. Nestes termos, os países desenvolvidos queriam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, isto como uma justificativa ecológica.

No ano de 1973, lançou-se o conceito de ecodesenvolvimento, pelo canadense Maurice Strong, cujos princípios foram formulados por Sachs (1993). Nesta perspectiva, os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se especialmente às regiões subdesenvolvidas e envolvia uma crítica abrangente à sociedade industrial.

A partir desses debates em torno do ecodesenvolvimento é que foram abertos espaços para o conceito de desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2004)¹⁴. No ano de 1974 houve outra contribuição à discussão com a Declaração de Cocoyok, da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta declaração afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição indisciplinada dos recursos naturais. Os países industrializados contribuíam para este quadro com altos índices de consumo. Para a ONU, não há apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo, há também um máximo.

Em 1975, esta mesma organização voltou a participar na elaboração de um outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, que foi elaborado pela fundação de nome homônimo, quando pesquisadores de 48 países e políticos colaboraram. Este Relatório complementa o de Cocoyok, afirmando que as potências coloniais concentram as terras melhores das colônias nas mãos de uma minoria, forçando a população pobre a usar outros tipos de solos, promovendo a devastação ambiental. De acordo com Veiga (2004), estes dois relatórios possuem um ponto em comum que é a exigência de mudanças nas estruturas de propriedade do campo e a rejeição pelos governos dos países industrializados.

A Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no ano de 1987, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por *Relatório Brundtland*. Neste, diz-se que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações

¹⁴ O Clube de Roma é constituído por um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um conjunto vasto de assuntos relacionados à política, economia internacional e, sobretudo, ao meio [ambiente](#) e o [desenvolvimento sustentável](#). [Aurelio Peccei](#), industrial e acadêmico [italiano](#) e [Alexander King](#), cientista [escocês](#), o fundaram em [1968](#). Tornou-se um grupo muito conhecido em [1972](#) devido à publicação de livro elaborado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology ([MIT](#)), contratada pelo Clube de Roma e chefiada por [Meadows](#), conforme visto acima (CLUBE, s. d.).

satisfazerem suas necessidades (BRUNDTLAND, 1987). No relatório, não há críticas à sociedade industrial, como nos documentos anteriores.

Inclusive, o mesmo demanda crescimento tanto em países industrializados como em países subdesenvolvidos e faz uma ligação entre a superação da pobreza nestes últimos anos ao crescimento contínuo dos primeiros. Com estes termos, o Relatório foi bem aceito pela comunidade internacional (RATTNER, 2003). E, no ano de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta.

Precisamente e desde então, a maioria dos países deixou de ignorar as relações entre desenvolvimento sócio-econômico e modificações no meio ambiente. No entanto, a delegação dos EUA ofuscou as discussões e forçou a retirada dos cronogramas para eliminação da emissão de gás carbono (CO₂), que constavam no acordo sobre o clima, não tendo, inclusive, não assinado a Convenção sobre a Biodiversidade (CDB). Ainda, no decorrer da ECO 92, redefiniu-se os objetivos e meios de programas de assistência para a relação sociedade-natureza.

Também, o desenvolvimento sustentável ocupou o papel central da ECO 92, onde 126 chefes de Estado ou seus representantes assinaram convenções várias e se comprometiam a alcançar suas metas. Aprovou-se documentos importantes nesta Conferência, a saber: a [Carta da Terra](#); três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas); uma declaração de princípios sobre florestas; a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; e a Agenda 21, onde se estabeleceu a base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente.

A crise sócio-ambiental desse final de século colocou em risco as bases teóricas e metodológicas que sustentaram o estabelecimento do atual modelo de crescimento econômico e sua reiterada inobservância dos limites impostos pela natureza, especialmente, no que concerne aos meios de produção. Diante da complexidade e gravidade do momento atual, faz-se necessário uma mudança na estrutura dos meios de produção, conciliando estes com o desenvolvimento sustentável local, seja urbano ou rural. E, neste contexto, o ideal de sustentabilidade implica em apoio aos princípios de uma agricultura sustentável, a agro-ecologia, que propõe a agricultura como um processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas tecnologias, daí a importância do desenvolvimento sustentável no meio rural.

E, como posto por Sevilla-Guzmán (1999), a agro-ecologia ajuda no direcionamento das ações e atividades que promovam estilos novos de desenvolvimento e de agricultura, e que respeitem não apenas as condições específicas de cada agrossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural. O desenvolvimento sustentável, para Almeida e Navarro (1997, p. 42), exige um processo de mudança no qual a “[...] exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico, o perfil das instituições devem estar de acordo com as necessidades atuais e das gerações futuras”.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Vieira (1997), pode ser um instrumento importante para denunciar e tentar resolver os conflitos entre crescimento econômico, desigualdade social e conservação ambiental. Porém, ele vem sendo utilizado de maneira massiva por segmentos diversificados e a partir de concepções contraditórias, que podem criar um chavão novo, ou até mesmo uma lenda nova. Assim, não se pode ignorar a correlação de forças no plano internacional em favor dos países industrializados, as relações desiguais no comércio internacional, o poder das multinacionais, as contradições internas nos países em desenvolvimento e as forças do mercado.

A ter-se presente essas questões, a idéia de sociedades sustentáveis pode ser mais adequada para pensar o desenvolvimento das formações sociais diferenciadas. De fato, ela possibilita a cada sociedade definir seus padrões de produção e consumo, bem como seu nível de vida, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. E, nesta perspectiva, abandona-se o modelo insustentável das sociedades industrializadas em favor da possibilidade de existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, baseadas no princípio da sustentabilidade ecológica, econômica, social, política e cultural.

Pode-se então afirmar que a idéia de sustentabilidade está diretamente ligada a suporte, à conservação de recursos naturais. Segundo Camargo (2003), o desenvolvimento sustentável é também uma estratégia por meio da qual as comunidades buscam o desenvolvimento econômico; ao fazer alusão à objetividade do conceito apresentado pelo Center of Excellence and for Sustainable Development, ressalta que seus métodos tradicionais de planejamento e desenvolvimento estão criando mais problemas do que os resolvendo. É ainda uma estratégia pela qual as comunidades buscam um desenvolvimento econômico que beneficie o meio ambiente local e a qualidade de vida.

Esse conceito e tudo o que ele implica tem-se tornado um guia importante para muitas comunidades, pois elas descobriram que os métodos tradicionais de planejamento e

desenvolvimento estão criando, em vez de resolver, problemas sociais e ambientais. Como exemplo, pode-se citar o resultado do habilidoso manejo florestal, feito desde os tempos dos antepassados da humanidade. Nas várzeas da área estuarina mais ampla do rio Tocantins, onde se encontra o município de Igarapé-Miri, as comunidades que ali vivem são exemplos de manejo e uso sustentáveis de recursos naturais na Amazônia.

Aliás, por séculos, estas comunidades desenvolvem em seus sistemas de produções práticas de conservação dos solos, água, fauna e flora, mantendo quase que integral as florestas de várzea, que é a principal fonte de recursos para o desenvolvimento socioeconômico das populações locais. Nesta direção, o cenário é favorável e mostra que a atividade de cultivo e extrativismo do açaí pode ser considerada sustentável, compatibilizando-se perfeitamente com as políticas da ONU voltadas para o meio ambiente e desenvolvidas em 1980, pela UNCED (BRUNDTLAND, 1987). A atividade mobiliza a economia regional e a do município, garantindo assim a sobrevivência de boa parte da população ribeirinha amazônica, como também é um recurso que resguarda a cultura popular.

Assim, com o conhecimento nativo desenvolvido inter-gerações, essas populações tem garantido sua segurança alimentar, fornecendo ao mesmo tempo, um excedente importante de produtos extraídos destas áreas para o abastecimento de Belém e outras cidades do estado do Pará. A região da parte baixa do Tocantins conserva 67% da sua área total ocupada com florestas e culturas permanentes (IBGE, 1996). Conforme Brasil, Fundação (2005), este percentual lhe confere uma posição invejável em relação ao manejo e conservação de recursos naturais, quando comparada com regiões de ocupação recente na Amazônia.

No que diz respeito aos métodos tradicionais, apesar de sua importância no contexto cultural regional, eles podem engendrar problemas sociais e ambientais sérios. De acordo com Camargo (2003), o desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura através da qual as comunidades podem usar recursos mais eficientemente, criar infra-estruturas eficientes, proteger e melhorar a qualidade de vida e criar comunidades saudáveis. Estas, por sua vez, poderão sustentar não apenas a geração atual tão bem quanto as que vierem no futuro próximo e distante.

A questão da sustentabilidade é muito mais do que um conjunto de postulados teóricos; representa uma questão de sobrevivência na Amazônia – e remete a uma reflexão profunda a respeito da relação Estado, sociedade e natureza. Conforme Simonian (2000), ao tratar-se de políticas públicas e desenvolvimento sustentável em áreas protegidas e

unidades de conservação na Amazônia brasileira, tem-se três tendências interpretativas. No que respeita à primeira, ela articula uma concepção em torno da integração entre os seres humanos e a natureza, que pode ser traduzida pelo seu caráter simbólico.

A segunda viabiliza o manejo negativo dos recursos naturais e se sustenta na teoria econômica clássica de “acumulação primitiva do capital”, no sentido dado por Marx ([1867] 1946). Precisamente, esta segunda vertente revela uma complexidade de fatores, desde o desenvolvimento de políticas públicas que consideram a pesquisa, a agressividade do setor produtivo, até a exploração dos recursos naturais de maneira destrutiva pelas populações tradicionais locais. E tudo em muito devido às crises prolongadas e à impunidade dos infratores.

A terceira vertente é consequência do manejo negativo e traz propostas em torno do desenvolvimento sustentável. Para a mesma Simonian (2000), esta via implica a possibilidade de sustentabilidade ecológica, econômica e social. Por fim, a autora apresenta um panorama negativo, pois, apesar dos avanços, as políticas públicas tem sido negativas quanto à sustentabilidade dos recursos naturais, à eficácia econômica e aos interesses sociais, em especial em áreas de reserva.

A crise econômica no final dos anos 1970 e começo dos 1980 mudou a discussão sobre o desenvolvimento para uma visão local e apropriada para cada comunidade. Assim, define-se um paralelo entre a necessidade de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento da agro-extrativismo familiar. Isto torna evidente a necessidade de um salto shumpeteriano de inovação em seus modelos de produção, com vistas a alcançar um agro-extrativismo familiar com desenvolvimento rural sustentável.

Nessa direção, a idéia de desenvolvimento rural sustentável torna-se indissociável da necessidade de sustentabilidade ecológica. Hurtienne et al. (2001) ressalta a importância de se priorizar vantagens de prazo médio em detrimento das vantagens de prazo curto como marcos de tomada de decisão na agricultura familiar na Amazônia; aliás, o mesmo pode ser dito quanto ao ou no agro-extrativismo familiar. Ainda de acordo com estes mesmos autores, o esclarecimento das estruturas mistas dos cálculos sócio-econômicos dos agricultores familiares pode indicar uma zona de convergência entre sustentabilidade ecológica, consolidação econômica e melhoramento nas condições de vida.

Em síntese, em se tratando da agricultura ou do agro-extrativismo familiar e do desenvolvimento rural sustentável, há relação diretamente proporcional entre a utilização ecologicamente viável dos recursos naturais e a consolidação econômica da atividade agrícola. E, principalmente, no sentido de ganhos de produção e renda, o que proporciona

lucros reais e melhoria na qualidade de vida do agricultor familiar. Entretanto e neste ponto, vale registrar o alerta de Costa (2000), de que uma estratégia de desenvolvimento não se faz apenas pela superação das limitações, nem só pela correção dos fatores negativos a ela associados.

De fato, há de se maximizar as oportunidades, especialmente na direção de sua associação às disponibilidades efetivas de cada região, com suas vantagens competitivas. Ainda, o autor apresenta a tese de que uma proposta de desenvolvimento para a região amazônica perpassa pela construção de uma sociedade melhor, que terá de contribuir para a redução das desigualdades sociais, como modo, inclusive, de ampliar a base do mercado regional para novos níveis de desenvolvimento do país como um todo. Sustenta ainda que o desenvolvimento implica em formação e em adoção de tecnologias adequadas às condições do trópico úmido e minimizar as tensões sobre biodiversidade, contribuindo para a revelação das suas possibilidades enquanto um estoque de capital de realização futura.

Nesse sentido, não há espaço para o desenvolvimento local voltado para um produto ou serviço único, uma atividade única que venha a se tornar marca registrada daqueles produtores locais. As soluções mágicas, vindas de cima para baixo, com aquele processo de organização e padronização estatal, não têm mais espaço no mundo globalizado. E, certamente, a globalização, movida por processos de informação em tempo real e inovação tecnológica e fazendo parte do cotidiano, não abre mais nenhuma alternativa para comunidades que vivam exclusivamente de assistencialismo, de políticas clientelistas, assim entendidas como uma política de curto prazo.

Essas políticas representam atividades governamentais pelas quais os favorecidos e os não-favorecidos, os beneficiados e os não-beneficiados nunca precisam entrar em confronto direto (LOWI, 1995). Afirma este autor que, a se tratar de políticas distributivas entendidas como sinônimos de políticas clientelistas, os desfavorecidos sequer podem ser indicados como grupo. Por certo, os mais influentes entre eles podem sempre ter seus interesses acomodados através de posteriores atendimentos individualizados.

As teorias que nortearam a pesquisa, como a do desenvolvimento endógeno, sustentável, do associativismo e a discussão sobre cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri, se tornaram centrais para esta dissertação. Elas permitiram identificar, resgatar e compreender as relações entre os produtores de açaí do município, tanto entre os que trabalham de maneira organizada como os que labutam sem articulações maiores. E, sobre a endogenia, verificou-se que o açaí é uma cultura nativa da região, resultando do conhecimento tradicional e da introdução de algumas técnicas. Assim, ganhou visibilidade,

importância e tornou-se um instrumento de mudanças, traduzidas em melhoria de renda e conseqüentemente na qualidade de vida da população ribeirinha do município.

Durante a pesquisa, pôde-se constatar que toda a produção de açaí do município é oriunda de plantios totalmente orgânicos. Precisamente, faz-se o mesmo sem a utilização de agrotóxicos e sem agredir o meio ambiente. Assim, considera-se que com isto se torna fundamental o modo como é produzido em Igarapé-Miri, pois favorece a conservação e o uso sustentado da biodiversidade.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI

O município de Igarapé-Miri situa-se na região do baixo rio Tocantins, estado do Pará, cuja localização precisa se viu anteriormente no Mapa 1. Esta área foi habitada por populações indígenas pré-coloniais. De acordo com Saragoça (2000), os Tocantine ali viveram, conforme a mapografia dos tempos coloniais. Os europeus os encontrariam no século XVII e, desde então, a região vem sendo dominado por modalidades diversas de colonialismos, os quais inclusive contribuíram no sentido de exterminar os indígenas que ali viviam. Desde então, portugueses, afrodescendentes e populações neobrasileiras de origem cabocla estão a ocupar seu território, onde desenvolveram e estão a produzir uma cultura muito rica e, porque não dizer, promissora.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Igarapé-Miri enquanto unidade político-administrativa nasce com o colonialismo português na Amazônia. Neste caso, a população que surgiu a partir do começo do século XVIII esteve inicialmente ligada a uma indústria de exploração de madeira, possivelmente a pioneira do Pará, instalada já no ano de 1700 (LOBATO, 1996). Toda produção de madeira era comercializada em Belém, sendo o transporte por água, através do rio Cataiandeua. Dentre as fábricas existentes na época, ela era a mais proveitosa, considerando estar situada em terrenos planos, sólidos e férteis, margeada, em sua maior parte, por este mesmo rio, pelo qual desciam facilmente as madeiras ali lavradas.

Em outubro de 1710, Cristóvão da Costa Freire, então governador do Maranhão e Grão Pará, cedeu duas léguas de terras que margeavam o rio Igarapé-Miri a João de Melo Gusmão (LOBATO, 1996). O episódio gerou muitos conflitos entre os moradores do lugar, uma vez que o beneficiado não residia na região. A doação foi confirmada pelo rei D. João V, em 20 de janeiro de 1714. Depois de algum tempo, acuado por reclamações indenizatórias, Melo Gusmão forçou-se a vender uma parte grande dos lotes.

O comprador maior foi o português Jorge Valério Monteiro, que constituiu família no lugar e ajudou a desenvolver o povoado (LOBATO, 1996). Para agradar sua esposa, que era bastante religiosa, Monteiro construiu na área uma capela em devoção à Nossa

Senhora Santana. Anos depois, bastante afortunado, o português vendeu suas terras para João Paulo Sarges de Barros e embarcou com a família para o exterior.

Em visita à localidade, no dia 29 de dezembro de 1752, o bispo dom Miguel de Bulhões elevou o lugarejo à categoria de paróquia (LOBATO, 1996). Da condição de paróquia (1752), freguesia e vila (1843) foi elevada a município em 1845. Esta condição por certo ajudou a localidade a prosperar, tanto demograficamente como do ponto de vista da economia.

De acordo com o mesmo autor, um fato histórico no município foi a construção do canal de Igarapé-Miri a Moju, cujo início deu-se em meados de 1823. Esta construção deu-se via escavações para desobstruir um antigo acesso entre o município de Moju e Igarapé-Miri chamado Furo Velho, abrindo a navegação nos rios, o que se tornou possível graças ao trabalho escravo. Sebastião Freire da Fonseca, conhecido como “Carambola”, encabeçou os trabalhos desta construção, sendo que no seu decorrer houve morte de vários escravos devido a uma avalanche de água que destruiu uma barragem provisória.

Também, foi em Igarapé-Miri que aconteceram momentos grandiosos do movimento da Cabanagem no Pará, deflagrado em 1835 (LOBATO, 1996). Um dos locais de destaque da guerra entre os cabanos e a elite luso-brasileira foi o da rua Coronel Frade existente no centro da cidade; a mesma é até hoje lembrada como a “rua da Angústia”. Segundo os historiadores, ela foi palco de confrontos diversos durante a Cabanagem, com centenas de pessoas mortas durante as batalhas.

Relatam as crônicas e assim o dizem os antepassados, que quando houve a invasão dos Cabanos na vila antiga de Igarapé-Miri, deu-se o sacrifício de muitas vidas, a tiros de arcabuz – uma [arma de fogo](#) antiga e portátil, espécie de [bacamarte](#) – e à facadas (LOBATO, 1996). Em 1836, a força anticabana local conseguiu libertar a sede da Freguesia das mãos dos rebeldes que a ocupavam. Deste modo, estes foram rechaçados para as matas e assim restabeleceu-se a ordem pública.

O nome Igarapé-Miri é formado por vocábulos usados pelos povos da cultura tupi, conhecidos como povos da água (FIGUEIREDO, 1996). Igarapé é composto por “Yg (rio ou caudal d’água), iara (senhora) e pé (caminho) e significa caminho da senhora das águas [...]” (FIGUEIREDO, 1996, p. 45). E a palavra Miri (ou mirim) significa pequeno. A ser assim, a tradução correta seria “[...] pequeno caminho da senhora das águas” (FIGUEIREDO, 1996, p. 45). Esta tradução para o processo escrito retrata bem a paisagem central da sede municipal localizada às margens do rio. Na Figura 1, a seguir, tem-se uma vista da frente de Igarapé-Miri junto ao rio homônimo.



Figura 1: Parte da vista frontal da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: Wikipédia, 2007.

Atualmente, conhecida como Igarapé-Miri, a “Capital Mundial do Açaí” (Figura 2), cidade com 159 anos de fundação – conta com uma população estimada em 56.639 habitantes (IBGE, 2008). Destes, 27.470 habitantes vivem na zona urbana e 29.169 na zona rural, possuindo assim uma densidade demográfica de 30,3 hab./Km². A mesma possui um IDH de 0,669 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000), situa-se em linha reta a 78 Km de Belém,¹⁵ e pertence à Mesorregião Nordeste Paraense que se localiza na Microrregião de Cametá. E limita-se ao norte com Abaetetuba; a leste com Moju; ao sul com Cametá e Mojú; e a oeste com a baía do Marajó, Cametá e Limoeiro do Ajurú.



Figura 2: Pórtico na entrada da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

¹⁵ O tempo estimado de viagem de carro, pela Alça Viária é de uma hora e 40 minutos, sendo o acesso pela BR-316/Alça Viária/PA-151/PA-475 (DAMASCENO, 2008).

O município apresenta cotas topográficas pouco elevadas, tendo como referência a sede municipal, que atinge 20 metros de altitude, porém, ao sul do município, estas altitudes são mais elevadas, chegando até o dobro da medida na cidade (ROCQUE, 1994). Contém uma área territorial de 1.996,823 Km². Suas coordenadas geográficas são 01°58'30" de latitude sul e 48°57'35" de longitude a oeste de Greenwich.

O clima do município corresponde ao mega térmico tipo Am de Köppen, com temperatura elevada (27°C média) (ROCQUE, 1994). O mesmo tem amplitude térmica pequena, umidade alta com mais de 80%, chuvas abundantes de janeiro a junho, com mais de 2.000mm, disponibilidade de água maior nos três primeiros meses do ano, conforme o balanço hídrico. Há, ainda, carência de chuvas, entre setembro e outubro.

O rio principal do município é o rio Meruí, coletor de quase toda a bacia hidrográfica local (ROCQUE, 1994). Seus principais afluentes são: pela margem direita, o rio Igarapé-Miri, em cuja margem está localizada a sede municipal, e o rio Itanimbuca que limita o nordeste com o município de Abaetetuba; pela margem esquerda, tem-se o rio Cagi, que é limite natural a sudoeste com Cametá, desde as nascentes até seu curso médio. O rio Maiauatá, que banha a vila do mesmo nome, serve de ligação entre o rio Meruí, o maior e mais importante, e a foz do rio Tocantins.

Igarapé-Miri possui grande quantidade de rios, furos, igarapés e cerca de 100 ilhas fluviais (ROCQUE, 1968). Dentre estas últimas, destacam-se: Batuque, Cueca, Cuecão, Cuequinha, Cuivara, Jacaminhoca e Uruá. Este município é ainda constituído por quatro distritos: a Sede, Maiauatá, Menino Deus do Anapú e Meruí.

No que diz respeito à cobertura florestal primitiva, esta pertencia ao subtipo floresta densa de terra firme, que recobria a maior parte do município pouco resta (EMATER, 2005). Devido à exploração madeireira e ao abate para a agricultura, em seu lugar, existe atualmente a floresta secundária intercalada com cultivos agrícolas. A vegetação existente nas áreas de várzea apresenta como característica as espécies ombrófilas latifoliadas,¹⁶ intercaladas com palmeiras. E dentre estas se destaca o açai e o buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), por serem de importância grande na alimentação da população local.

¹⁶ Respectivamente, as espécies que gostam de água e de folhas largas.

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia de Igarapé-Miri passou por mudanças diversas através de sua história, notadamente desde a época colonial. Como já referido, inicialmente teve-se a exploração madeireira. No período áureo da indústria da aguardente, que durou do princípio do século XIX até a década de 1970 do século XX (LOBATO, 2007). Então, o município experimentou índices altos de crescimento econômico, quando foi colocado junto a outros mais desenvolvidos do estado do Pará.

A maioria da população de Igarapé-Miri compartilhou desse período de prosperidade. De fato, a indústria de aguardente ocupava a maioria da mão de obra disponível na zona ribeirinha do município, através de empregos diretos e indiretos como fornecedores de cana, lenha, empalhamento de garrações etc. e, também alavancava a atividade comercial (LOBATO, 2007). De acordo com este mesmo autor, os numerosos engenhos espalhados por todo o município foram responsáveis pelo aumento demográfico local, chegando a ser o sétimo município em população no estado do Pará; atualmente, o mesmo ocupa o décimo sétimo lugar.

O município de Igarapé-Miri que produzia aguardente de cana-de-açúcar ou cachaça, mercadoria que sobreviveu por mais de dois séculos. Sua produção sucumbiu ante a competição com produtos oriundos de outras partes do país, notadamente do sul e sudeste (ANDERSON, 1991; ANDERSON, IORIS, 1992). A facilidade de transporte, de produtos substitutos como a cerveja, a produtividade baixa da cana-de-açúcar e a falta de políticas de apoio ao setor terminaram levando ao declínio esta produção.

Segundo Lobato (1996), a cachaça produzida nos engenhos de Igarapé-Miri (Figura 3) tinha como principal mercado de venda na época, a região da calha do rio Amazonas. Os igarapemirienses sempre foram caracterizados como comerciantes natos, levavam aguardente de barco e as trocavam por produtos como a peixe, juta (*Corchorus capsularis*) e até mesmo ouro. Ao retornarem de suas viagens comerciais, vendiam o produto resultado da troca e assim conseguiam lucros significativos, o que servia de incentivo para produzirem mais aguardente.



Figura 3: Foto de um engenho no município de Igarapé-Miri.
Fonte: Lobato (2007, p. 102).

A decadência dos engenhos de Igarapé-Miri, segundo Lobato (1996), ocorreu devido a fatores diversos, como: a construção das estradas Belém/Brasília e Transamazônica, a aplicação das leis trabalhistas e a falta de incentivos fiscais como apoio ao setor por parte dos governantes. De fato, com a abertura das estradas Belém/Brasília e Transamazônica, a cachaça oriunda de outras regiões como a sul e nordeste competia com os preços e apresentação do produto local. O seu preço era baixo por ser um subproduto da cana-de-açúcar (Figura 4), que era cultivada no próprio município.

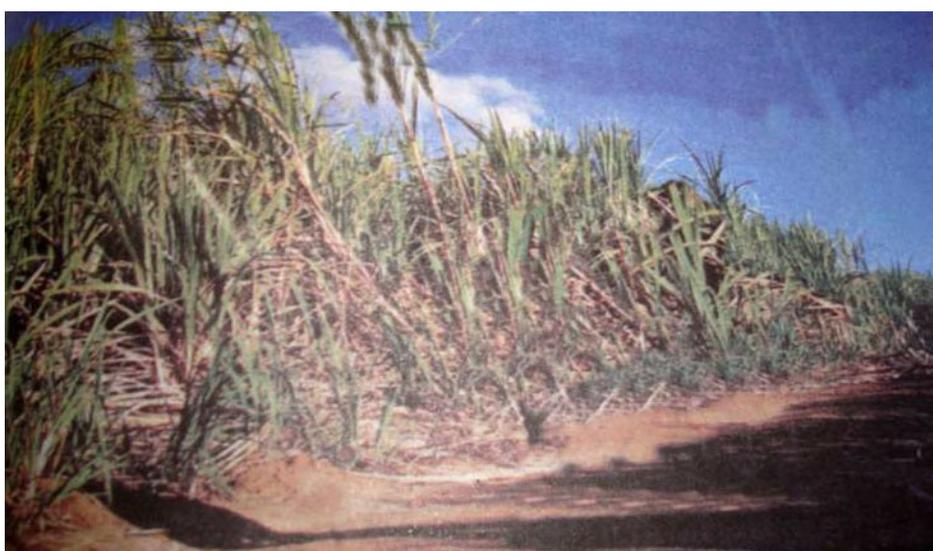


Figura 4: Plantação de cana no município na época dos engenhos.
Fonte: Lobato (1996, p. 121).

Outro fator que contribuiu para decadência dos engenhos foi a implantação da Junta Conciliação e Julgamentos da Justiça do Trabalho no município vizinho de Abaetetuba, à qual Igarapé-Miri era subordinado. O sistema empregatício neste município era arcaico, sendo que o trabalhador que possuía 20 a 30 anos de serviços, não tinha documentação legal, nem direitos respeitados. Com a conscientização das leis trabalhistas, uma maioria grande destes trabalhadores recorreu à Justiça do Trabalho de Abaetetuba, em busca dos direitos adquiridos e não respeitados (LOBATO, 1996). Os donos dos engenhos se obrigaram a vender a parte maior de seus bens para pagamento de dívidas trabalhistas, e com esta medida, muitos proprietários acabaram fechando seus engenhos.

Ainda para Lobato (1996), outra causa foi a falta de estímulo por parte do governo em suas esferas distintas, que além de não desenvolver uma política de incentivos para o setor, ainda agia com rigor nas fiscalizações. Inclusive, o Ministério da Fazenda e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) chegaram a impedir a instalação de uma usina de açúcar no município. Note-se, também, que os empresários dos engenhos não buscaram se modernizar e adequar às exigências dos tempos novos. E, atualmente, conforme levantamento em campo, o setor industrial local é pouco desenvolvido, sendo o forte da economia a produção do açaí, o comércio e o setor público.

Na metade da década iniciada em 1960, começou a crise econômica em Igarapé-Miri em decorrência da falência dos engenhos e com isso desencadeou um êxodo rural para as periferias da sede do município e da cidade de Belém, a capital do Pará. A crise financeira foi tão grande que, de acordo com Lobato (2007), os bens das massas falidas, que foram colocados em leilão pela Justiça do Trabalho para pagar as indenizações, quase sempre não tinham arrematantes. Aqueles que conseguiram superar esta crise e saindo com alguns recursos financeiros começaram a dedicar-se à exploração dos açazais nativos da região, sacrificando as árvores para extração do palmito com vistas ao abastecimento das fábricas que começavam a se instalar no município.

Com isso, começou a faltar açaí para o consumo da própria população local, e como o açaí faz parte da dieta alimentar dos habitantes, o preço aumentou muito. Então, se começou a realizar campanhas de conscientização junto aos extratores. Lideranças locais buscaram esclarecer que era mais rentável colher o fruto do açazeiro do que derrubá-lo para extrair o palmito, principalmente porque o preço do fruto começou a melhorar em detrimento ao praticado em relação ao palmito.

Do ponto de vista econômico, predominam em Igarapé-Miri as atividades agrícolas e extrativas. No que diz respeito a estas primeiras, produz-se especialmente o cacau

(*Theobroma cacao* (STERCULIACEAE) L.) e a pimenta do reino (gênero *Capsicum*; MYRTACEAE). E em relação às últimas de tais atividades, destaca-se a produção de açaí, sendo que o município aparece em terceiro lugar. E, associada a esta produção, tem-se a instalação recente de plantas industriais para o beneficiamento de sua polpa.

De acordo com dados do IBGE (2006), a produção de açaí, em 2006, somou 101.341 ton. (Tabela 1; Figura 5), sendo 3,4% menor que a de 2005. O produtor principal é o Pará, que aparece com 87,4% do total. E os municípios paraenses de Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Mocajuba, Barcarena, Cachoeira do Arari e Inhangapi responderam por 68,5% da produção nacional.

Tabela 1: Quantidade produzida e participação relativa e acumulada de açaí, dos dez maiores municípios produtores, em ordem decrescente – 2006

Dez maiores municípios produtores	Açaí (fruto)		
	Quantidade produzida (ton.)	Participação %	
		Relativa	Acumulada
Brasil	101.341	100	–
Limoeiro do Ajuru	16 644	16,4	16,4
Ponta de Pedras	10 906	10,8	27,2
Igarapé-Miri	7 495	7,4	34,6
Oeiras do Pará	7 330	7,2	41,8
Muaná	7.250	7,2	49,0
São Sebastião da Boa Vista	5150	5,1	54,1
Mocajuba	5 133	5,1	59,1
Barcarena	3 600	3,6	62,7
Cachoeira do Arari	3 027	3,0	65,7
Inhangapi	2 863	2,8	68,5

Fonte: IBGE (2006).

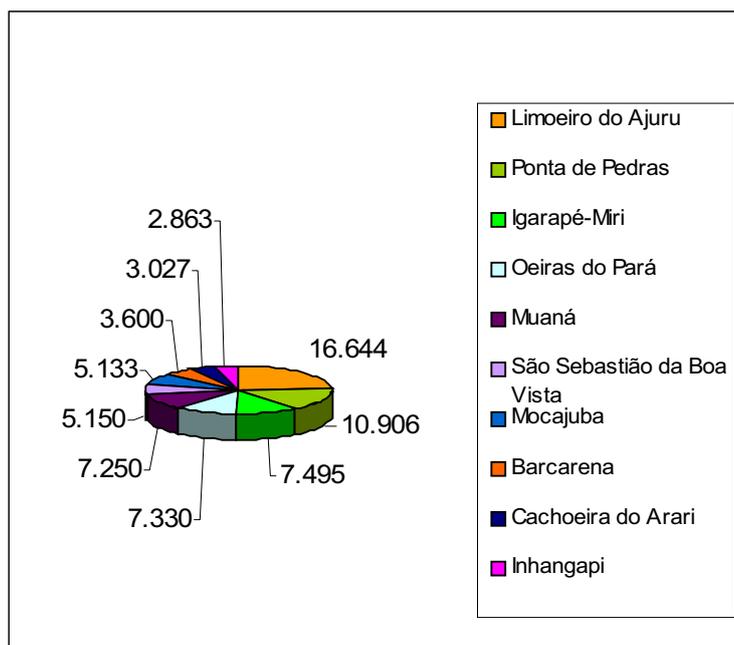


Figura 5: Produção de açaí nos municípios do estado do Pará
Fonte: IBGE (2006).

O município de Igarapé-Miri, segundo dados estatísticos, tem uma produção de açaí de 7.495 ton./ano, ocupando o terceiro maior produtor de açaí do estado (IBGE, 2006). Os dados deste levantamento são questionados pelo escritório local da EMATER, que em seu levantamento, a safra de 2007 produziu 130.000 ton., portanto maior que a total do Brasil no ano de 2006. Note-se, que toda essa produção é oriunda dos terrenos localizados nas várzeas igarapemirienses (EMATER, 2008). Além disso, ressalte-se que a produção deste recurso florestal está tradicionalmente presente em toda a área ribeirinha do município.

3.3 ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Um calendário extenso de festividades movimenta a população do município de Igarapé-Miri durante todo ano. A principal manifestação religiosa é a festa em homenagem à padroeira Nossa Senhora Santana. Conforme Lobato (2003), a mesma teve início no ano de 1714, quando se ergueu a primeira igreja dedicada à santa. As comemorações acontecem no período de 16 a 26 de julho, sendo que as festividades diárias são acompanhadas de arraial e leilões de animais e artigos diversos oferecidos pela comunidade.

Essa festa inicia com o círio terrestre, no qual, pela manhã, a imagem da santa sai da Igreja Matriz, localizada na sede municipal, e segue em procissão rodoviária pelas principais ruas da cidade (LOBATO, 2003). Há também o círio fluvial, que é realizado a partir da vila Maiauatá, distante 17 Km da cidade e chegando a esta (LOBATO, 2003). Neste caso, a imagem da santa, os músicos e as autoridades municipais são acompanhados por mais de 100 embarcações, todas devidamente ornamentadas. O evento fluvial acontece na tarde do domingo que antecede o último dia da festa que é no dia 26 de julho, percorrendo os rios Meruú e Miri.

Destaca-se, ainda, a festa de São Sebastião, que é realizada entre nove 20 de janeiro. O começo do festejo dá-se a preparação da “ramada”, isto é, o embandeiramento da casa onde o festejo será realizado (LOBATO, 2003). O círio é realizado no dia 11 de janeiro e, no dia 20, dá-se a derrubada do mastro.

Outras festas são igualmente importantes em Igarapé-Miri. Dentre estas, têm-se as de Santo Antônio dos Inocentes e de Santa Maria da Boa Esperança (LOBATO, 2003). As mesmas são realizadas nos meses de junho e agosto, respectivamente. E, segundo Lobato (2003), no terceiro domingo do mês de outubro, acontece o Círio de Nazaré com a participação da comunidade local e amigos e parentes oriundos da capital do estado.

Entre as manifestações culturais de Igarapé-Miri, destacam-se os autos juninos, cultivados apenas na sede do município e os quais completam o quadro das manifestações culturais locais. Dentre as representações, têm-se os grupos Cordão do Camarão, os bois-bumbás “Estrela D’alva” e “Flor de Ouro”, e o “Pássaro Galo” (LOBATO, 2003). Também, por ocasião destas festas juninas, as escolas e os grupos escolares locais organizam quadrilhas.

Outros eventos culturais, como os festivais, integram a programação festiva igarapemiriense. O mais antigo é o Festival do Camarão, criado em 19 de março de 1979, sendo uma das manifestações culturais maiores do município (LOBATO, 2003). A partir do mesmo, procura-se recuperar os princípios e tradições, oferecendo a todos que nesta época do ano visitam o município, a oportunidade de conhecer um pouco da trajetória histórica e cultural local. E, ainda, tem-se o Festival do Açaí, realizado no mês de setembro, sendo que o primeiro nome dado a este evento foi Festa do Açaí, isto porque se tratava de um evento aos moldes das festas populares realizadas pelo povo ribeirinho.

Nos dias de hoje, o Festival do Açaí é realizado através da PMIM, com atrações de grupos folclóricos e teatros, bandas musicais do município e de outras partes do estado, exposições de arte e de produtos diversos. Nesta oportunidade, se oferece uma variedade

grande de objetos, tudo utilizando a matéria-prima oriunda da palmeira do açaí, além de cardápios como: açaí (branco e preto¹⁷), *mousse*, brigadeiro, sorvete, pavê, pudim e creme, todos de açaí e o tradicional "*vinho de açaí*" feito na hora, para degustação junto a pratos típicos da região¹⁸. Este evento é realizado em três dias de festejos no Espaço Cultural do Estádio Municipal (ECEM), com decoração toda com motivos à base de frutos e da palmeira de açaí.

O município de Igarapé-Miri faz parte da região da parte baixa do rio Tocantins, que integra a região nordeste do Pará, uma sub-região tradicionalmente ribeirinha e com muitas famílias de agricultores e de extrativistas organizadas em núcleos urbanos – cidades e vilas. Dentre estas, tem-se uma presença forte de populações tradicionais e de origem local que traduzem uma relação intensa com o rio, não simplesmente por estarem localizados às margens deste. De acordo com Trindade Júnior (2003), isto ocorre por tais núcleos ribeirinhos apresentarem uma interação funcional,¹⁹ de subsistência material²⁰ e simbólica²¹.

Os municípios da parte baixa do rio Tocantins onde Igarapé-Miri esta localizado possuem IDH médios, conforme a classificação da ONU, porém muito menor que a média nacional e estadual. Em 1991, o IDH-M do Brasil era 0,696 (ONU, 2000). Mocajuba, município que faz parte desta região e possui as mesmas características sócio-econômicas do município em estudo, apresentou um IDH na ordem de 0,631, enquanto em Igarapé-Miri, o IDH-M era mais baixo: 0,588 (ONU, 2000). Em 2008, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, este município possui um IDH de 0,669.

Hoje com a economia do município representada pela cultura do açaí, que sempre foi extraído, mas de modo limitado. A área de várzea em Igarapé-Miri é de 2,8 mil Km², das quais, 50% são de açazais (EMATER, 2008). Destes, 2,5 mil hectares são açazais trabalhados, que são trabalhados por meio de manejo florestal. E conforme pesquisa feita em 2008 em instituições bancárias, parte da produção recebe apoio de linhas de crédito do BASA, como o Fundo Constitucional do Norte (FNO), o do BB.

Há de destacar-se que a cadeia do açaí engloba produtores de porte pequeno, médio e grande em todas as áreas do interior de Igarapé-Miri. Esta realidade gera emprego e

¹⁷ De fato, as cores são respectivamente verde acinzentado e bordô.

¹⁸ Todos preparados com carnes de camarão canela (*Macrobrachium amazonicum*), mapará (*Auchenipterus nuchalis*), pirarucu (*Arapaima gigas* – Schinz, 1822), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), charque (carne salgada de boi (*Bos taurus taurus*)) etc.

¹⁹ A exemplo da circulação fluvial.

²⁰ Como as fontes de recursos alimentares e para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

²¹ A saber, o imaginário sócio-cultural.

renda, além de manter parte da população do município na área rural. Ressalte-se ainda que parte destes produtores tem sobrevivido exclusivamente desta atividade econômica.

Atualmente, cerca de 200 famílias ribeirinhas de Igarapé-Miri estão tendo um programa de organização produtiva, em relação à cultura do açaí. Este programa tem por objetivo gerar renda e atender à demanda crescente do mercado de açaí, fortalecendo assim os produtores de ilhas diversas do município. Os seus recursos provem da Organização Produtiva de Comunidades Pobres da Amazônia (Programa Produzir), do governo federal. Ao final, espera-se obter a melhoria da qualidade do açaí que os ribeirinhos já produzem, com um suporte técnico. Um diferencial importante será que eles estarão treinados também em organização produtiva.

Segundo a Coordenação de Desenvolvimento Social da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que é responsável pela coordenação deste programa, o seu objetivo final é a geração de renda e ocupação da população local. O mesmo está sendo executado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a realização de eventos de organização produtiva, baseado na teoria da administração local. Esta proposta tem raízes na idéia de aproveitamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos locais, com o acompanhamento de um multiplicador que atua no local, fazendo um diagnóstico da realidade sócio-econômica dos participantes e levantando as necessidades dos produtores.

Esse agente multiplicador está trabalhando na organização social e produtiva dos moradores e identificando esta organização, trabalhando já em atividades produtivas. Além da capacitação e organização, os ribeirinhos serão treinados também na relação com a cadeia produtiva para se adequarem às demandas atuais. Na primeira etapa, o programa está trabalhando, já com base no levantamento dos diagnósticos locais, em atividades de organização.

O cultivo do açaí não se limita apenas no fornecimento do vinho de seu fruto, mas como fonte de produtos para os fins mais variados, assim como para matéria-prima a ser aproveitada pela indústria de palmito (BRABO, 1979; CALZAVARA, 1976; JARDIM, 2004; SIMONIAN, 2004). Já se provou que vender o fruto do açaizeiro dá mais lucro que vender o palmito, e além do mais, este destrói a árvore para ser retirado. De acordo com Rogez e Pena (2007), a exploração do açaí via manejo, que fertiliza o açaizeiro, em termos econômicos suplanta a do palmito.

A importância do segmento da produção na cadeia alimentar do açaí baseia-se na relevância nutricional e na segurança alimentar que o açaí proporciona à população da região em estudo, mas também pela sua relevância econômica e social nos contextos nacional e internacional. No que se refere à questão nutricional, o açaí é um fruto de consumo grande na região amazônica e com amplo crescimento no mercado mundial, devido as suas características marcantes no sabor e por seus efeitos benéficos à saúde (ROGEZ; PENA et al., 2007). Estudos químicos revelam que este fruto é rico em compostos fenólicos, dentre eles as antocianinas, pigmentos responsáveis pela coloração destes frutos.

Muitas evidências sugerem que uma dieta rica em polifenóis, constituindo o grupo de moléculas mais amplo do reino vegetal, pode estar envolvida na proteção contra tipos diversos de doenças, dentre elas as cardiovasculares e os processos de envelhecimento e com benefícios inúmeros à saúde humana (ROGEZ; PENA, et al., 2007). Este efeito benéfico dos polifenóis pode estar relacionado a sua característica anti-oxidante, o qual combate os radicais livres, responsáveis pelo desencadeamento dos processos degenerativos. Porém, o açaí também apresenta outros componentes importantes, como um perfil bom de ácidos graxos, é rico em fibras, vitaminas, dentre elas a vitamina E, proteínas e minerais, que tornam este alimento altamente nutritivo e preventivo de enfermidades.

O mercado consumidor nacional do açaí, principalmente após o Plano Real no início do século XXI, ficou mais exigente e começou a demandar qualidade e preço, além da diversificação de produtos. Então, buscou-se a redução nos custos e a produção de açaí migrou – e continua a migrar – para outras regiões do Pará e mesmo de outros estados. O aumento na produtividade tem ocorrido, tanto que a sazonalidade vem diminuindo a cada ano, superando deste modo um problema crônico da cadeia alimentar do açaí, especialmente no município de Igarapé-Miri.

Capital Mundial do Açaí ou Princesinha do Baixo Tocantins são títulos que os habitantes de Igarapé-Miri fazem questão de propagar entre os que visitam este município. De fato, é forte a ligação dos habitantes com este fruto/produto. O mesmo é essencial no almoço e no jantar, no lanche da tarde ou na parte da manhã, quando o açaí entra como componente na confecção do mingau de açaí (Figuras 6 e 7). Por sua vez, este

é feito com arroz (*Oryza sativa*) ou farinha de tapioca,²² e na maioria das vezes substitui o café²³ da manhã, sendo comercializado em pontos diversos da cidade.



Figuras 6 e 7: Vendedores de mingau de açaí nas ruas da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

O fruto do açaí é amazônico e, no Pará e em Igarapé-Miri, motivo de orgulho, de festa e de geração de emprego e renda (Figuras 8 e 9). Afinal, todos neste município decantam a presença diária do açaí na mesa, e destacam o Festival do Açaí, em setembro, como um dos eventos culturais mais bonitos da região. Atualmente, o município está despontando com a produção do “mel do açaí”, que é produzido na localidade de ‘Mangal Grande’, situada cerca de 20 km da sede do município. Segundo um dos apicultores, “[...] as abelhas coletam a matéria-prima para a composição do mel da palmeira do açaí” (Benedita, 2008, entrevista). Esta possibilidade permite a produção de um sabor especial ao mel, que lembra o sabor do açaí.

²² Produzida a partir da mandioca (*Manihot utilissima* – AIIII; ESCULENTA).

²³ Bebida produzida à base de *Coffea arabica* qual é acompanhada de produtos diversos, como frutas, pães etc.



Figuras 8 e 9: Plantações de açaí em frente à cidade de Igarapé-Miri²⁴.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Em decorrência da explosão da apicultura, o município de Igarapé-Miri realizou um evento especializado, o APIPARÁ, no período de 04 a 07 de dezembro de 2008. Na oportunidade, os produtores de mel oficializaram a patente do “Mel do Açaí”. Conforme uma reportagem de O Liberal (APICULTURA..., 2008), um sucesso que alia a força do açaí à pureza do mel.

O açaí é tão forte na cultura do povo igarapemiriense, que no dia 10 de agosto de 2007, 22 músicos fundaram a *Açaí Jazz Band* (Figura 10)²⁵ (IGARAPÉ-MIRI, 2008). Esta foi a maneira que eles encontraram para passar mais tempo tocando juntos, diante dos afazeres e estudos diários. Melhor para quem gosta de arranjos de *jazz* do tipo *big band*²⁶. Enfim, uma opção de cultura musical a mais para o município e a região. O repertório vai do *jazz* à música popular brasileira (MPB), ao carimbó, gospel e músicas latinas. De acordo com Igarapé-Miri (2008), a banda concilia os estudos de música dos integrantes com apresentações sucessivas em festas de aniversários e programações variadas.



²⁴ Na Figura 8, note-

²⁵ Na faixa dos 1
possibilidades.

²⁶ O estilo *Jazz Band*
– violão, guitarra e c

o entusiasmados com as
ta; instrumentos de cordas
bores de diversos tipos.

Figura 10: Músicos do Açaí *Jazz Band*.
Fonte: Igarapé-Miri (LIBERAL, 2008, p. 2).

No que diz respeito à cultura igarapemiriense em geral e aos eventos sacros e profanos, detectou-se falta de participação do poder público no sentido de consolidar políticas e ações relacionadas à cultura e a desenvolvimento local. De certo modo, o que ocorre no município em estudo integra uma tendência que é bem mais ampla e que no Pará e em especial em Santarém foi analisada por Simonian (2005b). Por certo, as administrações públicas em todos os seus níveis têm desconsiderado a importância da cultura para os projetos de geração de renda e de inserção social e em uma esfera maior, para o desenvolvimento econômico.

Nesses termos, o açaí pode ser trabalhado com tais perspectivas. Aliás, foi nesta direção que Simonian (2007c, d) produziu a exposição/instalação denominada “Açaí – ah! Belém do Pará tem!”, que além de ter sido bem sucedida à época, está no momento servindo de base para um projeto muito mais amplo. Certamente, uma proposta similar pensada para a realidade de Igarapé-Miri pode vir a superar as expectativas, tal o enraizamento do açaí na cultura local, o que remonta a tempos passados.

4 TENDÊNCIAS DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI

Na Amazônia, a economia e a população encontram-se concentradas nas capitais dos estados que a compõem. Este fato origina-se na atração exercida pelos grandes centros sobre o homem do interior, principalmente, pela falta de oportunidades econômicas para sua subsistência, provocando esvaziamento contínuo do interior. Assim, segundo Castro (2000), o desenvolvimento na Amazônia passa, necessariamente, pela interiorização de atividades econômicas capazes de gerar emprego e renda no sentido de fixar e atrair a população para o *interland* regional.

4.1 ANÁLISE CONCEITUAL DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ

Entretanto, acredita-se que, para que esta interiorização do desenvolvimento se concretize, há de se conhecer as potencialidades regionais principais, expressas pelos “produtos potenciais” capazes de atrair investidores nacionais e internacionais, bem como, que os investimentos governamentais em infra-estrutura sejam aumentados e eficientes. Esta parceria entre a iniciativa privada e os agentes governamentais poderá ser uma forma eficaz de levar ao interior da Amazônia o tão almejado desenvolvimento. Deste modo, o estudo da cadeia produtiva do açaí efetuado, no município de Igarapé-Miri, revelou tendências acerca de como ocorre o processo, e se há verticalização da produção na cadeia produtiva e os seus reflexos na economia do município.

Embora exista, atualmente, literatura ampla sobre cadeias produtivas, pela importância e relevância deste tópico, existe uma infinidade de entendimentos, com cada autor expondo de uma maneira. Para Batalha (2002), a expressão cadeia produtiva teve surgimento na França, na década iniciada em 1960, na Escola Francesa de Organização Industrial, sendo o conceito de “*filière*” (fileira=cadeia) aplicado ao agronegócio. A agricultura como um todo compreende componentes e processos interligados que propiciam a oferta de produtos aos seus consumidores finais, através da transformação de insumos pelos seus componentes. O mesmo pode ser dito quanto aos produtos provenientes do extrativismo e de serviços.

Esse conjunto de processos e instituições ligadas por objetivos comuns constitui um sistema que, por sua vez, engloba outros sistemas menores, ou subsistemas. Como posto por Davis e Goldberg (1957), o sistema maior é o chamado negócio agrícola, agronegócio ou *agribusiness*. Os cenários atuais sinalizam para uma importância crescente da

tecnologia como fator de competitividade e de sucesso dos negócios, em todos os setores da economia (PORTER, 1997). O negócio agrícola brasileiro tem assimilado estes sinais, procurando integrar e harmonizar o trabalho de todos os segmentos desse mercado.

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. A operar-se como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio. Conseqüentemente, a política agrícola busca mobilizar conceitos e instrumentos de intervenção nas cadeias produtivas, como o crédito agrícola, a pesquisa agropecuária, as normas de impostos e taxas, serviços de apoio, etc.

E tudo para melhorar o desempenho em relação a algum indicador específico. Por sua vez, estas intervenções, entretanto, só se tornam eficazes quando é possível compreender sistematicamente, não só o que ocorre nos limites das propriedades rurais, mas em todo o sistema em que a produção agrícola se insere. Como posto por Castro (2000), o negócio agrícola é definido como um conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agroflorestais. Incluem serviços de apoio e objetivam suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.

A cadeia produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Ademais, existem vários conceitos sobre cadeia produtiva, para Batalha (2002), uma cadeia é definida a partir da identificação de determinado produto final. Após esta identificação, cabe ir encadeando de montante (matéria-prima) a jusante (mercado final), as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção.

O conceito de cadeia produtiva, segundo Castro (2000), define-se pelo conjunto de componentes interativos. E estes compreendem desde os fornecedores de serviços e insumos, sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, processamento e transformação, distribuição e comercialização, até os consumidores finais de produtos e subprodutos. Isto é, compreende todas as atividades articuladas desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço.

De acordo com Zylbersztajn (1994, p. 15), cadeia produtiva é definida como “[...] uma seqüência de operações interdependentes que têm por objetivo produzir, modificar e

distribuir um produto”. Esta cadeia parte de um produto final específico e vão se encadeando as etapas que contribuíram para a fabricação deste produto. Por sua vez, os atores da Cadeia Produtiva são os agentes tomadores de decisão que podem interferir na coordenação da cadeia, isto como posto por este mesmo autor. Como exemplos desses atores estão os produtores, os intermediários, os industriais/distribuidores e consumidores.

A coordenação da cadeia produtiva refere-se ao processo decisório que ocorre e que envolve mais de um agente de decisão. Elas diferem na forma como se organizam para responder a estímulos externos, implicando que algumas são mais eficientes em termos de adaptação a novas exigências dos consumidores e mudanças no ambiente (ZYLBERSZTAJN, 1994). Observa-se que quanto mais bem definida for a coordenação da cadeia produtiva, mais organizada e mais eficiente ela será. Assim, entende-se que, a cadeia produtiva deve funcionar de forma integrada de maneira a proporcionar benefícios mútuos.

Então, pode-se assumir que o estudo da cadeia produtiva proporciona um entendimento mais completo do comportamento dos seus componentes econômicos e das tendências dos mercados. Deste modo, se pode identificar e descrever os segmentos mais importantes e com maiores possibilidades de competitividade. Para constituir-se num rumo metodológico e orientador da análise de cadeias produtivas e da prospecção de suas demandas, produziu-se um documento (CASTRO et al., 1995) com conceitos e instrumentos aplicáveis a esta finalidade.

As bases comuns das etapas da cadeia produtiva são as mesmas dos elementos necessários à caracterização de um sistema, conforme Castro et al. (1995): a) explicitação de objetivos e limites do sistema; b) caracterização do contexto ou ambiente externo do sistema; c) definição de componentes do sistema e seus respectivos fluxos ou interações; d) especificação dos insumos, produtos saídos e de pontos de estrangulamento, considerados críticos ou relevantes ao desempenho do sistema. Sob a ótica de análise de uma cadeia produtiva, os pontos de estrangulamento, ou fatores críticos ao desempenho, atuais, potenciais e futuros, constituem-se demandas tecnológicas e não tecnológicas que passam a orientar as intervenções para a gestão da cadeia produtiva.

Diante dessa nova realidade do agronegócio, conhecimento dos fluxos da cadeia produtiva é de importância grande para a viabilidade da propriedade rural, visando à garantia de mercado e comercialização da produção. No caso do açaí, é importante observar que geralmente o produtor sabe como trilhar estes fluxos, pois é pelo exame dos segmentos da cadeia que se pode planejar a sua gestão. Precisamente, há de se identificar

as limitações e os gargalos da atividade, avaliar os preços de insumos, definir preços competitivos de produtos, e encontrar mercados novos e nichos de comercialização, parcerias, resultados de pesquisa e outras "facilidades" para competir no mercado.

Ainda persistem entraves que dificultam a adoção de um sistema apropriado de escala de produção. Ao que se pode observar, o município está trilhando o mesmo caminho de outros municípios: adota cada vez mais um modelo empresarial, no qual haverá um profissionalismo maior dos produtores, trazendo como consequência melhorias na qualidade do produto. A tendência é a de que o mercado do açaí no futuro esteja cada vez mais concentrado nas mãos das grandes indústrias – com ênfase para as multinacionais, obviamente aquelas que têm maior competência empresarial –, que serão as responsáveis pelas mudanças, a exemplo do que tem ocorrido em outros setores.

Segundo Vilela (2002b), uma característica marcante da maioria dos produtores de açaí do município é a baixa produtividade de seus fatores de produção. Alguns grupos podem ser classificados como mais eficientes, porém, a maioria ainda apresenta índices baixos de eficiência técnica e econômica. A avaliação de que a produção de açaí tem baixa eficiência vincula-se aos fatores mais diversos, dentre os quais os destaques mais crônicos são: o desequilíbrio entre a oferta e demanda, caracterizando a escassez de oferta e a expansão de área plantada sem respeito à natureza.

Da mesma maneira, as áreas nativas que passam a ser manejadas, de modo desordenado. De fato, retira-se todas as árvores e deixa-se apenas o açazeiro, isto em busca de maior produtividade, causando problemas de ordens diversas nos campos ambientais, agrônômicos e biológicos. Os açazais estão sendo transformados em monocultivos. Segundo Santana (2003), observou-se queda da produtividade por causa de concorrência por nutrientes, má formação de frutos, aparecimento de doenças, desmatamento das áreas próximas a igarapés etc.

Com o crescimento da produção de açaí e a entrada de indústrias novas de beneficiamento no mercado local e nacional, a disputa empresarial ficou ainda mais acirrada, o que gerou a concentração do setor industrial. Este vem mantendo ligações mais fortes com um número pequeno de grandes atravessadores. Mas, além de dificultar, isto enfraquece o poder de negociação por parte dos produtores, em especial aqueles com produção de porte pequeno e que não estão organizados.

O segmento de produção é de grande relevância para essa cadeia produtiva, porque dele depende o sucesso do segmento das indústrias. Entretanto, algumas questões importantes como qualidade, sazonalidade, profissionalização e união continuam

representando entraves para a modernização e eficiência do setor. Portanto, é evidente a importância de processos de reorganização institucional e organizacional do agronegócio do açaí, com foco no segmento da produção.

4.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO AÇAÍ

Os primeiros dias de agosto marcam o início da safra de um dos produtos mais característicos do Pará e, que nos últimos anos, vem conquistando mercados no Brasil e no exterior, principalmente os EUA, consumido numa mistura com outros produtos, como guaraná (*Paullinia cupana*), banana (*Musa spp*), acerola (fam. *Malpighiaceas*) e granola. Não existe um dado preciso sobre a quantidade de açaí exportado. Segundo alguns estudos, no Brasil, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, são as que mais consomem o produto (EMBRAPA, 2006). Porém, atualmente não é difícil encontrar o produto paraense em pontos diversos do comércio brasileiro de outras cidades e do norte-americano, como da Califórnia e da Flórida²⁷.

A partir desse acontecimento, a demanda do produto aumentou tanto que a produção extrativa não conseguiu crescer em igual proporção. Como consequência, os preços se elevaram significativamente que os ribeirinhos extratores de palmito do açaí deixaram de cortar a palmeira e passaram a colher o fruto. Em seguida, por pressão externa contínua e forte da demanda por polpa de açaí, a cadeia produtiva ganhou conformação com o processamento industrial em escala completamente diferente da que era realizada nas bateadeiras das quitandas e baiúcas.

As mudanças pelas quais a produção de açaí no Pará passou durante a década de 1990 do século passado, foram significativas. O que era considerado um produto básico da alimentação das populações ribeirinha e das camadas mais pobres dos centros urbanos grandes da região amazônica, passou a ser valorizado pelos segmentos médios e altos da população, tanto no Brasil com em alguns outros países. De todo modo, segundo a EMBRAPA (2006), o estado do Pará foi tomado como referência da economia do açaí, por concentrar a produção e o consumo.

O domínio do mercado de açaí, além do auto consumo no interior das unidades extrativistas se define nos centros urbanos dos municípios produtores e na Região

²⁷ Inicialmente, tais consumidores eram surfistas e praticantes de outros esportes e os frequentadores de academias de ginástica. Mas hoje muitos adultos com preocupações quanto à saúde passaram a integrar estes grupos.

Metropolitana de Belém (RMB), epicentro deste mercado. Conforme Lopes (2002), o açaí transacionado no âmbito do produtor, isto é, no contexto primário do mercado até 1995, era classificado segundo este mesmo autor como bem inferior, por apresentar uma elasticidade e uma renda negativa. E isto indica que, quando a renda aumenta, o consumo tende a se reduzir. Ainda para Lopes (2002), este fenômeno é considerado típico de economias pobres, onde a sobrevivência alimentar da população depende fortemente do consumo de um produto.

Esta característica que perdurou até o final do século passado, quando o açaí foi descoberto pela academias de ginásticas e ganhou espaço na mídia nacional e internacional como alimento energético. Este fenômeno se massificou a partir de 1997 (COSTA, apud ROGEZ; PENA, 2007). Com isto, estimulou-se a produção manejada pelas comunidades ribeirinhas e a produção comercial por iniciativa privada de investidores migrantes de outras regiões e financiada com recursos públicos.

Mas, o sinal mais evidente deste mercado favorável ao açaí está sendo dado por um dos maiores fabricantes de sucos especiais dos EUA, a *Bolthouse Farms Inc.* e mesmo por outras empresas deste mesmo país. Segundo seu gerente Sr. Fábio Fiock, gerente comercial da empresa esta é uma empresa familiar que existe desde 1915, baseada na cidade de Bakersfield, Califórnia, e que é comandada agora pela quarta geração. Ela é responsável por produtos vendidos no mundo todo, principalmente aqueles à base de cenoura, como sucos, cenoura (*D. carota*) picada e *baby carrots*.

Existem outras linhas de suco, às quais a Bolthouse pretende incorporar agora o açaí. A empresa, através de sua subsidiária a Bolthouse do Brasil Indústria e Comércio de Frutas, Polpas e Sucos, que tem sua sede em Belém, iniciou a operação de sua unidade de produção de açaí, no Distrito Industrial de Icoaraci (FIOCK, 2009). Esta empresa é apenas uma das empresas que estão exportando o açaí, como a Amazon Mania, de São José dos Campos, São Paulo, que já fornece o produto para vários estados e para os EUA e a Europa.

A Austrália também já está recebendo o açaí do Pará, comercializado naquele país pela *Brazilian Fruit*. Destaque também para a *Universal Taste*, empresa que comercializa produtos brasileiros variados nos EUA (SINDFRUTAS, 2008). Desde o ano passado, esta última empresa vem mandando remessas de açaí para o mercado estadunidense, onde seu produto é conhecido pela marca *Açaí Power*.

Por outro lado, ainda persistem entraves que dificultam a adoção de um sistema apropriado de escala de produção. Ao que se pode observar, o município de Igarapé-Miri

está trilhando o mesmo caminho de outros municípios que produzem açaí, adota cada vez mais um modelo empresarial, a partir do qual se terá um profissionalismo maior quanto aos produtores, trazendo como consequência melhorias na qualidade do produto. A tendência é a de que o mercado do açaí esteja cada vez mais concentrado nas mãos das indústrias de porte grande, com ênfase para as multinacionais, obviamente aquelas que têm competência empresarial maior, que serão as responsáveis pelas mudanças, a exemplo do que tem ocorrido em outros setores.

Com a necessidade da verticalização da cadeia produtiva do açaí na área de produção da comunidade, haverá, certamente, oportunidade de negócios como aproveitamento útil de resíduos de biomassa que ficavam sem destinação em grandes proporções. Hoje já existem estudos para que eles sejam aproveitados na confecção de peletes energéticos naturais, utilizando os caroços de açaí como matéria-prima, os biocombustíveis de biomassa, dentre outros, já que sua utilização era destinada apenas à produção de adubo orgânico e preenchimento de vasos de jardinagem.

Com isso, a comunidade poderá ter mais uma opção diversificada quanto à produção de capital, através da comercialização dos peletes, quando houver excedentes deste biocombustível. Segundo estudos, o aproveitamento deste biocombustível para uso doméstico em ferros de passar roupa, em fogões à biomassa, inclusive, em padarias e similares (REIS, 2002). Ainda segundo este autor, a substituição da lenha na cocção de alimentos pode promover economia de tempo no preparo de alimentos e sustentabilidade ambiental; o mesmo quanto ao aproveitamento em gaseificadores e caldeiras e para a geração de vapor, eletricidade e gás combustível. E será um biocombustível produzido no estado do Pará.

A utilização dos biocombustíveis em forma de peletes energéticos, como fonte energética na Amazônia e particularmente no estado do Pará, apresenta-se com viabilidade de utilização, promovendo uma solução aos problemas de falta ou escassez de energia elétrica, inclusive nas atividades domésticas; de panificadores industriais e demais indústrias que utilizam lenha. Pode promover, portanto, a inserção social da população local e aumentar a geração de emprego e renda nos elos de sua cadeia produtiva, promovendo também a equidade de gênero; ainda de acordo com Rodrigues (2002), pode garantir a sustentabilidade das gerações futuras.

A aquisição fácil do resíduo é um dos pontos favoráveis, segundo pesquisa realizada sobre a utilização desse biocombustível (ROGEZ; PENA, 2007). Outro dado importante é que o mesmo apresenta características vantajosas na queima primária como:

baixa emissão de gases, poder calorífico elevado, entre outros. A peletização natural poderá ser boa alternativa tecnológica para se produzir energia de maneira mais econômica, devido à redução de custos na sua produção e conseqüentemente na geração de energia elétrica, vapor e gás combustível.

Pelo que os dados da pesquisa revelam, nas unidades de produção, o primeiro elo da cadeia, as áreas de várzea do município onde se encontra a grande concentração de açazeiros, passaram a ser manejadas. Iniciou-se também, os cultivos comerciais em terra firme com o objetivo de oportunizar o aumento da produtividade e da oferta de frutos. Implantou-se no município empresas para realizar o processamento do fruto, introduzindo uma linha de produção nova.

Em 2001, o município de Igarapé-Miri ganhou a Unidade Agroindustrial de Igarapé-Miri (UAGRI), pertencente à Cooperativa Agro-industrial dos Moradores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT), a primeira indústria comunitária de açaí. A mesma é liderada e gerenciada por associações de produtores rurais de porte pequenos. Encontra-se localizada na PA-151. Até meados de abril de 2009, esta fábrica encontrava-se desativada e sem previsão para recomeçar a funcionar; segundo um integrante da diretoria atual, estão contatando com alguns órgãos de fomento para conseguir recursos para que a fábrica volte a funcionar, pois a diretoria passada deixou muitas dívidas. Atualmente, inclusive, a empresa encontra-se inadimplente nos órgãos que emitem certidões.

Instalaram-se no município mais três fábricas, que são a Vale do açaí, a Sabor açaí e a Amazon House. Mas, na época em que se realizou a pesquisa – maio a outubro/2008 –, apenas a fábrica Sabor açaí encontrava-se operando. Limitações de ordens diversas explicariam esta situação desalentadora.

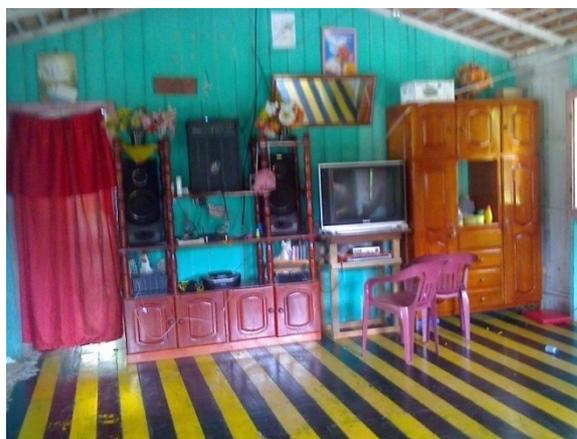
Segundo informações verbais com os dirigentes da Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI), a COOPFRUT teve um papel fundamental na mudança na vida de parte significativa da comunidade rural de Igarapé-Miri, município que vinha enfrentando dificuldades por causa do fracasso da cultura da cana-de-açúcar na região. Por isso, o açaí está sendo considerado como a redenção econômica de Igarapé-Miri. De acordo com IBGE (2007), entre cinco mil a seis mil pessoas trabalham diretamente com este o produto no município.

4.3 A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI

O hábito alimentar de consumir o suco/vinho de açaí desencadeia uma atividade produtiva econômica e socialmente relevante na economia informal do estado do Pará. E isto por ser responsável pela geração de um número grande de empregos informais diretos e de ocupações produtivas indiretas. Tais empregos, no entender de Nascimento (1992) e de Santana (2006, 2003), se distribuem desde o espaço de localização dos plantios,²⁸ da intermediação do transporte da produção até aos mercados, da comercialização dos frutos nas feiras, do transporte das feiras até os pontos comerciais do vinho, da produção e comercialização de produtos derivados pelas cooperativas e agroindústrias.

A se percorrer os rios sinuosos do município e na época da safra do açaí que compreende os meses de agosto até janeiro, precisa-se estar atento para a quantidade grande de embarcações pequenas que navegam em direção à sede do município. Algumas transportam até 100 rasas, como se chama na região os paneiros com capacidade para 28 quilos de caroços de açaí cada um, colhidos nos açaizais que ocupam quase toda a várzea deste rio do município. Ainda, todos os dias, entre 12 a 15 carretas de porte grande vão embarcar parte deste açaí para os pontos tradicionais de venda²⁹ e para as indústrias.

Antes, a maior parte dos produtores tinha no açaí uma atividade secundária, além de muito voltada para o consumo doméstico. Agora, muitos deles vivem apenas de produzir açaí ao lado da família, em frente à casa modesta, mas na qual tem o conforto da energia elétrica, de uma televisão – que funciona com antena parabólica –, da geladeira e da máquina de lavar roupa. No trapiche pequeno, o barco a motor, que ajuda no transporte do açaí e dos familiares quando necessário. Sobre tais elementos importantes da cadeia produtiva, ver as Figuras 12 e 13, a seguir.



²⁸ A exemplo da extração do fruto, dos pratos culturais etc.

²⁹ Quanto a esses, são pelo menos três mil somente em Belém, onde o consumo diário é estimado em quase 500 mil quilos.

Figura 11: Casa de produtor de açaí no rio Mamangalzinho.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Figura 12: Interior de uma casa do produtor de açaí no rio Mamangalzinho.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Enfim, a economia que gira em torno da produção de açaí está mudando para melhor a vida de grande parte da comunidade ribeirinha do município de Igarapé-Miri, conforme indicam os dados quantitativos levantados e as observações feitas *in locus*. Quanto à cidade de Igarapé-Miri, a mesma ganhou o título de capital mundial deste produto. “O açaí é a redenção econômica de nosso município [...]”, garantem os técnicos da EMATER/ Igarapé-Miri. Segundo eles ressaltaram, entre cinco mil a seis mil pessoas trabalham diretamente com o produto no município, que por sua vez tem em torno de 54 mil habitantes.

Pelo que se depreende dos dados da pesquisa, a cadeia produtiva do açaí no município se apresenta conforme a seqüência abaixo:

PROPRIETÁRIO (Dono da área com ou sem título de terra)



SISTEMA DE PRODUÇÃO (plantio, manejo da área, colheita)



TRANSPORTE IN NATURA (Feito pelo dono, atravessadores ou pelas organizações).



COMERCIALIZAÇÃO DO FRUTO (Feito pelo dono, atravessadores ou pela organização)



INDUSTRIALIZAÇÃO (Fábricas locais ou de outros municípios)



MERCADO (Local, estadual, nacional e internacional).

Assim, ao todo são seis elementos de uma seqüência, que certamente pode ser bem mais sofisticada, a se verticalizar a produção na própria região e em particular em Igarapé-miri.

4.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI

O açazeiro se destaca entre os recursos vegetais os mais diversos, pela sua abundância e por produzir alimento um importante para as populações locais, além de ser a fonte principal de matéria-prima para a agro-indústria de palmito no Brasil. As concentrações maiores ocorrem em solos de várzeas e igapós, compondo ecossistemas de floresta natural ou em forma de conjuntos conhecidos como açazais, com área estimada em um milhão de hectares (EMATER, 2008). Também, ocorre em áreas de terra firme, principalmente, quando localizadas próximas às várzeas e igapós.

A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990, passou a ser obtida, também, de açazais nativos manejados e de cultivos implantados em áreas de várzea e de terra firme, localizadas em regiões com precipitação pluviométrica maior, em sistemas solteiros e consorciados, com e sem irrigação (Figura 14). Dados estatísticos comprovam que cerca de 80% da produção de frutos tem origem no extrativismo, enquanto os 20% restantes são provenientes de açazais manejados e cultivados em várzea e em terra firme.

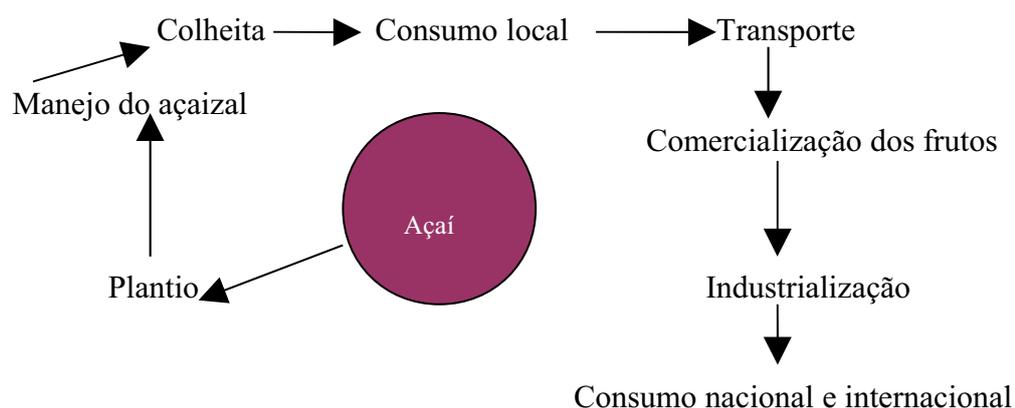


Figura 13: Fluxos de atividades do sistema de produção do açaí no município de Igarapé-Miri.

Fonte: Pesquisa, 2008.

O sistema de produção implementado no município pelos produtores segundo a EMBRAPA (2005), inicia-se com o plantio, o qual é realizado pelos produtores com variedades mais resistentes e com produtividade maior, objeto de suas próprias pesquisas e de instituições como esta. E na maioria das vezes, se realiza através de animais como as aves, que se alimentam da polpa, ficando as sementes que germinam espontaneamente e apresentam taxa alta de germinação das sementes (EMBRAPA, 2005). Está aí a origem da quantidade grande de plantas por hectare ou também por mudas produzidas para este fim.

Por ocasião no manejo do açazal, ocorre a retirada das árvores de valor comercial baixo e realiza-se também a pratica de desbaste visando eliminar o excesso de estipes. Neste caso, deixa-se de três a quatro estipes em cada touceira, eliminando-se aqueles muito altos, finos e defeituosos ou, os que apresentarem produção pequena de frutos (EMBRAPA, 2005). Esta prática é realizada geralmente na entressafra, com o aproveitamento do palmito, que é vendido para as fábricas de beneficiamento deste recurso.

Após três a quatro anos, ocorre a etapa da colheita, que é realizada quando os frutos se apresentam com uma coloração arroxeadada. O colhedor escala a estipe com o auxílio de uma peconha, espécie de suporte para os pés que auxilia a subida do tronco até o cacho. Em seguida, os cachos são depositados em lonas de plástico e uma segunda pessoa fará o processo de debulha, onde os frutos são retirados destes suportes naturais através de força exercida com as mãos protegidas por luvas, sendo em seguida depositados em paneiros.

O transporte é realizado através de barco até os locais de comercialização, sendo que o açaí fica acondicionado em basquetas ou paneiros (Figura 15). Quando a produção é oriunda de produtores pertencentes às organizações, a exemplo da Associação Mutirão, elege-se um representante de cada núcleo para recolher a produção do dia de cada agricultor associado, em um horário marcado, respeitando a distância da localidade até o porto que será entregue à empresa contratada. A vistoria no produto para estabelecer a qualidade do açaí é realizada pelos representantes dos núcleos. No caso, não se aceita açaí colhido dias antes, somente o da manhã, que será transportado no final da tarde por embarcações (Figura 16).



Figura 14: Tipos de acondicionamento utilizados no transporte do açaí.
Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 15: Tipo de embarcação utilizada para transportar a produção de açaí.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Na comercialização do açaí no município de Igarapé-Miri, um dos setores mais importante é o varejo rural. De fato, segundo entrevistas com os produtores, o volume maior da produção do município passa pelas mãos de atravessadores que atuam no meio rural. Normalmente, estes se deslocam da cidade e buscam o produto no lote do produtor.

Esse município atualmente conta com quatro fábricas de beneficiamento de açaí. Nestas fábricas, o açaí é transformado em vinho e posteriormente é exportado para outras fábricas localizadas em outros municípios do estado, do país e mesmo do exterior. Nelas, ele é transformado na modalidade de “mix” e, posteriormente, comercializado em estados do Brasil e chegando ao mercado como EUA, Europa, etc.

As fábricas existentes no município são a COOPFRUT (Figuras 17 e 18), a Sabor Açaí (Figura 19 e 20), Vale do Açaí (Figura 21), e Amazon House. Esta primeira foi a instalada no início deste processo transformador. A mesma destinava-se ao beneficiamento de açaí e de outras frutas, como o cupuaçu (*Theobroma cacao*), a acerola (*Malpighia glabra*) e o maracujá (*Passiflora edulis*).



Figuras 16 e 17: Aspectos da sede da COOPFRUT.
 Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figuras 18 e 19: Fábrica Sabor açai.
 Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 20: Fábrica Vale do Açai.
 Fonte: E. Damasceno, 2008.

Note-se que o projeto dessa última fábrica foi concebido como maneira de promover a formação de uma classe média rural no município de Igarapé-Miri. Foi um dos exemplos mais marcantes de como os produtos provenientes de atividades sustentáveis estão conquistando parcelas cada vez maiores de consumidores em todo o mundo. Sua capacidade de processamento é de dez toneladas de polpa de açai pasteurizada por dia e quanto ao armazenamento, de até 300 toneladas.

A COOPFRUT surgiu a partir de um projeto desenvolvido pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA), da UFPA, que teve parcerias diversas, inclusive, com instituições internacionais (RAMALHO, 2005). Seu objetivo era e continua sendo o de garantir mercado para os produtores rurais, criando a consciência do aproveitamento dos recursos naturais dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. Foi um projeto acompanhado por instituições do governo, como a EMBRAPA e a Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, além da PMIM.

O mesmo contou com financiamentos do BASA, do BB e do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). De acordo com a gestora Raimunda da Costa Almeida (tesoureira da COOPFRUT), a empresa procurou agregar valor ao produto na própria comunidade de Igarapé-Miri, tanto que o açaí sai da fábrica envasado, pronto para o consumo. E ao estar em funcionamento, o produto principal é o Açaí Twist, uma mistura da polpa da fruta com o xarope de guaraná.

Durante todo ano de 2008, a fábrica permaneceu desativada por motivo de dívidas com seus credores; segundo sua administração atual, as passadas adquiriram muitas dívidas junto aos financiadores e empregados. Até o final deste ano, como se pode verificar no decorrer da pesquisa de campo, a fábrica encontrava-se paralisada sem nenhuma atividade, embora contasse com apenas dois vigias para tomar conta do patrimônio da indústria.

A fábrica Sabor açaí pertence ao Sr. Dário Gonçalves Pantoja Júnior (42 anos), sendo que os produtos beneficiados são o açaí e o palmito (Figura 22); e sua capacidade diária e total de beneficiamento é de 500 latas. No início da safra do açaí, a produção é de 200 latas/dia. Produz-se dois tipos de açaí: o açaí especial ou grosso e o açaí médio, que passam por processo de pasteurização e depois são comercializados em tambores de 200 litros (Figura 23).



Figura 21: Palmito produzido na fábrica.

Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 22: Barris utilizados no acondicionamento do açaí.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

O transporte do açaí produzido na fábrica é realizado em caminhões frigoríficos para as empresas como a Amazon Fruit em Belém, que atualmente é a responsável pelo beneficiamento do açaí em forma de mix, o qual é exportado para os EUA e Europa. O palmito é outro produto produzido pela fábrica, sua maior produção é no período da entressafra do açaí, que vai de fevereiro a junho, época em que os açaizais são manejados. A empresa possui uma área de 2.800 ha de terra localizados no rio Caji; destes, atualmente apenas 130 ha são trabalhados com açaí e palmito.

Segundo Pantoja, todo o palmito beneficiado é extraído da área de manejo e de áreas manejadas pertencentes a terceiros, sendo que o preço pago tanto no açaí como o palmito é o cotado no dia. As outras fábricas instaladas no município são a Vale do Açaí e a Amazon House (Igarapé-Miri Indústria de Polpas de Frutas Ltda.), que no período da realização da pesquisa não estavam em funcionamento. Esta primeira estava em fase de instalação de equipamentos e a segunda cotava com capacidade de produção de 1000 ton/ano. A mesma irá produzir os açaís fino, médio e grosso, sendo o mercado todo voltado para a exportação em tambores de 200 litros. Esta agro-indústria encontra-se instalada na vila Maiauatá.

Uma reivindicação dos donos das fábricas instaladas no município é que precisam do apoio dos governos municipal e estadual na aquisição de açaí processado, portanto, que uma parte da produção teria que se destinar ao mercado local e regional. Nestes termos, este produto já beneficiado poderia fazer parte da merenda escolar nas escolas do município e do estado. Com esta medida, certamente, haveria uma internalização maior da

renda no município e no estado. Também, a questão do transporte seria em parte equacionada, pois em parte significativa o consumo ocorreria em âmbito local e regional.

No que diz respeito aos preços do fruto no município, há variações importantes em decorrência, principalmente, da oferta local e da organização dos produtores. Estes, quando organizados, na maioria das vezes negociam antecipadamente com empresas locais e/ ou de fora do município toda a produção que será obtida na safra. O preço negociado é regido por contrato, às vezes ficando abaixo do preço que é comercializado no dia. No entanto a formação do preço do fruto para os produtores que não estão organizados ocorre de duas maneiras: uma com a venda direta para atravessadores no local de sua propriedade e outra quando leva sua produção e negociam diretamente nos pontos de comercialização espalhados no município.

Os pontos principais de comercialização são: o porto da cidade de Igarapé-Miri (Figuras 24 e 25), o porto da vila Maiuatá, a ponte do Suspiro (Figura 26) e o ramal Stº. Antonio (Figura 27), sendo que os dois últimos estão localizados na estrada que vai para a vila Maiuatá. O preço praticado começa com o de "abertura", ou seja, é sempre o último praticado no dia anterior. Nos pontos de comercialização do município, o mercado é regido pela lei da oferta e da procura: se a oferta é baixa e a procura alta, o preço sobe. Se a oferta é alta e a procura baixa, o preço cai.



Figuras 23 e 24: Local de comercialização do açai no porto da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 25: Ponto de comercialização na Ponte do Suspiro.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

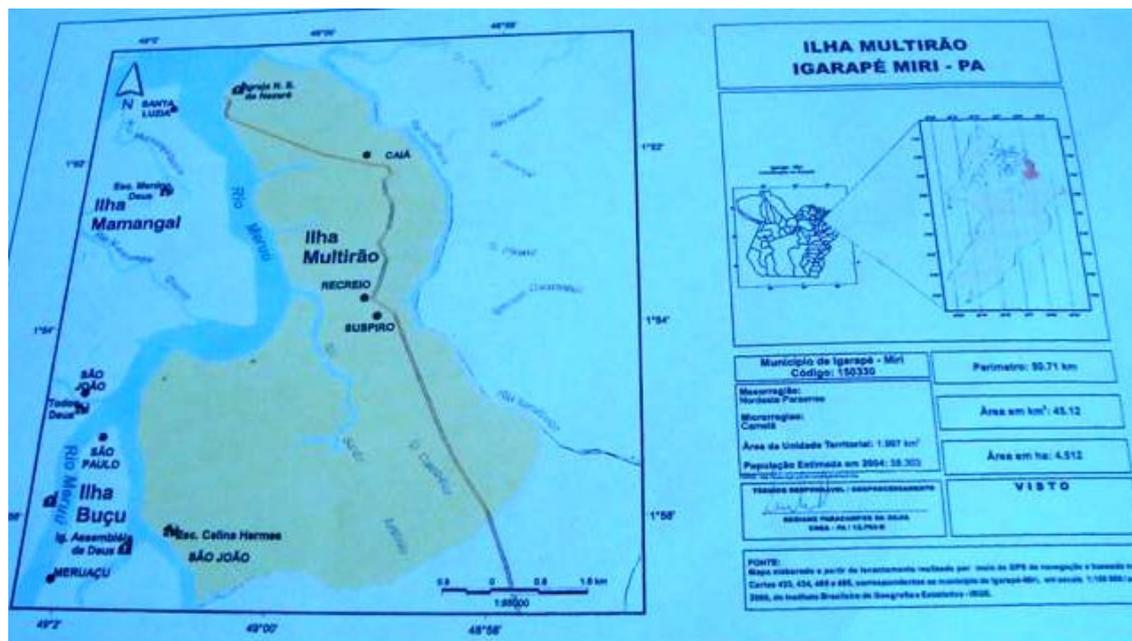


Figura 26: Ramal Santo Antonio.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

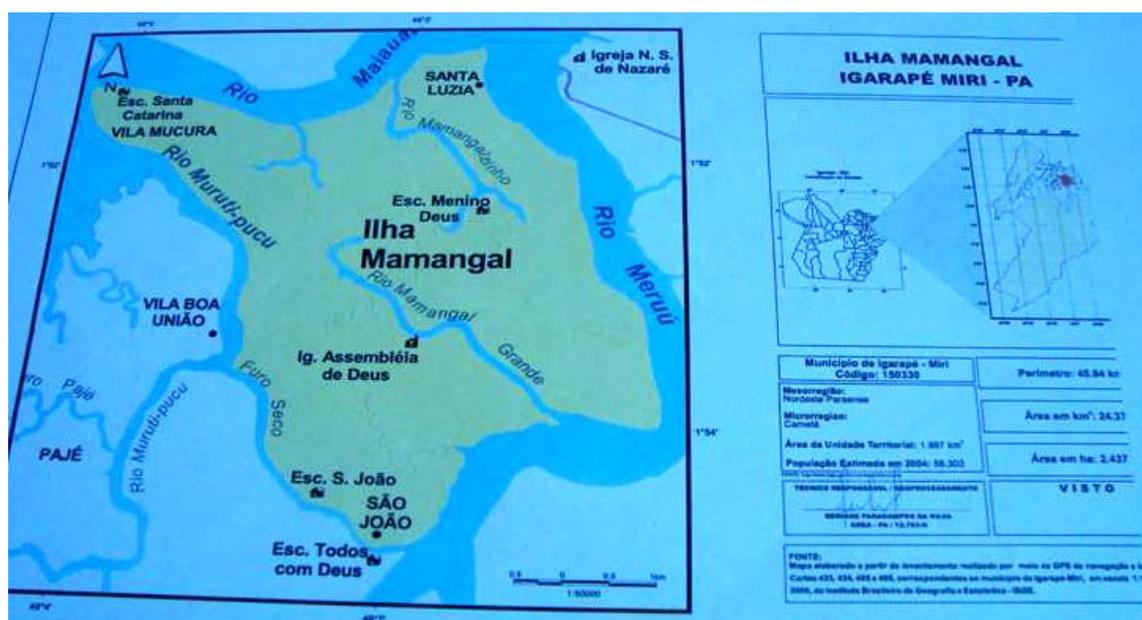
Segundo os produtores entrevistados, os preços praticados na safra de açaí em 2007 eram em torno de R\$ 25,00 cada rasa contendo 28 kg do fruto, embora esta mesma medida chegou a custar de R\$ 120,00 a R\$ 150,00 no período da entressafra. A variação, como se percebe, é grande e assim como pode beneficiar o produtor, pode também arruiná-lo. Também, este produtor teve um retorno financeiro maior ou menor de acordo com a distância entre a sua propriedade e o mercado consumidor, em face do custo do transporte do produto até estas áreas de escoamento.

A comercialização do fruto do açaí oriundo dos produtores pertencentes à AMUT é realizada através da própria Associação (Mapa 2). O controle da venda é feito por um coordenador de núcleo, eleito através de assembléia, o qual fica responsável de coletar toda a produção dos associados no seu próprio local em que é produzido e de transportar até o local em que será comercializado. E o preço praticado geralmente é feito através de contrato com empresas que beneficiam o produto *in natura* e o exportam.



Mapa 2: Ilha Mutirão onde está localizado o projeto Mutirão.
Fonte: EMATER/Igarapé-Miri.

No rio Mamangalzinho (Mapa 3), os produtores de açaí que não se encontram organizados em associação ou cooperativa, não tem muita alternativa quanto à comercialização dos frutos. Esta, geralmente, é toda feita em suas propriedades, onde atravessadores aparecem e a adquirem. Nestes casos, não raro as perdas são grandes, mas muitos se dizem satisfeitos, porque não precisam se envolver com terceiros ou se deslocar para venderem a sua produção.



Mapa 3: Rio Mamangalzinho localizado na ilha Mamangal

Fonte: EMATER/Igarapé-Miri

Existem, também, aqueles produtores que comercializam diretamente nos principais pontos de comercialização, deslocando-se, portanto, para estes *loci*. Precisamente, tais deslocamentos ocorrem para os portos de Igarapé-Miri, da vila Maiuatá, da ponte do Suspiro e do ramal Stº. Antonio. Nestes, a presença de compradores é praticamente diária, sendo eles provenientes de locais diversos do país. Nestes termos, os produtores não têm dificuldades em vender a sua produção.

Em pesquisa sobre a produção, comercialização e o consumo de açaí nos estados do Amapá e do Amazonas, Simonian (2009a) documentou que principalmente em Santana e em Codajás os produtores não estão a encontrar dificuldades em relação à comercialização e sempre há demanda neste sentido. Nesta primeira cidade, tem-se uma empresa com capital dos EUA que está a produzir uma variedade grande de produtos com base no açaí. A mesma adquire praticamente todo o produto que chega do sul estado e também das ilhas do Pará, pagando sempre o preço da pedra.

Em Codajás, a Zona Franca de Manaus (ZFM) vem financiando a cooperativa de produtores locais, precisamente, a produção, beneficiamento e comercialização do açaí (*Euterpe precatorium* Mart.) (SIMONIAN, 2009a). Neste caso, segundo esta autora, quase 100% da produção decorrem dos açaizais nativos, sendo a safra relativamente curta. Conseqüentemente, a planta industrial da cooperativa fica fechada durante parte do ano.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS EM IGARAPÉ-MIRI E A QUESTÃO DO AÇAÍ

Buscou-se nas últimas décadas, em vários países, modelos institucionais novos de gestão social procurando-se enfrentar os desafios de justiça social, consolidação democrática, aumento da qualidade de vida, ética nas relações pessoais e comerciais, sustentabilidade ambiental, entre outros. Tem sido largamente incorporada neste discurso, a necessidade de participação de atores sociais diversos, emergindo uma ordem nova, na qual as relações entre governo, empresa e sociedade tomam novas dimensões. No entender de Dowbor (1999) e Offe (1998), o espaço público passa a ser visto como não só exclusivo do Estado.

5.1 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS QUANTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste ponto, observa-se que o associativismo originou-se do cooperativismo, do qual se separou ganhando autonomia e evolução próprias em meados do séc. XIX. Hoje, na era da globalização e da competição, o país necessita de empreendedores que acreditem no associativismo, que percebam e valorizem esta forma de representatividade e se tornem os agentes da construção de uma sociedade de resultados. Ao longo destes anos, consolidou-se a democracia brasileira, alteraram-se as relações empregados/empresas e surgiram grupos de interesse novos na sociedade,³⁰ transformações estas que demarcaram dois países de certa forma diferentes politicamente.

A relação entre a dinâmica associativa, ou seja, a variação nas taxas de participação política e as mudanças sócio-econômicas começou a ser discutida no final da década iniciada em 1960. As mudanças estruturais, em especial, as relacionadas ao crescimento econômico das nações, precisam induzir taxas maiores de participação política. Para Dahl (1971), os países com crescimento econômico maior tenderiam a desenvolver uma multiplicidade de grupos de interesse; logo, a participação política cresceria a partir do fomento de movimentos representativos do processo de segmentação da sociedade, o que seria incentivado por um desenvolvimento econômico maior.

Precisamente, a dinâmica associativa estaria relacionada às alterações nas esferas sócio-econômicas e/ou políticas. No Brasil, o problema foi tratado, entre outros, por Santos (1993), que discute a dinâmica do associativismo a partir do desenvolvimento econômico elevado do país e das transformações profundas ocorridas na sociedade brasileira a partir da década iniciada em 1960. Também, Avritzer (1997) examinou a questão a partir da influência das conjunturas sócio-econômicas e das transformações culturais novas ocorridas na América Latina no último século.

Santos (1993) destaca a discussão acerca da associação entre o desenvolvimento econômico e o fomento à dinâmica associativa no Brasil, fatores cuja interseção foi por ele resumida na questão do “híbrido institucional”. Nestes termos, apesar de a sociedade brasileira ter experimentado um crescimento econômico enorme desde os anos de 1960 (SANTOS, 1985). Então, a sociedade agrária foi transformada em uma sociedade urbana e industrializada, mas apesar disto ela ainda apresenta participação política escassa e resolução baixa de conflitos mediada pela justiça do país.

³⁰ A exemplo dos trabalhadores sem-terra, que já se vinham organizando desde o final dos anos iniciados em 1970.

A análise de Avritzer (1997), por sua vez, destaca o crescimento do associativismo em países na América Latina com tradição pequena de organização associativa. Este autor defende o argumento de que o incremento no número de associações civis nestes países está relacionado com a alteração no padrão de cultura política dos seus integrantes. Defende também que tal fenômeno pode ajudar a superar certas continuidades na relação entre Estado e sociedade.

Além da constituição de associações temáticas, baseadas em questões de gênero ou derivadas, observa-se o surgimento de práticas novas de solidariedade social e a organização de ações coletivas visando demarcar uma identidade comum, principalmente nas grandes metrópoles do sudeste (AVRITZER, 1997). Isto leva o mesmo autor a concluir que a sociedade latino-americana, fraca e desorganizada, está deixando de existir, levando à necessidade de se reformular as relações Estado/sociedade. E devido ao papel público das associações e com vista a se permitir um aprofundamento da democracia.

Na aplicação de políticas clientelistas, o Estado aparece como o mantedor daqueles produtores que se vêem obrigados a somente aguardar as distribuições novas de cestas básicas, programas de distribuição de renda mínima, como bolsa escola, bolsa família, vale gás, etc. Ou um investimento isolado mediante custeio governamental. Simonian, Pinto e Campos (2007) definem esta realidade contraditória como uma “[...] frente bolsista”. O mercado dita as atividades que não de ser empreendidas e as entidades civis locais terminam unindo-se ao discurso do Estado. E isto, segundo Costa (2000), Costa, Costa (2007) e Hurtienne (2000), no que diz respeito à organização dos produtores, da produção, da comercialização de seus produtos e de sua inserção no mundo globalizado.

O fenômeno da globalização, por ser irreversível, constitui uma continuidade no movimento da racionalização da sociedade contemporânea. Porém, isto se dá por meio de um processo de racionalização que se tem feito de modo rápido e profundo e, ainda, se coloca questões e noções, processos e instituições até então considerados “chave” na reprodução da sociedade e da economia capitalista (CASTRO et al., 2001; SIMONIAN, 2007a). A globalização, portanto, surge desde algum tempo através de estruturas produtivas pequenas, como as dos produtores de açaí de Igarapé-Miri, que tem disposição para romper com o assistencialismo estatal e buscar uma inserção lucrativa no mercado.

No entendimento de Casarotto Filho (1998), a de que as mudanças profundas que estão ocorrendo impõem modalidades novas de organização, atuação e articulação entre os agentes econômicos públicos e privados. Note-se, ainda, que a influência do setor privado nas ações governamentais vem adquirindo um caráter cada vez mais técnico, visando uma

reestruturação produtiva e transformação da economia e do próprio Estado. Assim, buscase condições melhores de competitividade, setores e indústrias vêm se deslocando espacialmente, promovendo uma reestruturação produtiva e organizacional substancial, redefinindo estratégias e desenvolvendo mercados e produtos novos.

5.2 PROCESSOS ORGANIZATIVOS EM IGARAPÉ-MIRI

No município de Igarapé-Miri, os movimentos organizados são vistos como mobilização de massas humanas com anseio por mudança social e por construção de uma concepção nova de economia, baseada na produção de fruto e suco concentrado do açaí. O açaí uma das espécies regionais que compõem a biodiversidade da Amazônia, sendo nativa das matas de várzea desta região. Destaca-se a mesma pela importância alimentar e econômica para as populações ribeirinhas e urbanas, sendo que, conforme Simonian (2009), seu fruto chega cada vez mais ao mercado internacional, pois é aceito comercialmente, o que faz diminuir a lucratividade que o seu palmito antes representava.

A concordar-se com pensamento de Porter (1999), não se sobressaem os países de proporções grandes ou com vastidão territorial, possuidores de recursos naturais ou de fontes imensas de matérias-primas. Os mais bem sucedidos são aqueles dotados de conhecimento e tecnologia, que sabem agregar valor e competir com produtos e serviços a custos baixos e produtividade, qualidade e competitividade elevadas. A solução de muitos dos problemas complexos que afligem o mundo moderno reside na administração, na capacidade de gerir, empreender, aglutinar e utilizar recursos escassos de modo cada vez melhor do que os concorrentes.

Igarapé-Miri tem se desenvolvido devido a sua extensão territorial e as suas riquezas produzidas pela extensão de seu solo de várzea. Contribui ainda para tal desenvolvimento as condições climáticas deste município, que são favoráveis ao cultivo do açaí e de outras culturas de subsistência. Com base nestes dados, pode-se perceber que o município tem seu ponto forte na agricultura passando pela indústria e depois pelo comércio, que tem mostrado um crescimento considerável nos últimos cinco anos.

A considerar-se que a população é predominantemente urbana, pode-se destacar que a cidade de Igarapé-Miri, como praticamente todas as cidades brasileiras de porte pequeno, devido ao crescimento sem um planejamento apropriado passam por deficiências quanto à infra-estrutura, ao saneamento básico, à habitação etc. Surgem, então, os

movimentos sociais a partir da organização dos cidadãos (SILVA, 2007). Seus objetivos em comum são: a busca pela moradia, saúde, lazer, esporte, educação de qualidade, cultura, ou seja, uma política que alcance as camadas mais necessitadas da sociedade, pessoas expropriadas, espoliadas e segregadas de seus direitos, que vivem às margens da sociedade capitalista.

Esses movimentos sociais têm um objetivo muito importante. Como a inserção popular na participação do processo social e político do país e da cidade em particular. E com isto, a capacidade de intervir neste processo como agentes ativos desta sociedade, onde a tecnocracia é soberana e trabalha sob a lógica do modo de produção capitalista sob o poder do Estado (MARX, 1946). Cabe aqui destacar o que reivindica a massa no âmbito da cidade e do meio rural, e como os cidadãos estão organizados entre si para lutar pelos seus direitos na sociedade.

A discutir-se sobre objetivos e metas que essas organizações almejam, é de se trazer à tona as questões políticas relacionadas aos movimentos sociais e especificando dentro destes os resultados significativos em termos de lutas, perante o poder público local. De fato, o histórico das organizações social e produtiva no município de Igarapé-Miri se tornou relevante após a década de 1970, quando os movimentos sindicais entraram em crise, ocasionada principalmente pela repressão da ditadura militar. Na década seguinte, conforme Costa (2004) e Costa (1997), quando da reconstrução do estado democrático brasileiro, estas organizações passam a se estruturar em torno da agricultura e do extrativismo familiar.

Os incentivos viabilizados pela SUDAM através do FNO, a partir, principalmente, de 1994, fortaleceram a produção de frutas tropicais como açaí, o cupuaçu, a acerola e outras. Esta possibilidade permitiu dinamizar os processos produtivos familiares na região. Como posto por Costa (2003), aplicou-se o FNO somente no plantio da palmeira do açaí em torno de 14.677 ha no período entre 1990 a 2002, tendo sido os municípios de Cametá e de Igarapé-Miri os mais beneficiados com estes financiamentos.

Com o fim do ciclo da cana de açúcar, segundo Figueiredo (1996), houve no município de Igarapé-Miri, uma mudança importante e significativa em relação a sua economia. Dos 54 engenhos que produziam cachaça na década de 1970, que eram empreendimentos que geravam empregos na zona rural, na década de 1990, estes instrumentos de beneficiamento de matéria-prima praticamente desapareceram. Isolados, sem trabalho e sem terra, a maioria destes trabalhadores se mudaram para a cidade de

Igarapé-Miri, onde formaram bairros na periferia desta cidade, vindo a formar bolsões de pobreza sem a infra-estrutura mínima.

Atualmente, a violência persiste na periferia dessa cidade, se tornando manchete freqüente nos jornais regionais. Recentemente, por exemplo, publicou-se que a polícia prendeu doze pessoas acusadas de incendiar o fórum local, durante um protesto de moradores contra o assassinato de um comerciante da cidade, vítima de um assalto (Mendes, 2008). Entre os presos estão dois adolescentes. O prédio da PMIM e a delegacia policial também foram atacados, mas seguranças impediram que a multidão invadisse os locais para atear fogo. A prefeitura foi apedrejada e teve portas e janelas quebradas pelos manifestantes. O ataque aos prédios públicos começou logo depois do sepultamento do comerciante Augusto Miranda, de 64 anos.

A prefeita local na época, Dilza Maria Pantoja, informou que a violência sofreu um aumento assustador no município, onde existem apenas seis policiais para uma população de 70 mil pessoas. "É lamentável o que estamos passando aqui. Fizemos reivindicações aos responsáveis pela segurança pública, mas nada fizeram. Estamos nos sentindo abandonados [...]" (BEMERGUY, 2008) disse a mesma autoridade. Ela ainda acrescentou que estava sendo ameaçada de morte por bandidos.

O fato repercutiu na Câmara Federal dos Deputados (CFD), onde um Deputado Federal se pronunciou na platéia falando sobre a violência no município. O mesmo solicitou aos demais colegas atenção especial, principalmente no que se refere à segurança pública, pois em seu entendimento somente políticas públicas mais amplas serão capazes de promover o bem-estar da população, que não consegue viver em paz por conta da violência. Informou ainda que o prefeito eleito que tem propostas concretas para desenvolver o município.

A pobreza veio como resultado desse êxodo rural e, para contê-lo, um grupo de lideranças aceitou o desafio de tentar reorientar os trabalhadores à zona rural, convencendo-os de que ali a vida poderia ser melhor. A perseguir esta meta, esses trabalhadores começaram a se organizar em torno da produção do açaí, espécie nativa da região de várzea e conseqüentemente da sua região. Com o fracasso da cana-de-açúcar na região, os produtores passaram a cultivar o açaí e a explorá-lo, primeiro como um dos alimentos básicos do dia a dia, e depois como fonte de renda.

Neste contexto, como incentivo à organização da produção dos agricultores familiares do município, foi fundado em 1968 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que vivenciou 20 anos de ação assistencialista, administrado por pessoas ligadas ao

governo que não mostravam preocupações com os problemas sócio-econômicos dos pequenos agricultores locais. Em 1988, o STR (Figura 28), já nas mãos dos trabalhadores, passou a incentivar a produção de outras culturas agrícolas/ extrativistas como meio de sobrevivência. E também contribuiu na criação de associações, as quais mais tarde tiveram papel fundamental na melhoria de vida da população.



Figura 27: Sede do STR de Igarapé-Miri.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

Dentre os objetivos dessas associações, está a de desenvolver a economia do município a partir da produção rural, investir na formação política e ambiental de seus sócios, fortalecer sua organização e incentivar o trabalho em harmonia com a natureza. No decorrer de um tempo relativamente curto, elas ajudaram a colocar o município em uma posição diferenciada com relação a ser atualmente o produtor maior de açaí (M. L. FONSECA, 2008, entrevista). E isto em relação a outros municípios com as mesmas características e deficiências e exclusão social.

O movimento dos trabalhadores no município tem como suporte essas organizações, compostas por homens, mulheres e jovens e se constitui de certo modo num contra poder, considerando a estrutura política hierárquica do município, onde o clientelismo político é bastante utilizado (CUNHA, 2006). Aliás, as mulheres têm participado ativamente deste movimento. E freqüentemente tem estado no ápice das lideranças sociais e associativas.

Segundo relato do Sr. Manoel Luis Fonseca, um dos associados do STR de Igarapé-Miri e da AMUT, foi no período de 1990 a 1994, que começou a mobilização (Figura 29),

tendo eles participado do “Grito da Terra”³¹. Durante esse período acontece a manifestação dos trabalhadores rurais, tanto em Brasília-DF, como nos estados. Ainda de acordo com o Sr. Manoel Luis, “Através das negociações sucessivas no Grito da Terra, temos tido várias conquistas na reforma agrária, política agrícola, educação, previdência social etc.”.



Figura 28: Sede da Associação Mutirão
Fonte: E. Damasceno, 2008.

Em 1993, segundo o mesmo Manoel Luis Fonseca, ocorreu o primeiro financiamento para 50 trabalhadores rurais de Igarapé-Miri. O mesmo foi destinado à plantação de coco (*Cocos nucifera*), pimenta, laranja (*Citrus aurantium*). Deste total, 27 trabalhadores pertenciam à AMUT. Os Projetos que foram financiados fracassaram por razões de mercado. E só três anos depois é que começaram os financiamentos para plantação de açaí, também através do FNO e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX).

Os trabalhadores rurais de Igarapé-Miri através de uma ação coletiva criaram a AMUT, fundada em 20/05/1990. Com o objetivo arrojado desde o início, principalmente, o de promover o desenvolvimento da economia do município a partir da produção rural, investindo na formação política e ambiental de seus sócios (Figura 30). Deste modo, buscou-se fortalecer sua organização e incentivar o trabalho em harmonia com a natureza.

³¹ Esse movimento é realizado todos os anos no mês de maio, quando são apresentadas pautas de reivindicações contemplando todas as bandeiras de luta dos trabalhadores (as) rurais, que são negociadas respectivamente com o governo federal e o estadual.



Figura 29: Centro de Treinamento da Associação Mutirão.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

No entendimento de Cunha (2006), foi assim que nasceu uma relação nova entre os agricultores e a floresta. Esta passou a ser mais do que um espaço ambiental, tornando-se o território dos trabalhadores rurais, inclusive de produção. Ainda, viabilizou a garantia da sobrevivência destes a partir da produção do açaí (Figura 31), inclusive com a formação de viveiros (Figura 32); e vindo a se constituir em um espaço para a sua organização. Subsidiariamente, também se investe na criação de peixes, como na Figura 33.



Figura 30: Plantio de açaí consorciado com espécies agrofloretais realizado pelos associados da AMUT.
Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 31: Viveiro de mudas produzidos na AMUT para serem distribuídos entre os associados.

Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 32: Criação de peixe na área da AMUT.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

A AMUT, no início de sua organização, contava com 68 agricultores associados, mas hoje já são 160. O projeto de trabalho começou com o apoio financeiro de uma ONG da Itália, ligada à ICAR e conhecida como Manatise. Então, os associados se organizaram e ocuparam uma área devoluta de 200 ha às margens do igarapé Tracuateua, que depois foi devolvida aos donos por não haver nenhuma infra-estrutura. Posteriormente, ocuparam 145 ha de terras, às margens do rio Meruú-Açu, uma área conhecida como Ponta Negra. É ali que está construída a sede da associação, sendo que o grupo que a construiu vivia à época na cidade de Igarapé-Miri.

Cerca de duas vezes por mês esses trabalhadores se reuniam e viajavam para trabalhar na construção da sede do projeto. A viagem era realizada em canoas pequenas e o tempo de viagem era de em torno de uma hora; as mulheres dos agricultores se encarregavam em fazer a comida e ajudavam em outros serviços da construção, como carregar tijolos, pedras, areia, barro, madeira, e alguma coisa a mais que se necessitasse para construção da sede. Produtores dos rios Caji, Meruú, Anapú, Meritipucu e Ponta Negra fazem parte do projeto.

A partir da AMUT, surgiu outro movimento que resultou na criação da Associação das Mulheres de Igarapé-Miri (AMIM). Seu objetivo maior era a conquista de igualdades e possibilidade de desempenhar um papel mais atuante, investindo em sua formação e descobrindo a sua importância na sociedade (CUNHA, 2006). Este conhecimento veio através de seminários, cursos profissionalizantes, palestras sobre os direitos da mulher, saúde da mulher e outras questões relevantes para a mulher.

Na sede da Associação, funciona a Casa Familiar Rural (CFR) (Figura 34), que é de natureza educativa quanto a ensino formal. A mesma é mantida parcialmente pelas famílias rurais e pelo governo municipal,³² visando uma educação personalizada e formação integral. A capacitação que é fornecida aos agricultores através de treinamentos se torna importante em especial quando se trata do problema da monocultura do açaí, pois no município, a parte maior da produção é oriunda de plantios.

Atualmente, esse problema da monocultura em qualquer espécie vem preocupando agricultores, pesquisadores e ambientalistas. Particularmente em solos tropicais, as consequências desta modalidade de cultivo vêm se concretizando de modo cada vez mais dramático em termos de sustentabilidade agro-ecológica. Assim, para se evitar esta prática, estudos vários com alternativas estão sendo desenvolvidos. No caso do plantio do açaí, a proposta é a da associação com espécies nativas agrofloretais, o que proporciona efeitos positivos, a exemplo da manutenção das propriedades físico-químicas do solo via processos com microorganismos³³ (EMATER, 2006). Assim, passa-se a dispor mais micronutrientes, o que minimiza os efeitos erosivos do solo.

³² Conforme levantamento de campo, as famílias garantem o espaço e a alimentação de professores e alunos e a PMIM se responsabiliza pelos salários dos professores e pela merenda escolar.

³³ Como os fungos e bactérias.



Figura 33: CFR que funciona na sede da Associação Mutirão.
Fonte: E. Damasceno, 2008.

Os ribeirinhos também estão preocupados e conscientes com a possível saturação do mercado do açaí. Os mesmos estão procurando alternativas de atividade econômica que gere renda, em especial na época da entressafra. Alguns caminhos estão sendo propostos pela CFR, que talvez possam contemplar os interesses desta população. Assim, tem se proposto o aproveitamento de áreas desmatadas, alternativas de renda,³⁴ processamento de frutas para produção de polpas etc. Também, a produção de alimentos em hortas comunitárias, produção de artesanato, metodologia de produção e secagem de plantas medicinais, organização em associações ou coletivos.

Para desenvolver cursos e oficinas, realizou-se parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), com a UFPA em parceria com o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFPA e com a Fundação Rede Unitrabalho. Estas entidades prestam assessoria e fornecem capacitação através de cursos de produção, gestão, organização, cooperativismo, plano de manejo, contabilidade e outros tipos de treinamentos para os associados (A. SOLINO, 2008, entrevista). E com os bons resultados da AMUT, outras associações foram sendo criadas no município com os mesmos fins.

Por sua vez, essas somaram com a AMUT no sentido do investimento na produção do açaí já existente no município. Até então o mesmo era feito em escala pequena apenas para consumo familiar e o excedente para a venda na sede do município, utilizando-se dos recursos dos financiamentos disponíveis e/ou os próprios. Nesta perspectiva, os produtores começaram a produzir cada vez mais, resultando em safras ascendentes; em pouco tempo,

³⁴ Como a criação semi confinada de animais de porte pequeno como galinhas (*G.g.domesticus*) e porcos (*Sus domesticus*).

o município não conseguia mais absorvê-las, havendo necessidade de se trabalhar mais a questão da exportação de uma parte significativa.

Como consequência do aumento da produção do açaí nos municípios da região, houve uma desvalorização no preço pago pela rasa deste produto. A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú (CAMTA) destacava-se como uma das compradoras principais da produção da região, a qual negociava preços diferentes entre os municípios. Estas negociações acirravam a concorrência entre os produtores e, conseqüentemente, deixavam os preços abaixo do mercado. Esta estratégia prejudicava igualmente a todos os produtores.

Então, os produtores de açaí do município de Igarapé-Miri, através das associações, começaram buscar mercados novos, dentre os quais o Ver o Peso, na capital do estado. Este se constituiu no mercado mais importante, pois serviu de referência para contatos com empresas do ramo e outros empreendimentos de produtores de porte pequeno de outros municípios. Neste período, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/AMAZÔNIA detectou, através de estudos, que os municípios da região da parte baixa do Tocantins que investiram no cultivo em questão estavam com dificuldades em comercializar a produção.

Com isso, a FASE/AMAZÔNIA exerceu papel fundamental suscitando as discussões sobre a criação de um consórcio de produtores que pudessem negociar como as empresas processadoras do fruto, produção em escala ampliada e a preços melhores e mais estáveis. Houve uma reunião entre os empreendimentos que seguem: Cooperativa de Frutas de Abaetetuba (COOFRUTA), Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART), Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena (COOPBAB) e AMUT e isto para discutir estratégias de venda. Este evento deu-se entre 2000 a 2001, quando se criou um consórcio de empreendimentos desta parte do Tocantins e se passou a vender a produção para empresas como SAMBAZOM, CAMTA, etc.

Após a criação desse consórcio, o município de Igarapé-Miri criou um Consórcio Municipal composto pela AMUT, ASMIM, Associação de Boa Esperança do Município de Igarapé-Miri (ASBEMI), Associação Progresso da Esperança e Associação de Moradores e Produtores Rurais do Igarapé Santana e seus Arredores (AMPRISA), com o apoio de STR de Igarapé-Miri e da CP Z-15 (M. TRINDADE, 2008, entrevista). Este consórcio micro regional foi representado no consórcio paraense pela AMUT e tinha como objetivo a organização e qualificação da produção, enquanto a comercialização seria realizada através deste último consórcio.

Após anos de comercialização dentro do Pará, em 2003, o consórcio regional paraense conseguiu um contrato grande para a sua produção, com a empresa estadunidense SAMBAZON, o qual durou até 2005 (M. TRINDADE, 2008, entrevista). No entanto, depois disto, Igarapé-Miri voltou a enfrentar dificuldades grandes para comercializar a sua produção, pois era o único município integrante de tal consórcio que não tinha uma cooperativa constituída, sendo representado pela AMUT. Neste sentido, enfrentava problemas por ser uma associação e não possuir direito legal para atuar na comercialização.

Então, discutiu-se sobre a necessidade de constituir uma cooperativa que intermediasse as relações comerciais. Fundou-se, no dia 07 de março de 2006, a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI) (Figura 35). Esta, por sua vez, passou a assumir o processo de comercialização da produção, representando 64 produtores e lideranças das organizações do consórcio municipal.



Figura 34: Sede da Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Em seu processo de organização, tais trabalhadores e respectivas organizações sociais contaram com o apoio do Programa de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da UFPA (PITCPES/UFPA). Conforme anotações de campo, atualmente, a CODEMI possui 214 cooperados, sendo que 147 são homens e 67 mulheres. Mas apesar dos esforços envidados, seu poder de barganha no sentido de avançar quanto ao desenvolvimento sócio-econômico deixa muito a desejar,

pois segundo se apurou através das entrevistas, a capacidade gerencial e de inovação é ainda muito baixa.

5.3 AS ORGANIZAÇÕES ATUANTES NO MUNICÍPIO

O papel das organizações atuantes no município é visível ao se visitar a cidade de Igarapé-Miri, onde a maioria tem sede. Destaque-se, neste ponto, que elas foram e têm sido importantes ao extremo para que o município chegasse a ser reconhecido como “Capital Mundial do Açaí” e ascendesse economicamente diante do fenômeno da globalização. Casarotto Filho (1998) relata que não são mais as organizações grandes que dominam e submetem as pequenas, entendendo-se assim que o tamanho organizacional está se tornando uma condição secundária. Agora, quem supera impasses são as organizações mais ágeis, que superam as mais lentas, independentemente de suas proporções.

Por essa razão, muitas das organizações grandes estão se desdobrando em uma multiplicidade de unidades estratégicas pequenas de negócios para obter a flexibilidade e a agilidade necessária à competitividade em um ambiente mutável e dinâmico. Ao mesmo tempo, incentiva-se nas pessoas o espírito inovador e empreendedor típico das organizações de porte pequeno. Diante deste pensamento, é que o município hoje abriga 100 organizações atuando em setores diversos, conforme se observa no Quadro 1 abaixo, e ajudando no crescimento econômico local.

Quadro 1: Relação das entidades /instituições existentes no município de Igarapé-Miri.

Nº.	Nome	Endereço
01	Associação dos Assentados da Ilha Maúba	Rio Maúba
02	Associação dos Assentados da Ilha Itaboca	Rio Maiauira
03	Associação dos Assentados da Ilha Panaucauera	Rio Panaucauera
04	Associação dos Assentados da Ilha Juarembú	Rio São Lourenço
05	Associação dos Assentados da Ilha Pindobal	Rio Pindobal Grande
06	Associação dos Assentados da Ilha Mamangais	Rio Mamangal Grande
07	Associação dos Assentados da Ilha Samaúma	Rio Anapú
08	Associação dos Assentados da Ilha Buçú	Rio Meruú/Caria
09	Associação dos Assentados da Ilha Mutirão/Japuretê	Rio Cala-zinho
10	Associação dos Assentados da Ilha do Batuque	Rio Batuque
11	Associação dos Assentados da Ilha Anapú	Rio Juarembú
12	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-	Cidade de Igarapé-Miri

	Miri	
13	Colônia dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Igarapé-Miri- Z 15	Cidade de Igarapé-Miri
14	Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado do Pará	Cidade de Igarapé-Miri
15	Movimento do Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT	Cidade de Igarapé-Miri
16	Associação Comercial de Igarapé-Miri	Cidade de Igarapé-Miri
17	Associação Mutirão de Igarapé-Miri	Rio Meruú-Açu
18	Associação dos Trabalhadores e Produtores Rurais de Nazarezinho	Rio Meruú Central
19	Associação Agrícola do Pará	Rio Meruú/Jutêua
20	Associação dos Mini e Pequenos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança	Rio Meruú/ Boa Esperança
21	Associação dos Moradores da Vila Santa Maria do Icatú	Vila Sta. Maria do Icatú
22	Associação dos Agricultores do Alto Meruú/Icatú	Vila Sta. Maria do Icatú
23	Associação de São João do Rio Meruú	Nova Esperança/Rio Meruú
24	Associação dos Produtores do Rio Piratêua	Rio Piratêua/Meruú
25	Associação Agrícola do Arapari, Jesus é o Caminho	Colônia do Arapari
26	Associação dos Moradores Unidos do Caripi	Agro-Vila do Caripi
27	Associação dos Produtores da Colônia Tracuateua	Tracuateua
28	Associação dos Moradores do Campo Alegre	Rio Campo Alegre
29	Associação Comunitária de Igarapé-Miri	Comunidade St°. Antonio
30	Associação Progresso da Esperança	Rio Cambeua
31	Associação de Boa Esperança	Rio St°. Antônio
32	Associação Agrícola da Colônia Santo Antônio	Colônia St°. Antonio
33	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Vila Maiauatá	Viola Maiauatá
34	Associação Comunitária Corrente	Rio Meruú/Novo Horizonte
35	Associação Agrícola do Igarapé- Santana	Rio Igarapé Santana
36	Associação dos Produtores de Boa União	Rio Muritipucu
37	Associação dos Produtores do Igarapé Castanhal	Rio Anapú
38	Associação Agrícola do Alto Rio Anapú	Alto Rio Anapú
39	Associação Agrícola do Menino Deus	Vila Menino Deus
40	Associação Agrícola do Pindobal Grande	Rio Pindobal Grande
41	Associação dos Moradores do Rio Panacauera	Rio Panacauera
42	Associação União /Furo Seco Fora	Furo Seco Fora
43	Associação dos ribeirinhos/Catimbaua	Rio Igarapé-Miri
44	Associação dos Moradores e Produtores Artesanais do Rio Igarapé-Miri	Rio Igarapé-Miri
45	Associação dos Moradores e produtores da Vila Cacau	Rio Panacauera
46	Associação de Mulheres de Igarapé-Miri	Rio Muritipucu
47	Associação de São Domingos do Baixo Cajá	Rio Cajá/São Domingos
48	Associação Nova Aliança do Rio Cajá	Rio Cajá/Nova Aliança
49	Associação das Casas Familiares Rurais de Igarapé-Miri	Rio Mamangal Grande
50	Associação dos Moradores do Mocajateua	Mocajateua
51	Associação de TAPICUAMA	Rio Samaúma da Costa
52	Associação dos Moradores do bairro da Cidade	Cidade de Igarapé-Miri

	Nova	
53	Associação dos Moradores do bairro da Boa Esperança	Cidade de Igarapé-Miri
54	Associação dos Aquicultores de Igarapé-Miri	Cidade de Igarapé-Miri
55	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Rio Stº Antônio
56	Cooperativa do Desenvolvimento de Igarapé-Miri – CODEMI	Rio Stº Antônio
57	Coop. de Empreendimentos Populares de Igarapé-Miri – CAEPIM	Rio Meruú/Buçú
58	Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri – COOPEFRUT	Rio Cambéua
59	Coop. Agroindustrial do rio Mamangal Grande	Rio Mamangal Grande
60	Coop. dos Produtores Rurais de Igarapé-Miri	Cidade de Igarapé-Miri
61	Coop. São Gonçalo	Campo Alegre
62	Coop. dos Trabalhadores e Produtores Familiares de Igarapé-Miri	Rod. PA/151
63	Cooperativa do Cotijuba	Rio Cotijuba
64	Cooperativa de Sto. Antonio do Rio Caji	Rio Caji /Sto. Antonio
65	Associação MOPAMA	Rio Mamangal Grande
66	Associação Clube da Rádio Comunitária de Igarapé- Miri.	Cidade de Igarapé-Miri
67	COOPEFRUMA	Vila Maiautá
68	COOTRACONAI	Cidade de Igarapé-Miri
69	Associação dos Trabalhadores da Usina de Reciclagem do Lixo	PA/407
70	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Igarapé-Miri	Cidade de Igarapé-Miri
71	APAE	Cidade de Igarapé-Miri
72	Associação dos Idosos da Cidade Nova	Cidade de Igarapé-Miri
73	Associação dos Taxistas de Igarapé-Miri	Cidade de Igarapé-Miri
74	Paróquia de Santana	Cidade de Igarapé-Miri
75	Pastoral da Criança	Cidade de Igarapé-Miri
76	Pastoral da Juventude	Cidade de Igarapé-Miri
77	Pastoral da Comunicação	Cidade de Igarapé-Miri
78	Pastoral da Família	Cidade de Igarapé-Miri
79	Pastoral da Saúde	Cidade de Igarapé-Miri
80	Conselho Paroquial	Cidade de Igarapé-Miri
81	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Cidade de Igarapé-Miri
82	Igreja Evangélica Quadrangular	Cidade de Igarapé-Miri
83	Igreja Evangélica Betânia	Cidade de Igarapé-Miri
84	Fundação Padre Franco	Cidade de Igarapé-Miri
85	SINTESP/SUB-SEDE	Cidade de Igarapé-Miri
86	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Camiri	Zona Rural
87	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Velasco	Zona Rural
88	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Novo Horizonte	Zona Rural
89	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Icaruçaua	Zona Rural
90	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Emanuel	Zona Rural

91	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Nova Aliança	Zona Rural
92	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Boa União	Zona Rural
93	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Nova Vida	Zona Rural
94	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Irmã Dorothy	Zona Rural
95	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Renascer	Zona Rural
96	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Arapari	Zona Rural
97	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Juteua	Zona Rural
98	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Pro-Vida	Zona Rural
99	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Nova Esperança	Zona Rural
100	Associação do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Luz Divina	Zona Rural

Fonte: Arquivo do STR de Igarapé-Miri, 2008.

Hoje, as associações que aparecem no quadro acima estão desenvolvendo suas atividades. Este fato vem ao encontro das informações já evidenciadas no referencial teórico, quando se descreveu o processo de consolidação dessas organizações e a progressiva visibilidade que essas vêm ganhando a cada dia na sociedade em geral. Mesmo tendo seus objetivos e estratégias definidas, estas organizações enfrentam problemas de toda ordem.

Exemplares nessa direção são: a insuficiência financeira; um grupo reduzido de pessoal sem uma constante capacitação técnica-administrativa adequada; a falta de assessoria própria; organizações alternativas de associados oscilando em seu aumento e diminuição o que, de certo modo, tem retardado o andamento de suas atividades; e, principalmente, atingir seu alvo principal: a organização, conscientização do associado e a não “perder espaço” político e organizativo.

Mesmo com todos os problemas essas organizações estão se mobilizando e se organizando politicamente para conseguir a Indicação Geográfica (IG) do açaí de Igarapé-Miri. No transcurso da história, segundo Brasil, Ministério (2009), a expressão/sigla IG se firmou quando produtores comerciantes e consumidores começaram a identificar que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, especiais, atribuíveis a sua origem geográfica. Então, começaram a denominá-los com o nome geográfico que indicava a sua procedência.

Hoje, inúmeros produtos são distinguidos no mercado nacional e internacional não apenas pela marca que ostentam, mas, também, pela indicação da sua verdadeira origem geográfica. Isto lhes atribui certa reputação, um valor intrínseco e uma identidade própria que os distinguem dos demais produtos de igual natureza disponíveis no mercado, tornando-os, a rigor, mais valiosos. Nestes casos, a indicação da origem geográfica do produto adquire a configuração de um bem, pois agrega valor econômico a produtos e serviços de todos aqueles estabelecidos no local que desenvolvem aquelas atividades.

A presença do selo de indicação geográfica se torna uma garantia muito importante para o consumidor. De fato, a mesma indica que se trata de um produto genuíno, cuja especificidade se deve à sua origem. Este selo assegura que o produto tem história, determinada forma de produção local e boa reputação em função das características da região onde foi produzido.

No Brasil, a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996) define o conceito de IG. E, a Resolução INPI n. 75/2000 estabelece as condições para seu registro. Internacionalmente, conforme Brasil, Ministério (2009), o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC)³⁵ da Organização Mundial do Comércio (OMC) rege o assunto nos países signatários.

Com um cenário nacional e internacional cada vez mais promissor para modalidades de agregação de valor, a reforma administrativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Decreto nº 5.351, de 21/01/05) oportunizou a integração da IG no Programa de Gestão Estratégica do MAPA, como uma ferramenta importante de agregação de valor. E se o município de Igarapé-Miri conseguir este selo para o açaí produzido em seu território ter-se-á um fator a mais de agregação de valor. E deste modo, fortalecerá a organização social e concorrerá para o desenvolvimento sócio-econômico local e da região.

³⁵ Em inglês: Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS).

6 MOVIMENTOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE AÇAÍ EM IGARAPÉ-MIRI: ASPECTOS QUANTITATIVOS E DISCUSSÕES

Os resultados quantitativos da pesquisa realizada em Igarapé-Miri acerca do movimento social e do associativismo e da produção de açaí local são certamente importantes no contexto analítico. Precisamente, para o conhecimento de uma dada realidade é essencial conhecer os dados quantitativos (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998). A pesquisa em questão trabalhou com uma amostra de 110 produtores, sendo que deste, apenas 60 se encontravam organizados associação. Buscou-se, assim, trabalhar com a possibilidade ou não do associativismo e sobre a influência ou não destas variáveis no sucesso do empreendimento produtivo ligado ao açaí.

6.1 DE PERCENTUAIS E POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

No tocante a amostra de produtores de açaí pesquisado em Igarapé-Miri, pesquisou-se aspectos vinculados à estrutura da sociedade e da cultura locais. Idade, sexo, escolaridade, acesso à terra estão dentre as categorias priorizadas. Os números apurados

indicam avanços significativos quanto à melhorias na qualidade de vida, mas também aspectos contraditórios ou que deixam a desejar quanto a tal meta.

Uma das categorias pesquisadas foi a da idade dos produtores. A respeito, do total de 60 agricultores entrevistados pertencentes à AMUT (Figura 36), 34% dos entrevistados tem idade entre 20 e 30 anos, 22% entre 31 e 40 anos, 17% entre 41 e 50 anos, 18% entre 51 e 60 anos, 7% entre 61 e 70 anos e 2% acima de 70. Os dados relativos à pesquisa entre os moradores do rio Mamangalzinho (Figura 36), do total de 50 entrevistados 26% tem idade entre 20 e 30 anos, 26% entre 31 e 40 anos, 22% entre 41 e 50 anos, 14% entre 51 e 60 anos, 8% entre 61 e 70 anos e 4% acima de 70 anos.

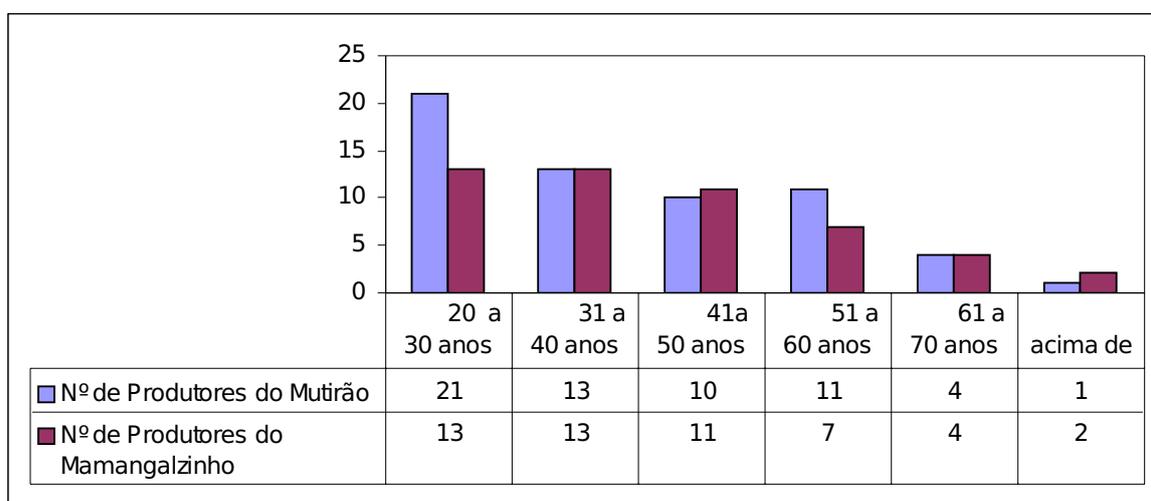


Figura 35: Faixa etária dos produtores das comunidades Mutirão e Mamangalzinho.
Fonte: Pesquisa, 2008.

Nesta direção, observa-se na faixa etária de 20 a 40 anos uma participação elevada de agro-extrativistas no meio rural. Esta realidade por certo está muito relacionado ao crescimento da renda e, principalmente, em virtude de açaí ser uma cultura que vem apresentando lucratividade alta. Deste modo, tem-se a garantia de emprego e renda para estes produtores e, ainda, uma qualidade de vida melhor, o que por sua vez contribui no sentido de reduzir o êxodo rural.

No que diz respeito ao sexo dos produtores, o resultado é igual nos dois grupos pesquisados. A saber, do total de produtores pertencentes a tais grupos, 70% são do sexo masculino e 30% do sexo feminino. E, neste aspecto, a realidade dos produtores de açaí estudado tem predominantemente a presença dos homens como chefes de família, embora também seja expressiva a participação feminina em tal condição. A saber, e como posto em

Amazônia (2008), cada vez mais no país as mulheres assumem esta chefia, o que tem implicações quanto a sobre trabalho.

A pensar-se na escolaridade dos produtores, observa-se que o associativismo tem um impacto positivo. Por exemplo, o número de analfabetos na comunidade da AMUT é de 5% (Figura 38) do rio Mamangalzinho é de 14% (Figura 37). Os que possuem o 1º grau incompleto, produtores do rio Mamangalzinho 82% e dos produtores da Associação Mutirão 20%. Os que têm o 1º. grau completo: produtores do rio Mamangalzinho segundo a pesquisa estão representados por 2%, e com os produtores da AMUT 50%.

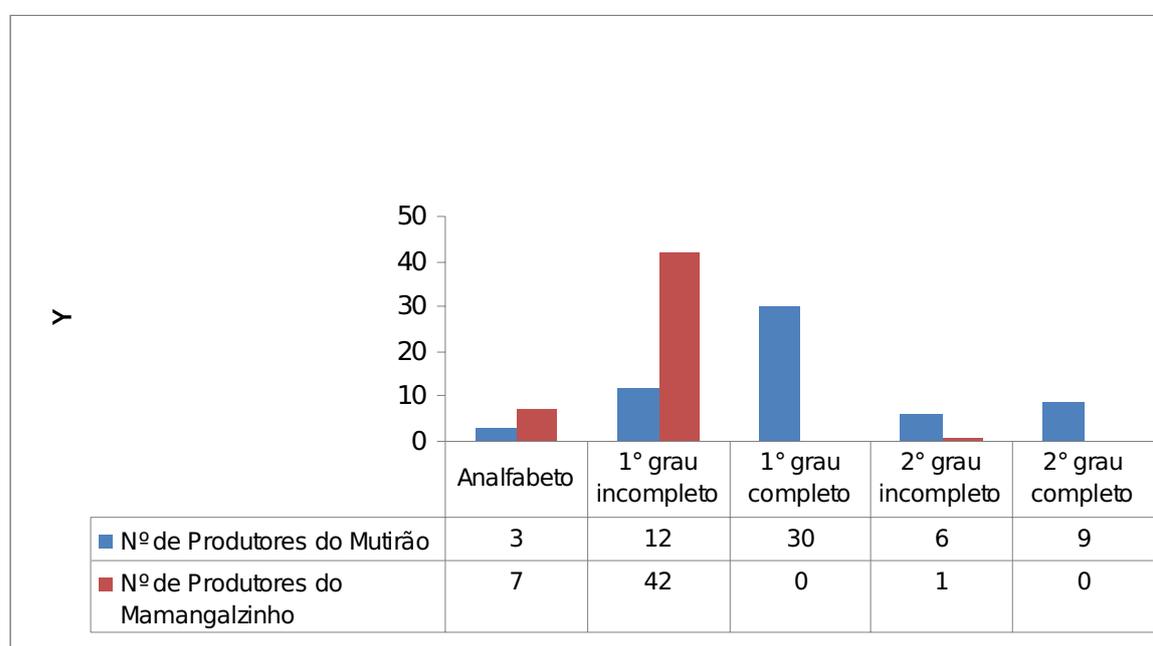


Figura 36: Nível de escolaridade dos produtores associados à AMUT e do rio Mamangalzinho

Fonte: Pesquisa, 2008.

Veja-se que, embora 50% dos produtores de Mamangalzinho tenham o 1º. grau completo, eles encontram-se em desvantagem numérica em relação à escolaridade dos produtores da AMUT, principalmente a se considerar a totalidade da escolaridade. Certamente, esta realidade tem repercussão quanto à capacidade produtiva. E esta realidade vem se repetindo em muitas áreas ribeirinhas amazônicas, como entre os moradores das UC de São Geraldo do Araguaia, onde o capital social é também baixo e o associativismo praticamente inexistente (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007). Por sua vez, o mesmo pode ser dito no que se refere à geração e acumulação de renda.

Ainda, a pesquisa sobre o acesso à terra trouxe resultados interessantes do ponto de vista sócio-econômico. Nesta perspectiva, todos os entrevistados pertencentes aos dois grupos dizem ser donos das terras onde trabalham³⁶. Assim, segundo a pesquisa, um total de 25% das propriedades dos produtores pertencente à AMUT (Figura 38) possui títulos de propriedade, contra 22% das propriedades com títulos pertencentes aos produtores do rio Mamangalzinho (Figura 38).

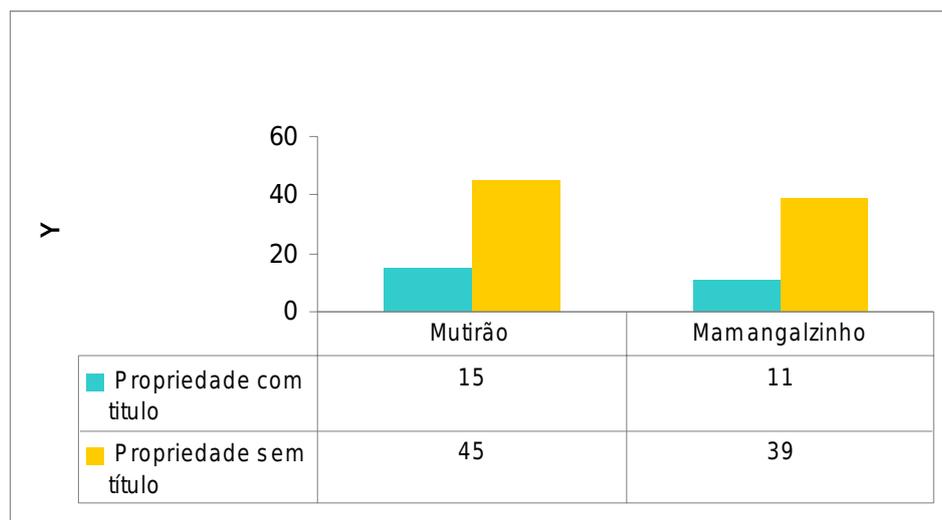


Figura 37: Produtores da AMUT e produtores do rio Mamangalzinho com títulos de propriedade da terra.

Fonte: Pesquisa, 2008.

No que se refere às propriedades sem título de posse, a amostra de produtores da AMUT correspondem a 75%; e 78% da amostra dos produtores do rio Mamangalzinho. Estes resultados reforçam a idéia de que a maioria dos produtores são donos apenas de seus próprios negócios e que o problema da regularização das terras na região persiste (DAVID, 1998). Portanto, uma das vantagens que se observa em relação ao documento da terra é que os produtores que possuem o documento podem vislumbrar um financiamento.

E, desse modo, tais produtores documentados para aumentar ou melhorar o seu plantio ou o manejo (BITTENCOURT, 1999). Ainda, eles podem aumentar a produtividade, aumentar renda e melhorar ainda mais as condições de vida. Segundo dados da (EMATER, 2008), existem cerca de 1200 projetos sendo financiados por órgãos de fomento para plantação do açaí no município.

³⁶ Note-se que na oportunidade não se solicitou a apresentação de documento comprobatório do direito de propriedade, de arrendamento ou outro.

Sobre o tamanho da área de propriedade ou de posse, conforme as Figuras 39 a seguir, os dados da pesquisa destacaram que o percentual maior revela tamanho pequeno, o que também revela o domínio do minifúndio. Precisamente, o mesmo está na faixa de 1 a 5 ha, e de 5 a 10 ha. E quanto ao total acima de 50 ha, o percentual maior é de apenas 6% do total dos produtores entrevistados, o que corresponde ao grupo de produtores não organizados, ou seja, do rio Mamangalzinho. Nestes termos, o que se tem em Igarapé-Miri quanto à estrutura fundiária é um processo de minifundiarização, o que segundo Rêgo (1993), em geral é letal para a economia.

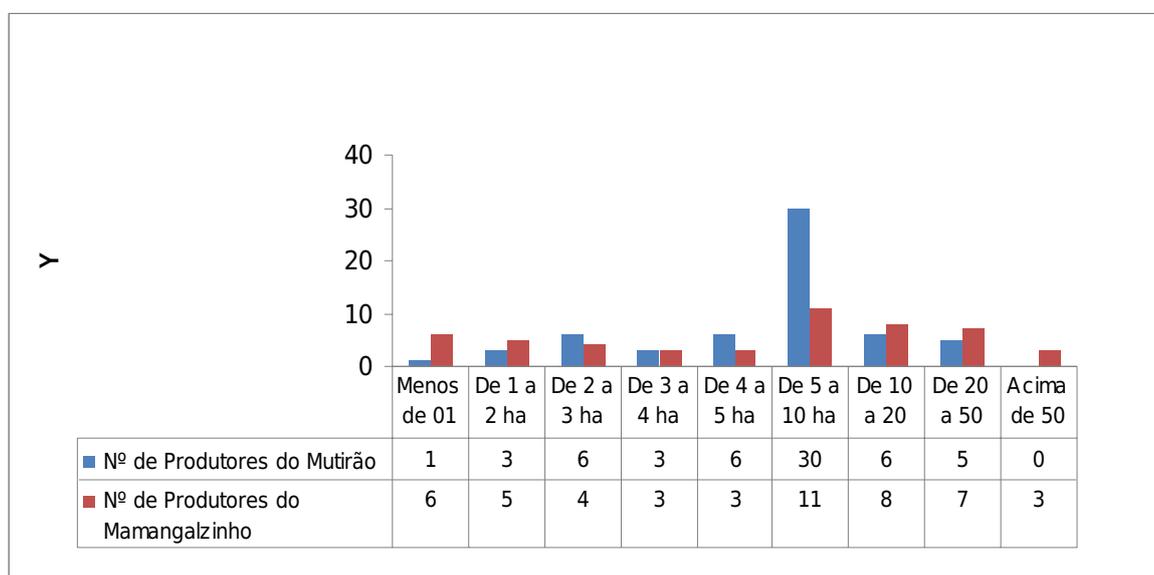


Figura 38: Áreas das propriedades dos produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho.
Fonte: Pesquisa, 2008.

Quanto à infra-estrutura nos dois grupos, a energia elétrica é festejada. E segundo a pesquisa, as propriedades que possuem energia são de 88% entre os produtores da AMUT e de 82%, entre os produtores do rio Mamangalzinho (Figuras 40). Tal oferta de energia é feita através de motores ou de ligação feita pelo governo federal através do Programa Luz para Todos (BRASIL, 2004). E, diga-se, esta variável está diretamente ligada à melhoria de vida destas populações locais.

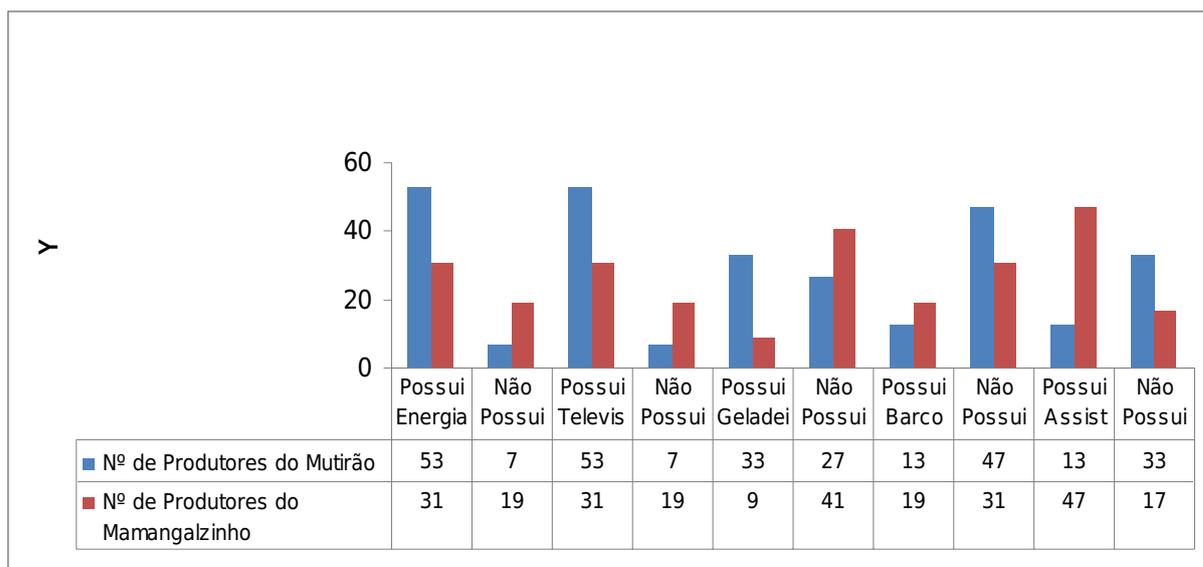


Figura 39: Energia elétrica, televisão, geladeira, barco e assistência técnica nas propriedades dos produtores ligados a AMUT e ao rio Mamangalzinho.

Fonte: Pesquisa, 2008.

Esses números percentuais demonstram uma condição sócio-cultural mais elevada com perspectivas novas de educação, lazer, infra-estrutura, isto em relação à ausência de energia nestas áreas em décadas passadas. Com a chegada da energia, os agro-extrativistas passaram a ter acesso a todos os tipos de eletrodoméstico existentes no mercado. E, particularmente, quanto a som, televisão (Figuras 40), geladeira, máquina de lavar roupa, máquina de amassar açaí etc.

No caso específico da presença de aparelhos de televisão nas residências dos produtores de açaí de Igarapé-Miri, elas têm cumprido principalmente as funções de lazer e de acesso à informação. As possibilidades de lazer são importantes principalmente para as mulheres, pois na maioria não praticam o futebol, mas acessam as novelas dentre outros programas. E em geral, os noticiários televisados são acompanhados por homens e mulheres. Aliás, Kottak (1990) encontrou situação similar anos atrás na costa baiana, entre pescadores tradicionais.

Outro item relacionado à infra-estrutura é a água que é consumida por esses produtores. Ao considerar-se os dois grupos pesquisados, os agro-extrativistas entrevistados informaram que consomem 100% a água do rio. Por sua vez, dizem que a mesma é tratada através de decantação, o que se consegue com a utilização de pedaços de pedra ume, sendo que depois é feita a coagem e posteriormente a mesma é filtrada para ser consumida. Neste ponto, é de se ressaltar como em Simonian (2009b, c), que esta é principalmente uma situação recorrente nas áreas ribeirinhas da Amazônia e mesmo da Pan-Amazônia.

No tocante à assistência técnica, entre os grupos pesquisados, os agro-extrativistas são os que apresentam o percentual maior de acesso, são os que estão organizados na AMUT (Figura 40). De fato, eles recebem assistência da EMATER e de outras entidades ligadas às ONG e de outras instituições como a UFPA e a EMBRAPA. Os produtores que não estão organizados dispõem apenas de assistência técnica da EMATER (Figura 40). Pelos que os produtores ligados à AMUT informaram, a diversidade de orientações os beneficia em muito quanto à produtividade e à qualidade de sua produção.

No geral, os dois grupos pesquisados registraram que essa assistência técnica recebida é precaríssima. E isto notadamente devido à falta de recursos das instituições responsáveis. O mesmo pode ser dito quanto à deficiência no número de técnicos e de equipamentos para prestar uma assistência de qualidade a tais produtores.

A concordar-se com Abramovay (1998), a extensão rural é um diálogo de saberes, uma descoberta coletiva de potenciais que a organização social será capaz de trazer à luz dos participantes das múltiplas iniciativas. Estas, por sua vez, são destinadas à valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda. E neste sentido, certamente o extensionista tem uma contribuição decisiva.

No Brasil, o tamanho das famílias vem diminuindo, conforme pesquisas recentes (IBGE, 2008). Na área rural de Igarapé-Miri, esta realidade também ocorre conforme a pesquisa realizada *in locus*, acompanhando uma tendência mundial, embora o número de famílias com mais de três filhos seja ainda significativo. Assim, começa a se desenhar no meio rural o planejamento familiar. Por certo, o nível educacional dos produtores das comunidades pesquisadas pode estar contribuindo para um planejamento familiar consciente, como se pode a partir da Figura 41.

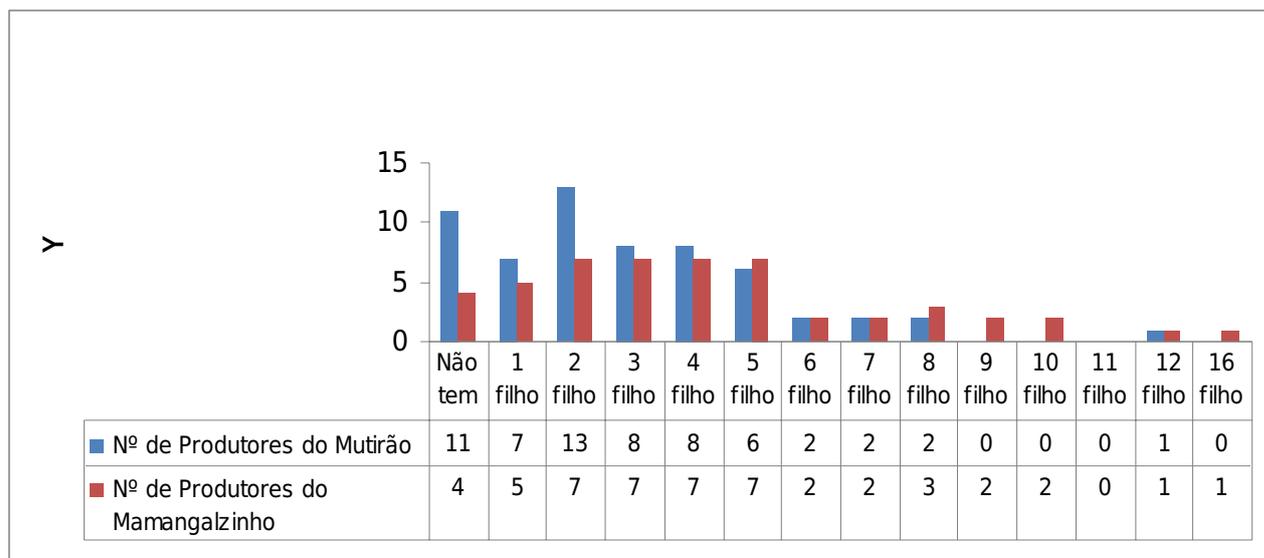


Figura 40: Número de filhos entre as famílias pesquisadas ligadas à AMUT e as do rio Mamangalzinho.

Fonte: Pesquisa, 2008.

Um fato interessante encontrado na pesquisa é que todos os produtores entrevistados nasceram em Igarapé-Miri, o que sugere que neste município a população é predominantemente nativa. A maioria nasceu no local de sua propriedade, o que permite um vínculo maior com o local e com a cultura do açaí e, conseqüentemente, potencializando uma experiência mais ampla com os meios de produção existentes. Isto é comprovado quando a pesquisa demonstra que todos os entrevistados sempre trabalharam com açaí, mesmo os produtores mais idosos que migraram da cana de açúcar, mas cultivavam o açaí para consumo, e hoje trabalham apenas com este recurso natural.

Com relação ao acesso à escola, 100% dos familiares dos produtores igarapemirienses pesquisados têm acesso à escola pública. A saber, este é um aspecto das políticas públicas muito valorizado pelas famílias. De fato, esta possibilidade se constitui em vantagem para os produtores e familiares e demonstra a importância dos investimentos na educação pública no meio rural para melhoria da qualidade de ensino, embora muitíssimo ainda esteja por fazer.

No tocante à saúde, a pesquisa demonstrou que 100% dos entrevistados e seus familiares utilizam os serviços de saúde pública e participam de todas as campanhas de vacinação efetuadas pelo governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais. Os produtores se ressentem de unidades rurais de saúde e, atualmente, são atendidos nos postos de saúde localizados na sede do município de Igarapé-Miri ou da vila Maiuatá. Há, inclusive, alguns que procuram o serviço de saúde na cidade de Abaetetuba.

Pelo que se conseguiu levantar em campo, os produtores pertencentes aos dois grupos foram unânimes em dizer que nos últimos anos houve uma melhora no setor de saúde. Pelo menos hoje, eles afirmam, eles têm acesso a todas as campanhas de vacinação promovidas pelos governos e também a postos de saúde nas sedes dos municípios de Igarapé-Miri, Abaetetuba e Belém. Tais facilidades têm conexão íntima aos meios de transporte que são utilizados hoje em dia, pois proporcionam rapidez maior no atendimento a esta população.

6.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Ao discutir-se a produção de um produtor rural de porte pequeno, percebe-se pelos dados produzidos em campo que o mesmo recebe um valor menor no preço de seu produto. De todo modo, seu custo de produção também menor, pois além de utilizar mão-de-obra familiar, seu sistema é flexível às variações de mercado. Neste aspecto, se está a entender por flexibilidade conforme Silva (1998).

Igarapé-Miri, segundo dados estatísticos recentes, tem uma produção de açaí de 7.495ton./ano (IBGE, 2006). Nesta perspectiva, este município ocupa o terceiro maior lugar enquanto produtor de açaí do estado do Pará. Estes dados são questionados pela EMATER/Ig. Miri (EMATER, 2008), pois segundo levantamento realizado em 2007, reportou-se que a produção do município foi de 130.000 ton., sendo que toda ela era oriunda dos terrenos localizados nas várzeas do município.

Segundo a pesquisa, a EMATER chegou a esses dados devido ao número de produtores assistidos pelo órgão que chega ao número aproximadamente 5000 produtores, Destes segundo levantamento junto as Agências de Fomento como Banco do Brasil, Banco da Amazônia, o município possui cerca de 1200 projetos financiados, e considerando que cada um possui em média oito ha financiados e que cada ha produza 10 rasas. E com esses argumentos é que afirmam que a produção está em torno e 130.000 t.

Do total dos produtores entrevistados sejam eles ligados à AMUT ou os produtores do rio Mamangalzinho, conforme a Figura 42, a produção maior ficou na faixa de até 1000 latas ou 500 rasas durante a safra de 2007. Neste mesmo ano e pelo que se levantou em campo, a rasa deste produto foi comercializada com o preço mais baixo a R\$ 25,00. E a considerar-se o total de rasas, em média a renda proveniente do açaí foi com este preço em média R\$ 25,00. Pelo que se percebe, se todos tivessem vendido toda a produção por este

preço, o que certamente não ocorreu, teriam obtido apenas com este produto mais que dois salários mínimos por mês.

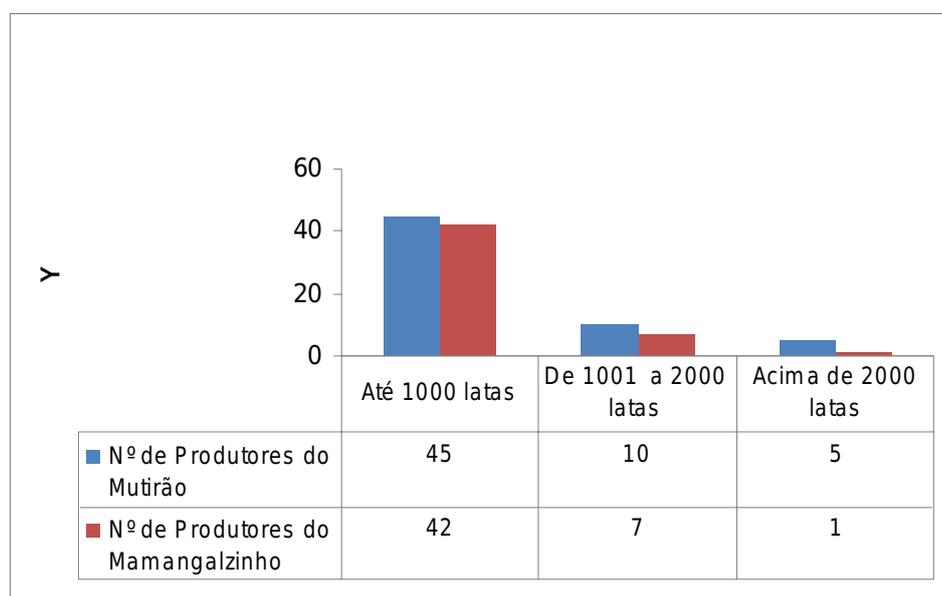


Figura 41: Produção de açaí na safra de 2007 dos produtores da AMUT e dos produtores do rio Mamangalzinho.

Fonte: Pesquisa, 2008.

Na composição do índice econômico, considera-se a renda da venda do açaí, e de outras atividades exercidas pelos produtores como a extração de palmito. Para formação do Indicador Econômico dos produtores entrevistados, a renda baseia-se no valor do salário mínimo vigente em 2008, de R\$ 415,00. Nestes termos, pode-se observar que entre os produtores que trabalham de maneira organizada, a sua renda fica mais distribuída. E, que a renda dos produtores que trabalham de modo isolado, ela se concentra entre um e dois salários mínimos. De todo modo, é possível demonstrar-se que com os investimentos na produção de açaí, a renda do produtor, conforme Figura 43, tem melhorado de modo até considerável.

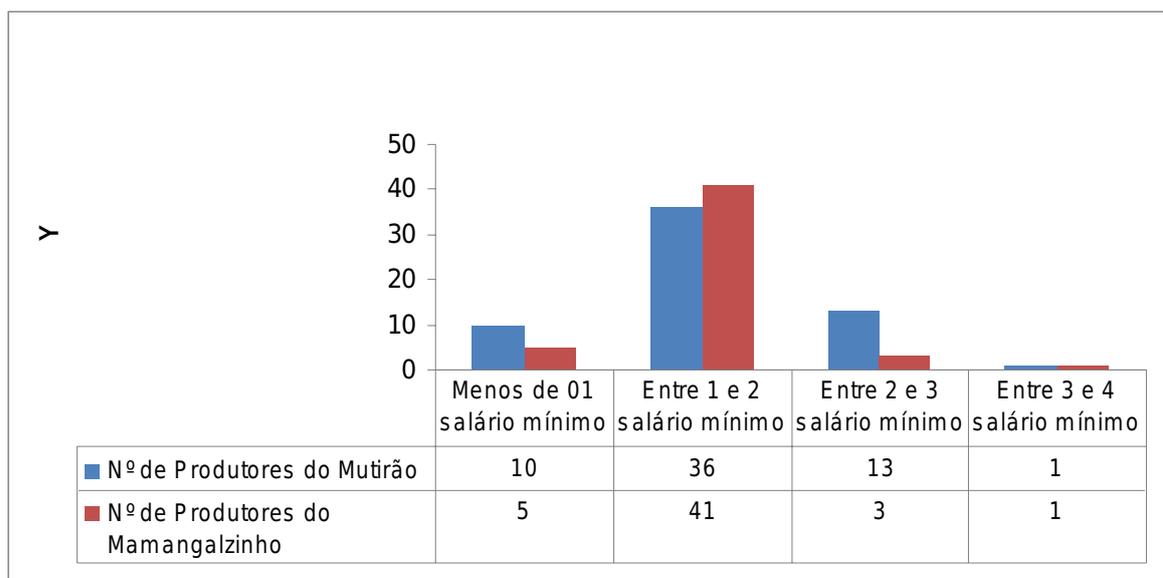


Figura 42: Renda dos produtores da AMUT e do rio Mamangalzinho.

Fonte: Pesquisa 2008.

No período da entressafra, esses mesmos produtores sobrevivem com a venda de palmitos. Estes são retirados via manejo dos açazais e vendidos *in natura*, o que certamente deprecia a produção. De acordo com Brasil (2009), eles viabilizam esta produção com as economias que fazem durante a safra, mas recebem menos de um salário mínimo no período da entressafra, o que é complementado por recursos de programas do governo federal, a exemplo da bolsa família.

Em relação à comercialização do açaí produzido nos dois grupos pesquisados, os preços praticados possuem variações importantes em função, principalmente, da oferta local e da organização dos produtores. Os produtores que se encontram organizados, como é o caso dos pertencentes à AMUT, na maioria das vezes negociam toda a produção que será obtida na safra antecipadamente com empresas locais e ou de fora do município. O preço negociado é definido em contrato, sendo que às vezes fica abaixo do preço que é comercializado no dia, o popularmente denominado 'preço da pedra'.

No entanto, a formação do preço do fruto para os produtores que não estão organizados, que é o caso dos produtores do rio Mamangalzinho, ocorre de duas maneiras. Na primeira, dá-se com a venda direta para atravessadores ou donos de empresas entregando sua produção na própria propriedade. Na segunda modalidade, o produtor leva sua produção e negocia diretamente nos pontos de comercialização espalhados pelo município. Estes locais são: o porto da cidade de Igarapé-Miri (Figuras 44, 45, 46), a Ponte do Suspiro (Figuras 47, 48), Ramal Stº. Antonio (Figura 49), estes dois localizados na estrada que vai pra vila Maiauatá e como se vê na Figura 50, o Porto desta mesma vila.



Figuras 43, 44, 45: Trabalho envolvendo o transporte de açai no porto da cidade de Igarapé-Miri.
Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figuras 46 e 47: Ponte do Suspiro e rasas com açai junto ao mesmo.
Fonte: E. Damasceno, 2008.



Figura 48: Paisagem no ramal Santo Antonio. Figura 49: Porto da vila Maiauatá.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

O preço aplicado é o da ‘abertura’, considerado o primeiro preço do dia, que é sempre o último praticado no dia anterior. Nos pontos de comercialização em Igarapé-Miri, o mercado é regido pela lei da oferta e da procura; se a oferta é baixa e a procura alta, o preço sobe. E se a oferta é alta e a procura baixa, o preço cai. Em plena safra de 2007, uma rasa do fruto de açaí era de R\$ 25,00, mas chegando a custar a mesma rasa R\$ 120,00 a R\$ 150,00. Como se vê, a variação do preço é alta.

No período da entressafra, esses produtores têm um retorno financeiro maior ou menor de acordo com a distância entre a sua propriedade e o mercado consumidor. E isto em decorrência do custo de transporte do produto até esses mercados. Aliás, esta discussão sobre a importância da relação distância e preço da produção tem sido realizada por Silva (1998), dentre outros analistas, mas sempre a conclusão vai na direção de que quanto maior for tal distância em relação aos centros comprador/consumidor, maior será o preço do transporte e do produto, qualquer que seja ele.

A comercialização realizada pelos dois grupos é feita da seguinte maneira: entre os produtores pertencentes à AMUT, a comercialização é realizada através da própria associação. É eleito através de assembléia um coordenador de núcleo que fica responsável de coletar toda a produção de seus associados no seu próprio local em que é produzido. E, a partir dali, coordenar o transporte até o local em que será comercializado.

E entre os produtores de açaí do rio Mamangalzinho, que não pertencem a nenhuma organização, a comercialização dos frutos é feita na maioria das vezes no local de suas propriedades. Ali, eles geralmente os vendem aos atravessadores. Porém, há aqueles que comercializam diretamente nos pontos de comercialização principais anteriormente referidos.

No município de Igarapé-Miri, existe outra categoria de compradores de açaí que não são as empresas e nem os atravessadores. Precisamente, são os batedores de açaí, em que o preço praticado na maioria das vezes são negociados com os atravessadores. Na cidade homônima, no período da safra do açaí que vai de agosto a dezembro, existia em 2008 um total de 172 batedores de açaí, mas de acordo com a EMATER/Ig. Miri (EMATER, 2008), este número é reduzido para 50 micro-empresários no período da entressafra. Todos, no entanto, trabalham na informalidade.

Exemplar a respeito é a experiência do Sr. Jeová Fonseca Quaresma, 51 anos, batedor de açaí com 28 anos nesta profissão, pai de dois filhos, que possui o 1º. grau

incompleto e aparece nas Figuras 51, 52 e 53, no seu posto de beneficiamento e de venda de açaí. Pelo que ele informou, no período da safra do açaí, ele beneficia 36 latas /dia de açaí correspondendo a 18 rasas /dia, trabalhando no período da manhã e da tarde. O preço pago por ele no mês de agosto/2008, o início da safra, foi de R\$30,00 a R\$35,00 a rasa, mas que no período da entressafra passada ele chegou a pagar até R\$ 140,00 por rasa. Quanto aos tipos de açaí comercializados e os preços praticados para o consumidor, tem-se o Quadro 2, a seguir.



Figuras 50, 51, 52: Sr. Jeová e um funcionário, em seu posto de beneficiamento e de venda de açaí.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

Quadro 2: Os tipos de açaí e os preços praticados pelos batedores de açaí na cidade de Igarapé-Miri

Tipos de açaí	Safra/litro	Entressafra/litro
Grosso	R\$3,00	R\$8,00
Médio	R\$2,00	R\$4,00
Popular	R\$1,00	R\$2,00

Fonte: Jeová Fonseca Quaresma, entrevista, 2008.

6.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E QUALIDADE DE VIDA ENTRE OS PRODUTORES DE AÇAÍ DE IGARAPÉ-MIRI

Atualmente, a questão ambiental é uma preocupação constante dos produtores de açaí do município, o que, aliás, segue a ordem do dia dos debates acerca das atividades produtivas no contexto ambiental mais amplo. Os mesmos recebem treinamentos em manejo de açazais, técnicas agrícolas, tudo para poder garantir um rendimento melhor. A expectativa é de que se respeite e não agrida o ambiente (CAVALCANTI, 1995). Note-se que o açazeiro é uma palmeira que perfilha naturalmente, portanto, ele mesmo ajuda o produtor se este quiser trabalhar em uma perspectiva pró-ambiente.

Uma touceira pode ter de seis a sete plantas, sendo que a prioridade é para a produção do açaí; assim, só quando a planta está muito alta, dificultando a extração do fruto, é que se derruba a mesma para a retirada do palmito. Mas, então já existem outras ao lado dando o açaí (CALZAVARA, 1976). Este foco ambiental, além da qualidade de seu produto final, é que está levando os produtores do município a conquistar uma parte significativa do mercado de açaí, tanto no Brasil quanto no exterior e através das organizações atuantes no setor.

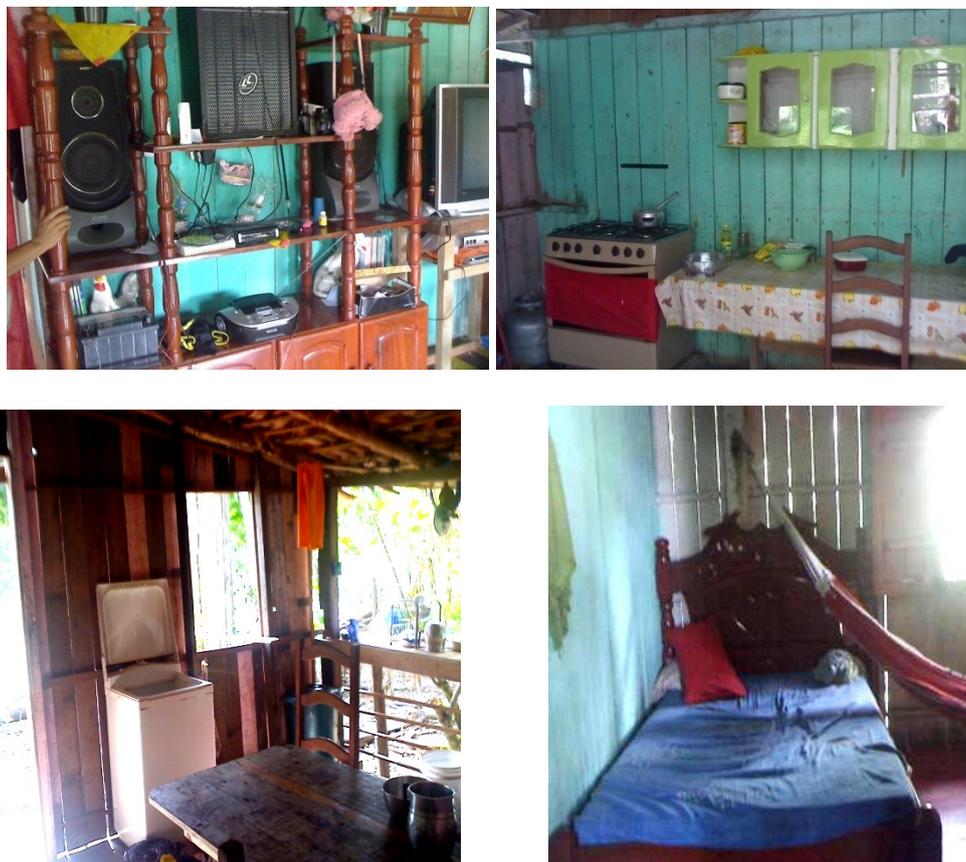
O produtor ribeirinho pertencente à região em estudo não tem o hábito de plantar, fazer roça, cultivar alguma espécie de hortaliça, criar animais para sua alimentação, o que é recorrente na Amazônia brasileira (JARDIM, 2004). Basicamente, quase tudo que é consumido por esta população é oriundo dos rios e da floresta da região, onde praticam a atividade da pesca e ultimamente o manejo do açaí. Um alimento importante neste sentido é o açaí utilizado nas refeições, que é retirado das propriedades locais e vai direto à mesa para ser consumido. Quanto ao restante do que se precisa, é adquirido nas cidades de Igarapé-Miri, na vila Maiuatá ou, ainda, em comércios locais.

Contemporaneamente, segundo declarações dos produtores participantes da pesquisa, a qualidade de vida melhorou no município de Igarapé-Miri, a comparar-se com o período em que trabalhavam com a cana-de-açúcar. Por exemplo, segundo declaração feita pelo Sr. Odenir Vizar de Oliveira (2008, entrevista),

[...] antigamente, nós só tinha as nossas redes, algumas panelas, o fogão de lenha, e o nosso pote com água, e algum dinheirinho para comprar comida e algumas roupas e ainda ficava devendo algum dinheiro para os donos de engenho e o mais importante não tinha a nossa terra, a gente trabalhava nas terras dos outros. Hoje temos o nosso pedacinho de terra de onde nos tira o sustento, nós tem televisão, aparelho de som, cama,

fogão, máquina de lavar, e ainda fica com algum dinheirinho para ajudar na época da entressafra do açaí.

Nas figuras 53, 54, 55, 56 tem-se aspecto do interior da residência de um produtor de açaí do município e dos que foram entrevistados, com destaque para aparelhos eletrônicos, utilitários e peças de mobiliário.



Figuras 53, 54, 55 e 56: Interior da casa de um produtor de açaí do município de Igarapé-Miri.

Fonte: E. Damasceno, 2008.

A experiência descrita e discutida nesta dissertação que trata dos processos organizativos dos produtores de açaí de Igarapé-Miri e da cadeia produtiva que a mesma envolve, aponta para superações quanto às limitações impostas pelo *modus vivendi* amazônico das populações interioranas e varzeiras. As entrevistas feitas com representações institucionais do setor público e do privado e com os próprios produtores de açaí deste município revelam que estes respondem positivamente aos investimentos colocados à sua disposição. E isto ocorre principalmente com aqueles que participam da elaboração dos projetos.

Por mais paradoxal que possa parecer, globalização e regionalização são tendências que não apenas coexistem, mas se reforçam, colocando a necessidade de se pensar em uma

concepção de desenvolvimento nova que inclua elementos como cidadania, democracia, justiça e liberdade. Por certo é só desta maneira que se rompe com os *constructos* do passado representados pelo clientelismo, assistencialismo, corrupção e nepotismo. Para tanto, o fortalecimento do extensionista tem uma contribuição decisiva. O eixo da articulação destas os produtores e de suas comunidades locais é essencial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de modalidades diversas de organização dos produtores rurais no município de Igarapé-Miri revelou-se benéfico. De fato, este processo e seu desenvolvimento vêm contribuindo para que perspectivas endógenas e sustentáveis do desenvolvimento econômico e social se concretizem e garantam uma qualidade de vida melhor aos produtores de açaí em toda a zona ribeirinha. Isto não quer dizer que somente os produtores rurais que estão organizados tiveram uma melhora na sua qualidade de vida.

A conclusão que se chega com a pesquisa é que em geral os ribeirinhos que trabalham com a produção do açaí tiveram mudança para melhor em sua qualidade de vida e este fato tornou-se importante quanto à redução do êxodo rural no município.

Certamente, a melhoria da qualidade de vida dos produtores igarapemirienses tem se constituído em estímulo à permanência dos seres humanos no campo. E deste modo, criado oportunidade com a introdução de tecnologias novas capazes de superar as deficiências no setor produtivo e de garantir o aproveitamento econômico dos recursos naturais no município. Ainda, é de considerar-se que o produtor de porte pequeno precisa, além de sua organização, dispor de todos os mecanismos possíveis para que possa ter um resultado econômico e sócio-ambiental em sua propriedade ou ocupação, portanto, ainda que não disponha de título da terra aonde trabalha.

Todavia, além de uma organização associativa sólida e de uma cultura já antiga quanto ao trato do açaí, essa cadeia produtiva passa pelo custeio, financiamento para produzir, preço mínimo, garantia do mercado e, fundamentalmente, pela assistência técnica. Ante estas possibilidades, tais produtores poderão ter a sustentabilidade na atividade vinculada à produção, comercialização e/ou beneficiamento dos frutos do açaizeiro, especialmente em decorrência da necessidade de produção em escala crescente, de exigências legais e de mercado cada vez maiores e exigentes. Frente a isto, por certo ainda há muito a fazer, o que exige que as:

- instituições públicas, as autoridades e o setor empresarial valorizem a existência das organizações de produtores rurais existentes no município de Igarapé-Miri;
- autoridades compreendam que as reivindicações de associações ou cooperativas que representam os interesses de muitíssimos produtores rurais, que estão tentando sobreviver com dignidade frente às dificuldades imensas;
- instituições públicas entendam que as organizações de produtores, no caso de Igarapé-Miri, são parceiras no processo de crescimento econômico e de desenvolvimento endógeno e sustentável deste município.

Note-se, também, que outros pré-requisitos essenciais do mundo globalizado atual para formular uma proposta para o desenvolvimento do setor. Dentre eles, tem-se a conjugação de esforços ou formação de parcerias e a elaboração de políticas públicas que criem condições de os seres humanos imersos na cultura amazônica ribeirinha sobrevivam adequadamente de acordo com sua condição de habitantes de um ecossistema rico como o da várzea. Assim, há de se promover/incentivar:

- a assistência técnica a todos os produtores, sejam eles organizados ou não, objetivando capacitá-los para o conhecimento da realidade atual em relação ao açaí;
- os produtores de açaí de porte pequeno a se organizar de modo autônomo e autossustentável;
- a educação ambiental desses produtores, visando o desenvolvimento endógeno e sustentável, bem como o acesso e domínio de técnicas agrícolas alternativas de produção;
- um currículo escolar que aborde e enfatize a importância do agro-extrativismo, principalmente, o manejo e/ou cultivo do açaí e a proteção ao meio-ambiente;
- projetos que venham agregar valores e renda à propriedade/ posse dos produtores em questão;
- a diversificação da produção, evitando a monocultura do açaí, em especial quanto à produção de culturas de subsistência, ao aproveitamento do palmito do açaizeiro a partir do manejo e ao beneficiamento dos recursos produzidos;
- os produtores de açaí a partir de programas e projetos de criação de peixes, abelhas, galinhas, patos, porcos, animais silvestre etc.;
- a desenvolver consórcios de açaí com espécies agrofloretais, tais como mogno (*Swietenia macrophylla*), andirobeira (*C.guianensis*), castanheira do Brasil (*Bertholletia excelsa*), dentre outras;
- a criação leis que proíbam a saída do açaí *in natura*, a não ser que se cobre impostos elevados a fim de favorecer o município;
- a inserção do açaí na merenda escolar do município, favorecendo assim o consumo local e as fábricas instaladas no município;
- a criação de mecanismos para que seja divulgada a origem do açaí.
- os produtores de açaí de porte pequeno, tanto os que atuam de modo organizado como de modo isolado, a comercializar o seu açaí via associação ou cooperativa, por mais que percam poder de barganha na comercialização, já que na maioria das vezes se estabelece relações comerciais com segmentos que se encontram menos pulverizados e melhor organizados, ditando assim as condições da negociação, obviamente a seu favor;
- a superação do grau baixo de industrialização do açaí no município, o que dificulta a obtenção de preços vantajosos no mercado pelos produtores locais, isto pelo valor agregado pequeno que seu produto possui, além de diminuir ainda mais o poder de negociação destes devido à precibilidade alta do açaí, o que os torna presa fácil nas mãos dos atravessadores;

- a produção e o acesso às informações mercadológicas;
- os produtores de açaí a se organizar de modo a impedir que os segmentos que se especializam apenas na comercialização do açaí, como os atravessadores, se tornem mais eficientes e organizados do que eles próprios; caso contrário, ocorrerá uma transferência real de renda do setor produtivo para a rede de intermediários atuantes no município; e isto porque tal comércio passa a ser uma atividade mais interessante, pela rentabilidade maior e pelo risco menor que o setor produtivo em si.

Nesse ponto, note-se que na tentativa de solucionar e ou minimizar tais problemas, a adoção de medidas conjuntas se torne fundamental, o que implica em ação sinérgica e coordenada, em detrimento das tradicionais ações, isoladas, descontínuas, paliativas e sem compromisso com a solução real aos problemas enfrentados. Tal perspectiva requer ainda uma análise interdisciplinar quanto à totalidade das relações e realidades em questão. Nestes termos, só assim a unidade de produção poderá ser bem sucedida, de modo a que se busque a sua viabilização como um todo e não de algumas atividades isoladas, como frequentemente se verifica.

A inexistência de um sistema de informações de mercado especializado na produção, beneficiamento e comercialização de açaí vem causando danos a este segmento produtivo. Portanto, a implantação de um que disponibilize informações adequadas à realidade do agro-extrativista de porte pequeno e acessíveis ao entendimento dos que produzem açaí, o que beneficiará a todos os produtores envolvidos com a produção desta matéria-prima na região pan-amazônica. Por certo, estas informações – que se espera, sejam pertinentes e inovadoras – subsidiarão o processo de tomada de decisão destes produtores.

De posse dessas informações, os produtores de açaí de porte pequeno se permitirão escolher, modo consciente, independente e organizado, em quais atividades além do açaí é viável investir sua mão-de-obra e recursos financeiros próprios ou de terceiros, de modo a garantir sua segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, econômica e social. Nesta direção, eles ganharão, mas também o meio ambiente local, o município e seus habitantes. Também, os consumidores locais ou de terras distantes se beneficiarão imediatamente e ao longo do tempo.

Ainda, depreende-se através da pesquisa realizada em Igarapé-Miri que o açaí é de importância incalculável para o município, isto em virtude de sua utilização constante por parte significativa da população, principalmente dos ribeirinhos, e inclusive da demanda grande para exportação. A respeito, as pesquisas e os produtos realizados sobre e a partir

do açaí são cada vez mais instigantes e aceitos. Apesar disto, nas condições atuais de produção, beneficiamento e comercialização, a obtenção de dados exatos é quase impossível, o que é motivado por precariedades resistentes da cadeia produtiva.

A saber, tem-se a inexistência de uma produção racionalizada, a falta de uma política e ação voltada ao beneficiamento e ausência de controle nas vendas. Nesta perspectiva, a matéria-prima produzida se apóia pura e simplesmente no extrativismo e na comercialização direta do açaí e do palmito, e não no beneficiamento e na industrialização, o que geraria um *surplus* econômico para os produtores deste recurso. Persiste-se, assim, com uma produção direcionada predominantemente ao comércio e quanto ao palmito, a mesma é voltada ao fornecimento de fabriquetas clandestinas, que não possuem qualquer controle de qualidade.

E pelo que as evidências da pesquisa feita em Igarapé-Miri indicam, o poder público demonstra fragilidade quanto à garantia de um meio ambiente saudável e biodiverso quanto a recursos naturais. Assim, é fundamental que se crie e reúna condições para que as populações instaladas nas áreas florestais possam delas tirar seu sustento e, simultaneamente, mantendo seu capital em recursos naturais. Neste município, este é um papel que vem sendo desenvolvido pelas Casas Familiares Rurais, juntamente com as famílias envolvidas no processo.

Mas, embora o conjunto de ações visando à sobrevivência humana *in locus* não seja o ideal em termos de endogenia e de sustentabilidade do desenvolvimento, o mesmo contribui no sentido de frear o deslocamento de contingentes rurais para os centros urbanos da região. Estes, por seu turno, não dispõem de infra-estrutura para absorver pessoas com pouca ou sem qualificação profissional, e, conseqüentemente, terminam viabilizando a sua permanência, porém em áreas da periferia. O impacto desta tendência nas localidades de origem, ou seja, das áreas ribeirinhas de Igarapé-Miri ou mesmo de outras regiões amazônicas, também contribui para que emigrantes em potencial busquem alternativas de ordem diversas, dentre as quais as ligadas à produção de açaí.

Apesar de tais possibilidades, os ribeirinhos igarapemirienses estão preocupados e conscientes acerca da saturação do mercado do açaí. E, por isto, com auxílio de instituições e de ONG, eles procuram alternativas envolvendo atividades econômicas que gerem renda, especialmente na época da entressafra. Nesta direção, propostas de desenvolvimento em benefício deles próprios serão construídas pelos produtores de açaí de porte pequeno que também são ribeirinhos e considerando o contexto local e suas potencialidades.

Em que medida as políticas governamentais, os apoios de instituições públicas, de ONG, da AMUT e da Casa Familiar Rural de Igarapé-Miri possam se constituir em base para transformações significativas quanto à produção, ao beneficiamento e à comercialização dos frutos dos açaizeiros é uma questão complexa e de resposta ainda incerta. Mas, por certo, contemplarão muitos dos interesses destes produtores. E se estes estiverem mais organizados, em um futuro próximo hão de estar em condições de vida melhores e contribuindo para que o desenvolvimento endógeno e sustentável se concretize.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural, *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

ABRANTES, J. *Associativismo e cooperativismo*. São Paulo: Interciência, 2004.

ALEGORIA ao açaí e ao município de Igarapé Miri. Disponível em: <<http://www.acaizal.com.br>>. Acesso em: 2008.

ALENCAR, E. *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

ALENCAR, E., et al. *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. 80 p.

ALLEGRETTI, M. H. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 700 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. de. O intransitivo da transição; o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). *Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 2001. p.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: IPEA, n. 14, p. 37, dez. 1996.

AMAZÔNIA dourada tem povo pobre. *O Liberal*, Belém, p. 2, 21 fev. 2008. Poder.

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. Valuing the rain forest: economic strategies by small-scale forest extractivists in the Amazon estuary. *Human Ecology*, New York, v. 20, n. 3, p. 337-369, 1992.

ANDERSON, S. D. Engenhos de várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia: In: LENÁ, P.; OLIVEIRA, A. E. (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991. p. 101-121. (Coleção Eduardo Galvão).

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. Valuing the rain forest: economic strategies by small-scale forest extractivists in the Amazon estuary. *Human Ecology*, New York, v. 20, n. 3, p. 337-369, 1992.

APICULTURA de Igarapé-Miri desponta com a produção do 'mel do açaí'. *O Liberal*, Poder, Belém, 02 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/>>. Acesso em: 10/09/2008.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://blogs.universia.com.br/sousaraujo/2008/09/18/idh_estados/>. Acesso em: jan. 2009.

AVRITZER, L. *Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil*. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 1998. Datil.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, v. 39, p. 149-174, 1997.

BATALHA, M. O. As cadeias de produção agro-industriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 30, n. 42, p. 43-50, 2002.

BEMERGUY, E. *Em Igarapé-Miri grupo tenta queimar prédios*. 16.12.2008. Disponível em: <<http://ercio.blog.terra.com.br/2008/12/16/em-igarape-miri-grupo-tenta-queimar-predios/>>. Acesso em: 20.05.2009.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRABO, M. J. C. *Os roceiros de Muaná*. Belém, Museu paraense Emílio Goeldi, 1979. 68 p. (Publicações avulsas).

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF., 14 mai. 1996. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1996/9279.htm>>. Acesso em: set. 2008.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2008. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,1246235&_dad=portal&_schema=PORTAL->. Acesso em: 05 de abr.2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Legislação e Instruções*. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu-superior/legislacao>. Acesso em: abr. 2009.

_____. Ministério de Minas e Energia. *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica: “Luz para Todos”*. Brasília: 2004.

BRANDÃO, A. S. P. Restrições econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite da região Centro-Oeste. In: SIMPÓSIO SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA DE LEITE NO BRASIL, 1999. Goiânia. *Anais...* Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite; Goiânia: Serrana Nutrição Animal/CNPq, 1999. p. 9-19.

BRUNDTLAND Report. *Our common future*. Oxford; New York: Commission on Environment and Development, 1987.

CALZAVARA, B. B. G. *As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico*. Turrialba, Costa Rica: IICA, 1976.

CAMARGO, A. L. de B. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

CARRIERI, A. P. Organizações e meio ambiente: mudança cultural. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Orgs.). *Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas – uma coletânea luso-brasileira*. São Paulo: Iglu, 2000. p 477-500.

CARSON, R. *Silent Spring*. New York: Houghton Mifflin, 1962.

CASAROTTO FILHO, N. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, A. M. G. de. Análise da competitividade de cadeias produtivas. In: WORKSHOP CADEIAS PRODUTIVAS E EXTENSÃO RURAL NA AMAZÔNIA. 2000, Manaus. *Palestra proferida no Wokshop...* Manaus: SUFRAMA, 2000.

CAVALCANTI, C. *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez 1995.

_____; COBBE, R. V.; GOEDERT, W. J. *Prospecção de demandas tecnológicas: manual metodológico para o SNPA*. Brasília: EMBRAPA-DPD, 1995. 82 p.

_____; LIMA, S. M. V.; HOEFLICH, V. A. *Curso sobre prospecção de cadeias produtivas*. Florianópolis: UFSC/ EMBRAPA/ SENAR, 2000. 300 p.

CLUBE de Roma. s. d. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma>. Acesso em: 16 maio 2008.

COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: NAEA, 2000. 290 p. Mapas.

COSTA, F. de A. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2000.

_____; COSTA, G. Reprodução social da população camponesa e o paradigma do desenvolvimento rural sustentável na região das ilhas em Cametá, Pará, Brasil. In: CASTRO, E.; HURTIENNE, T.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Orgs.). *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA, 2007. p. 111-153.

COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Boletim de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 3-25, 1º. sem. 1997.

COSTA, W. R. *Cooperativismo: uma evolução*. São Paulo, 30/09/2006. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/cooperativismo-uma-evolucao>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

CUNHA, E. M. da. Mutirão e trabalhadoras rurais de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. Belém: NAEA, 2006. p. 1-21 (Papers do NAEA, 206).

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven; London: Yale University Press, 1971.

DAMASCENO, E. *Notas de pesquisa realizada em Igarapé-Miri, Pará*. 2008. (Arquivo pessoal).

DAVIS, J. A.; GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

- DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. *Welfare state, crise e gestão da crise*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, n. 6, p. 13-60, 1988.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-[19]70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DOWBOR, L. *Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos*. Jun. 1999. Disponível em: <<http://www.ppbr.com/Id/capitalismo.shtml>>. Acesso em: nov. 2008.
- EMATER-PA. *Levantamento de dados durante a pesquisa*. Igarapé-Miri: Escritório local, 2008.
- EMBRAPA. [EMBRAPA–Amazônia Oriental](#). *Sistemas de produção*, 04. 2005. Disponível em: <http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/index.htm-11k>. Acesso em: dez. 2005.
- EMBRAPA. [EMBRAPA–Amazônia Oriental](#). *Sistemas de produção*, 4. 2. ed. ISSN 1809-4325. versão eletrônica Dez/2006. Disponível em: http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/2ed/paginas/mercado.htmSistemaProducaoAcai_2ed/index.htm.> Acesso em: 05 jun.2008.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1991.
- FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE. *Relatório anual da FASE: Programa Amazônia/Pará*. Belém, 2005.
- _____. *Relatórios anuais da FASE: Programa Amazônia/Pará*. Belém, 2004.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FLICK, U. A entrevista semi-estruturada. In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 89-100.
- FIGUEIREDO, S. L. Turismo e cultura. In: LEMOS, A. I. G. de.(Org.). *Turismo impactos socioambientais*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GOHN, M. da G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.
- _____. (Org). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: _____ et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; NAEA, 2001. p. 20-120.

IBGE. *Conceitos.shtm*. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2000/fecundidade_mortalidade/conceitos.shym>. Acesso em: 05 dez. 2007.

IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura 2006; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br-IBGE-Cidades>>. Acesso em: 04 set. 2008.

IBGE. *Ensino – matrículas, docentes e rede escolar 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

IBGE. *Censo agropecuário: 1996-1995*. N.º. 5. Pará. Rio de Janeiro, 1997. 217 p.

IBGE. *Censo demográfico*. 2007. (Pesquisa no acervo da Agência do IBGE de Belém).

IBGE. *Censo demográfico*. 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. *Censo demográfico*. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IGARAPÉ-MIRI faz Açaí Jazz. *O Liberal, Caderno Magazine*, p. 2, 06/04/2008. Também disponível em: Disponível <http://www.orm.com.br/oliberal/>. Acesso em: 04/08/2008.

JARDIM, M. A. G. Pesquisas com a palmeira açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) no Museu Paraense Emílio Goeldi. In: _____; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Orgs.). *Açaí (Euterpe oleracea* Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: MPEG, 2004. p. 79-99. (Coleção Adolpho Ducke).

INCRA. *Cadastro de imóveis rurais*. Brasília: INCRA, 1998.

JUPIASSÚ, H. Metodologia interdisciplinar. In: _____. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1976. p. 20-120.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSHPE, E. B. (Org.). *3º setor desenvolvimento social sustentado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 131-155.

KOTTAK, C. P. *Prime-time society: an anthropological analysis of television and culture*. Belmont, CA: Wadsworth Pub., 1990. xxiii, 247 p.

LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1962] 1976. p. 19-55.

LOBATO, E. *Memórias centenárias*. Belém: Editora Sagrada Família, 1996. 66 p. Ilustrado.

_____. *A fêmea do cupim-no mundo do folclore*. 1ª. ed. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2003. p. 125-128.

_____. *Caminho de canoa pequena*. 3ª. edição. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2007. 203p.

LOBATO, M. O. V. *Estudo léxico-semântico da palavra "açai"*. Belém-PA, 1981. 42 f. Monografia (TCC; Licenciatura em Letras)–Universidade Federal do Pará, 1981.

LOWI, T. J. *Distribuição, regulação, redistribuição: as funções do governo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1978. (Coleção os Pensadores).

MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. v. 1. México: FCE, [1867] 1946.

MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MENEGASSO, M. E. *Organizações, conceitos e formas*. Florianópolis, dez. 2001.

MENDES, C. Polícia prende 12 suspeitos de incendiar fórum no interior do PA: prédio da prefeitura e da delegacia da cidade de Igarapé-Miri também foram alvo do ataque dos moradores. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Cidades, 15.12.2008, às 15h29m. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-prende-12-suspeitos-de-incendiar-forum-no-interior-do-pa,294191,0.htm>>. Acesso em: 20.05.2009

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 80 p.

MORAES et al., E. da C. *Análise da cadeia produtiva do vinho/suco de açai (Euterpe oleracea Mart.) no estado do Pará*. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/sbfruti/anais_xvii_cbf/socio_economia/710.htm>. Acesso em: 09 abr. 2008.

MOTA, F. P. *Teoria geral da administração: uma introdução*. 22. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. 230 p.

NASCIMENTO, M. J. M. *Mercado e comercialização de frutos de Açai: relatório de pesquisa*. T. III. Belém: CFCH/UFPA 1992.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na antropologia. In: SAMAIN, S. *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 113-119.

OFFE, C. *The present historical transition and some basic design options for society's institutions*. 1998. Disponível em: <<http://mare.gov.br>>. Acesso em: nov. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Índice de Desenvolvimento Humano*. Local: PNUD, 2000.

PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEDROSO, J. da S. *Loucura e reforma no estado do Pará*. Belém: NAEA, 2008.

PORTER, M. E. *Competição = on competition: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 167 p.

_____. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

POSSAS, M. L. Concorrência shumpteriana. In: KUPFER et al., D. (Org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 1, n. 6, p. 65-78, Jan. 1995.

_____. The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, n. 13, p. 35-42, Mar. 1995.

_____. Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. (Setor 3; Capital social). Disponível em: <<http://www.setor3.com.br>>. Acesso: 22 Nov. 2008.

RAMALHO FILHO, R. Patrimônio Cultural e Natureza: dimensão da sustentabilidade. In: BASTOS FILHO, J.B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, U. N. (Orgs.). *Cultura e Desenvolvimento: A sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: UFAL, 1999. p.179-193.

RATTNER, H. Crescimento ou desenvolvimento. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, v. 3, n. 27, 2003.

REIS, B. O.; SILVA, I. T.; SILVA, I. M. O.; ROCHA, B. R. P. Produção de briquetes energéticos a partir de caroços de açaí. 2002. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 4., 2002, Campinas-SP. *Trabalho AGRENER...*, Campinas-SP, 2002. 1 CD-Rom.

REGINO, F. A.; MACEDO FILHO, R. *Pensando o associativismo rural como instrumento de transformação e inovação no poder local*. 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/09%20GT%20Fabiane%20Alves%20Regino%20Y%20Renato%20Macedo%20Filho>. Acesso em: 03 jan. 2008.

RÊGO, R. M. L. Dilemas da questão agrária brasileira: tem futuro a reforma agrária? São Paulo, n. 3, p. 21-29. jul./set.1993. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/Translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.google.com/&ei=bvtHSvbEI8SktgeJ2PHWDQ&sa=X>>

&oi=translate&resnum=1&ct=result&prev=/search%3Fq%3Dgoogle.com.%26hl%3Dpt-BR%26rlz%3D1T4ADBS_pt-BRBR281BR284>. Acesso em: 11 nov. 2009.

ROCQUE, CARLOS. História dos Municípios do Pará - “128 Opções de vida”. *A Província do Pará*, Belém, 27-28 mar. 1994. Caderno da Província do Pará

_____. *Grande enciclopédia da Amazônia*. Belém: Editora LTDA, 1968. v. 3. p. 877-878.

_____. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, L. D.; SILVA, I. T.; ROCHA, B. R. P., SILVA, I. M. O. Uso de briquetes compostos para produção de energia no Estado do Pará. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 4., 2002, Campinas-SP. *Trabalho AGRENER...*, Campinas-SP, 2002.1 CD-Rom.

ROGEZ, H.; PENA, R. (Org.). *Olhares cruzados sobre o açaí*. Belém: UFPA, 2008. 285 p. (No Prelo).

SACHS, J. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANA, A. C de; GOMES, S. C. Mercado, comercialização e ciclo de vida de produtos do açaí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2003, Juiz de Fora. *Anais...* Brasília: SOBER, 2003. v. 41. p. 1-20.

SANTANA, A. C., AMIM, M. M. *Cadeias produtivas e oportunidades de negócios na Amazônia*. Belém: UNAMA; FCAP, 2002.

_____. *Dinâmica espacial da produção rural no estado do Pará: referências para o desenvolvimento sustentável*. Belém: UFRA, 2006. 49 p. (Série Acadêmica; 02).

_____. *Mercados e comercialização de produtos do açaí*. Belém: UFRA, 2003.

SANTOS, W. G. dos. A pós-revolução brasileira. In: JAGUARIBE, H. et al. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

_____. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SARAGOÇA, L. *Da “Feliz Lusitânia” aos confins da Amazônia*. Lisboa: Cosmos; Santarém, PT: Câmara Municipal de Santarém, 2000. 509 p. (Iconografias; mapas).

SCHUMPETER, J. A. *Teoria de desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira, 1977.

SEBRAE Ideal 2000. *Como Construir alianças estratégicas e associativismo econômico*. 2000a. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj/redisist/>>. Acesso em: 28 set. 2008.

_____. *O que é e como funciona uma entidade de representação empresarial*. 2000b. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj/redisist/>>. Acesso em: 28 set. 2008.

SEVILLA-GUZMÁN, E. *Ética ambiental y agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica*. Córdoba: ISECETSIAM: Universidad de Córdoba, 1999. (mimeo).

SILVA, J. B. da. *Unidades de Conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaense: tendências, problemas e perspectivas*. Belém, 2007. 374 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2007.

SILVA, J. B. da. *Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajar*. Belém, 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003.

SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Org.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e parcerias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. *Açaí in the new era of globalization: public policies, development and Amazonian culture*. Belém: *Work in progress*, 2009a. 25 p.

_____. *Poblaciones tradicionales y el acceso al agua: insostenibilidades en la Panamazonia actual*. BERNAL-ZAMUDIO, Hernando (Org.). *El agua en la gran Amazonia continental suramericana: limitaciones y potencialidades en el siglo XXI*. Leticia: Cátedra UNESCO Amazonia OTCA Y UNAMAZ; Zaragoza: UNESCO, 2009b. Previsto para junho.

_____. *Mujeres amazónicas y el agua en la cultura ribereña*. In: BERNAL-ZAMUDIO, H. (Org.). *El agua en la gran Amazonia continental suramericana: limitaciones y potencialidades en el siglo XXI*. Leticia: Cátedra UNESCO Amazonia OTCA Y UNAMAZ; Zaragoza: UNESCO, 2009c. (Previsto para junho).

_____. *Informe verbal à E. Damasceno sobre faccionalismos políticos entre populações rurais da Amazônia*. Belém, 2008.

_____. *Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas*. In: ARAGÓN, E. (Org.). *Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2007a. p. 25-44.

_____. *Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia*. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Orgs.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: NAEA, 2007b, p. 15-52.

_____. *Açaí – ah! Belém do Pará tem!* Belém: NAEA, 2007c. 60 p. (Texto poemizado; obra integrou a Exposição Multimídia homônima).

_____. *Exposição Multimídia Açaí – ah! Belém do Pará tem!* Belém: Galeria Theodoro Braga/ SECULT-PA, 09 mai.-06 jun. 2007d. (Fotografia e réplica de peças relacionadas ao açaí). (Curadoria: L. Simonian).

_____. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 35-52, mai./ago. 2006.

_____. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In; COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. T.; FENZL, N. (Orgs.). *Estado e Políticas públicas na Amazônia: Gestão de recursos Naturais* Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 2000. p. 9-53.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, mai./ago. 2005a.

_____. A agonia do Pássaro Arara e os limites das políticas públicas acerca da cultura popular santarena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, p. 171-193, 2005b. (ISSN 1807.5398; páginas Grande Formato).

_____. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açaizais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Orgs.). *Açaí (Euterpe oleracea* Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém, 2004a. p. 233-252. (Coleção Adolpho Ducke).

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA, 2001. 270 p.

_____. (Org.). *Gestão da ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena-PA)*. Belém: NAEA/FFORD, 2004b. 368 p. il.

_____; MONTEIRO, J. B. *Gestão, extrativismo, mulheres e questões de gênero no baixo rio Tocantins, Pará*. Belém: NAEA, 2009. 140 p. (Forthcoming em agosto).

_____; PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. *Unidades de Conservação Martírios/ Andorinhas: ambiente, história, sociedade e turismo*. Belém: CSE-UFPA, 2007. 87 p. (Ilustrado).

SINDFRUTAS- Sindicato de Frutas do Pará. Entrevista concedida a autora pela presidente Solange Mota em 09/08/2008. Belém, 2008.

SOUZA, S. R. de. *Avaliação da qualidade de serviços prestados por cooperativas: um estudo de caso*. Florianópolis, 2000. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4306.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2008.

TEIXEIRA, E. C. *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

TENÓRIO, F. (Org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

TRINDADE JR. S. C. *Imagens e representações das cidades ribeirinhas na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais*. Belém: UFPA, 2003.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

_____. Desarrollo reciente de la política regional: la experiencia europea. *Revista EURE*, Santiago de Chile, v. 22, n. 65, p.17-20, jun. 1996.

_____. *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Ed. Pirâmide, 1988. 90 p.

VEIGA, J. E. da. *A consagração da agricultura biológica*. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/Textos/Estadao1999/51.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2008.

_____. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 21-33, 2004. Disponível em: <[http://www.zeeli.pro.br/Textos/Artigos Cientificos/2004_a_dimensao_rural_do_brasil_\(esa\).htm](http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/2004_a_dimensao_rural_do_brasil_(esa).htm)>. Acesso em: 07 mai. 2008.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VILELA, D. Políticas e diretrizes para o agronegócio do leite e derivado no Brasil. In: WORKSHOP PROJETO PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO LEITE, 2002, Juiz de Fora, MG. *Anais....* Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de leite/ MCT/CNPq, 2002b. p. 19-35

VISTA da frente da cidade de Igarapé-Miri. In: *WIKIPÉDIA: enciclopédia livre*. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Igarap%C3%A9miri.jpg>>. Acesso em: 13 dez. 2007.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção da exclusão. In: SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. São Paulo: Vozes, 2000. p. 16-26.

WIECZYNSKI, M. M. *O significado da ocupação pós-aposentadoria nas organizações sociais: uma questão em debate*. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, T.; PARENTE, S.; ARNS, P. C.; JORDAN, A.; OSÓRIO, C. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001. p. 25-46.

ZYLBERSZTAJN. D. Políticas agrícolas e comércio mundial. In: FAGUNDES, H. H. (Org). *Agribusiness: conceito, dimensões e tendências*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, 1994. (Estudos de Política Agrícola n. 28).

ANEXO

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

1 AGRICULTOR

COMUNIDADE:

Entrevistado (a)

Questionário n°

Local da entrevista

Data

Caso o (a) entrevistado (a) não seja o (a) responsável pela família.

Nome:

Condição: Cônjuge ()

Outro (especificar)

1) Nome/Apelido

1.2. Sexo Masculino() Feminino ()

1.3. Idade: anos

1.4. Estado civil

casado () solteiro() Amigado/a() viúvo/a () Divorciado/a ()
separado/a ()

1.5. Quantos filhos :

1.6. Local do nascimento:

Estado

Município () Quando chegou no município:

Vindo de onde:

1.7. Grau de instrução:

() analfabeto () 1° grau completo () 2° grau completo () superior

1.8. Profissão antes de chegar na comunidade

() extrator de açaí

() Trabalhava na lavoura de cana-de-açúcar

() Vendedor

() Comerciante

() Outras

1.9. Participava de alguma organização:

() Sim () Não

Qual?

2.0. Possui lote próprio

() Sim Não ()

2.1. Possui televisão? () Sim Não ()

Quantas?

2.2. Possui geladeira?

() Sim Não ()

2.3. Possui casa na cidade de Igarapé-Miri?

() Sim Não ()

2.4. Os filhos freqüentam a escola

() Sim Não ()

2.5. Possui computador?

() Sim Não ()

2.6. Possui conta bancária?

() Sim Não ()

2.7. Possui o seu próprio barco para transportar o produto que produz?

() Sim Não ()

2.8. Tem acesso a Saúde Pública?

() Sim Não ()

2.9. Possui plano de saúde?

() Sim Não ()

2.10. Tem acesso a todo tipo de alimentação como carne, peixe, camarão, frango, etc...

() Sim Não ()

2.11. Fazem as 03 refeições por dia?

() Sim Não ()

2.12. Qual a média de consumo por pessoa da família de açaí nas refeições por dia?

½ litro() 1 litro() 1½ litro () 2 litros () acima de 2 litros ()

3- Cultiva outras espécies agrofloretais? Quais?

() Sim Não ()

4.Produzem cultura de subsistência como arroz, feijão, mandioca(farinha), verduras, etc...?

() Sim Não ()

Quais?

5.Tinha experiência anterior com a cultura do açaí?

() Sim Não ()

6. Possui Assistência técnica ?

() Sim Não ()

6.1. Qual a entidade que fornece assistência técnica.

() PREFEITURA () ASSOCIAÇÃO () EMATER () SAGRI () ONG'S
() OUTRAS

6.2. A assistência técnica é:

() boa () regular () ruim ; Porque?

7. Informações sobre a organização das Associações

7.1. Qual a sua relação na associação que você faz parte?

- () Participo ativamente das atividades da associação, sendo da diretoria.
- () Participo ativamente das atividades da associação, porém sem participar da diretoria.
- () Participo das atividades da associação quando é para obter algum benefício.
- () Participo das atividades da associação em qualquer situação.
- () Não possuo nenhuma expectativa com relação a associação.

7.2. Na sua opinião, quais os principais motivos que o levaram a participar de uma Organização?

- É uma forma de participar das decisões tomadas pela Comunidade.
- Particpei da luta para formar associação, agora quero participar da melhoria da Comunidade.
- Sou militante político e a Associação ajuda nessa tarefa.
- Participando da Associação, posso obter vantagens como obter empréstimos bancários.
- A Associação me auxilia na atividade de agricultor.
- Não participo de nenhum modo de Organização.

7.3. A Organização que você faz parte representa os interesses de seus associados na melhoria de sua qualidade de vida.

- A Organização que pertenço discute em reuniões os problemas que atingem todos os Associados.
- A Organização se preocupa apenas com a obtenção de financiamento dos Bancos.
- A Organização só se preocupa em buscar com os associados apoio a políticos locais e Regionais.
- A Organização luta pela melhoria da qualidade de vida de seus associados.

7.4. A Organização de que você faz parte representa os interesses de seus associados na obtenção de créditos e recursos de custeio ou investimento na produção.

- Os recursos obtidos para produção são sempre intermediados pela associação.
- A Associação cantata os Bancos para em nome dos associados, fazer negócios
- Organização intermédia aquisição e máquinas e equipamentos para o uso comum dos Associados.
- A Organização adquire semente e insumos agrícolas para uso comum dos associados.

7.5. A Organização de que você faz parte busca organizar seus membros de forma cooperativa.

- A Organização já prestou alguma informação sobre o cooperativismo.
- A Organização já buscou comercializar a produção dos associados.
- A Organização já buscou comprar a produção de todos os assentados para depois revende-la.
- A Organização já incentivou alguma forma de trabalho coletivo (mutirão, etc...).

7.6. A Organização de que você faz parte incentiva a inovação através de

- Tentativa de promover mudanças na forma de produção para aumentar o lucro.
- Buscando inovar a produção incentivando utilização de novas tecnologias no campo.
- Auxiliando na produção mediante utilização de máquinas e equipamentos no campo.
- Buscando novas formas de comercialização da produção para que se tenha mais lucro.
- Tentar promover mudança com novos produtos, mais rentáveis para ampliar os lucros.

8- Qual a relação que há entre a Organização dos trabalhadorescom a Prefeitura de Igarapé-Miri?

9. Além do Prefeito de Igarapé-Miri existem outros políticos da região, que possuem relação com a Organização, no qual você pertence?

10- A organização tem contato ou relação com instituições de luta pela categoria de produtos?

11- O que a Organização faz para incentivar o Associativismo entre os membros da Organização?

12- Que tipo de produtos são produzidos além do açaí no lote de cada associado.

Início da entrevista hs
Término da entrevista hs

Assinatura do
entrevistado.....